

COLEÇÃO
ANPUH/2023



NATÁLIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCANTI
ELIANA RAMOS FERREIRA (ORGS.)

INSURGÊNCIAS FEMINISTAS: GÊNERO E DIVERSIDADE NA HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E ENSINO NA AMAZÔNIA

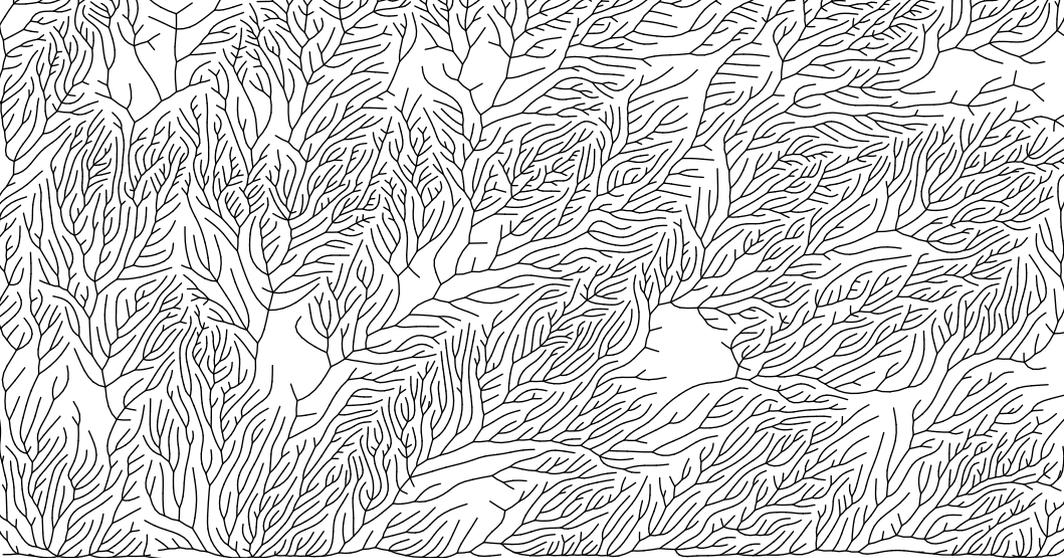
Editora
CABANA

ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

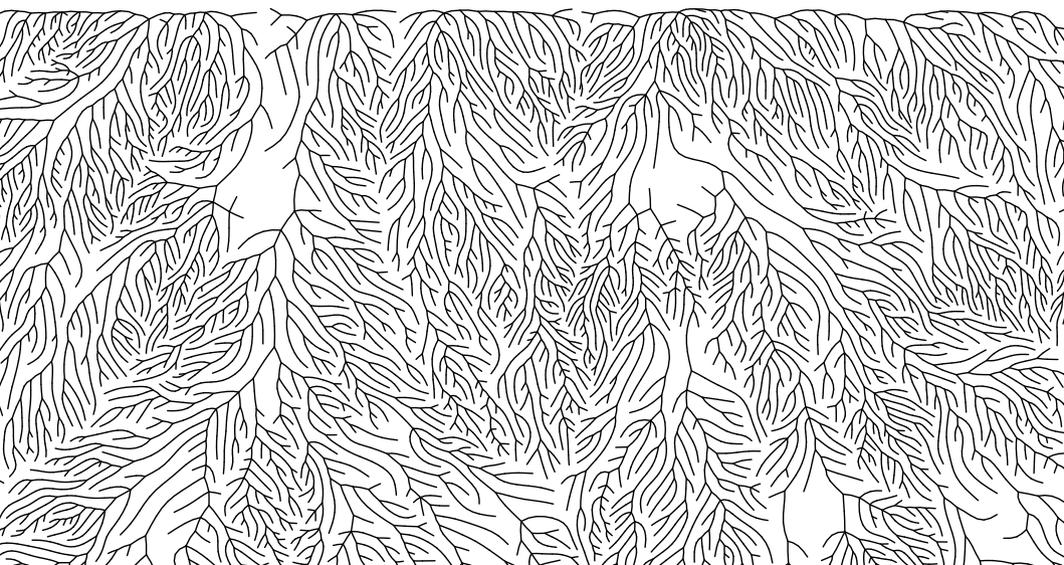


XIII

**ENCONTRO
DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PA**



**INSURGÊNCIAS
FEMINISTAS:
GÊNERO E DIVERSIDADE
NA HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA
E ENSINO NA AMAZÔNIA**



NATÁLIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCANTI
ELIANA RAMOS FERREIRA (ORG.)

COLEÇÃO
ANPUH/2023

**INSURGÊNCIAS
FEMINISTAS: GÊNERO
E DIVERSIDADE
NA HISTÓRIA,
HISTORIOGRAFIA E
ENSINO NA AMAZÔNIA**

Editora
CABANA

ANPUH PA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Frida Kahlo 1911

Copyright © by As organizadoras
Copyright © 2023 Editora Cabana
Copyright do texto © 2023 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2023, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Diagramação, capa e projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: os autores

Crédito da imagem da capa: *Las dos Fridas* de Frida Kahlo 1339.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

159 Insurgências feministas: gênero e diversidade na história, historiografia e ensino na Amazônia / Organizadoras Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti, Eliana Ramos Ferreira. – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

Autores: Naelma Mendes do Nascimento, Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos, Caroline Porto Brito, Bárbara Leal Rodrigues, Tainá da Silva Reis Leal, Thayla da Silva Santos, Natalia Conceição Silva Barros Cavalcanti, Márcia Pereira da Silva Alves.

153 p.p.: il.

Formato: PDF

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-980422-1-9

1. História - Estudo e ensino. 2. Feminismo. 3. Amazônia. I. Cavalcanti, Natália Conceição Silva Barros (Organizadora). II. Ferreira, Eliana Ramos (Organizadora). III. Título.

CDD 907

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. História - Estudo e ensino



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL



Dr. Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (EA-UFPA)
Me. Diego Pereira Santos (UEPA)
Me. Victor Hugo Modesto (UFPA)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Ma. Aline Barros dos Reis (SEMED/Marabá)
Dra. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Ma. Raimunda Conceição Sodré (IFPA)
Dr. José M. Almeida Neto
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves
Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFRN)
Dra. Eliana Ramos Ferreira (UFPA)
Dra. Iane Maria da Silva Batista (UFPA)
Me. David Durval Jesus Vieira (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Fábio Pessoa (UFPA)

Me. Anderson Clayton Fonseca Tavares (UFPA)
Me. Daniel da Silva Miranda (UFPA)
Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal de Viçosa)
Me. Bruno de Souza Silva (UFPA)
Me. David Rodrigues Farias (UFPA)
Me. Bernard Arthur Silva da Silva (UFPE)
Dr. Wlisses James de Farias Silva (UFAC)
Ma. Livia Lariça Silva Forte Maia (UFPA)
Ma. Sara da Silva Suliman (UFPA)
Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (UFPA)
Me. Oslan Costa Ribeiro (UFG)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa);
Ma. Maria Raimunda Santana Fonte (SEDUC-PA)
Dr. Cleodir da Conceição Moraes (EA/UFPA)
Dr. Thiago Broni de Mesquita (EA/UFPA)
Dr. Ernesto Padovani Netto (Seduc/PA)
Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA)
Dr. Raimundo Nonato de Castro (IFPA)

APRESENTAÇÃO



COLEÇÃO ANPUH DE HISTÓRIA DE 2023 **HISTÓRIA E ENSINO NO PARÁ**

A Associação Nacional de História em sua seção Pará, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o apoio da ANPUH Nacional, promoveu o XIII Encontro de História em 2022 com o tema “História e Historiografia na Amazônia - Independência e Ensino”, que ocorreu entre os dias 28 de novembro e 01 de dezembro de 2022 na cidade de Belém, em formato híbrido, reunindo cerca de 400 pessoas entre alunos, professores e pesquisadores de história e área relacionadas.

Nos dois primeiros dias contamos com três seções dos Diálogos Amazônicos que abordaram as “Políticas de Ações Afirmativas”, o “Programa Forma Pará e a Formação em História”, e “O Pará na O.N.H.B.”. Ainda tivemos na conferência inicial a presença de Valdeci Lopes de Araujo (Presidente da ANPUH-Nacional/UFOP) que focou “A ANPUH Brasil nas comemorações do Bicentenário: desafios da comunicação pública da história”. Enquanto na conferência final a professora Magda Ricci (UFPA) abordou “De tudo o que se viu ao pouco que sabemos: memórias e esquecimentos entorno da independência no antigo Grão-Pará”.

O evento foi um momento de reflexão sobre os desafios da história social e do ensino de história no tempo presente, com interface com os eventos comemorativos da Inde-

pendência do Brasil em contexto amazônico. A perspectiva foi debater a historiografia desenvolvida por historiadores e professores de História sobre a região amazônica a partir da história social em diálogo com o ensino de história, considerando ainda a questão da Independência.

Os dois últimos dias do evento ficaram reservados as atividades remotas, quando os Simpósios Temáticos tiveram vez, foram ofertados 18 Simpósios com temáticas variadas, que contaram com a participação de 32 proponentes, recebendo 270 inscritos para as comunicações.

O XIII Encontro de História da ANPUH-PA, culminou com uma série de ações que foram desenvolvidas pela diretoria no biênio 2021-2022, como a publicação da “Coleção ANPUH de História de 2022”, o Prêmio “Nossa História do Pará” e o desenvolvimento do Site da associação que agora receberá a “Coleção ANPUH de História de 2023”, resultante dos simpósios temáticos que acabaram por originar dezessete e-books, publicados pela Editora Cabana e bancados pela ANPUH-PA.

De tal modo, todos os artigos que foram selecionados e enviados pelos coordenadores/as dos STs foram publicados na coleção e disponibilizados no site <https://www.anpuh-pa.org/> possibilitando o acesso irrestrito aos conteúdos que trazem várias abordagens do campo da história do Pará, da Amazônia e do Brasil. Uma série de ações para a organização e estruturação da ANPUH-PA vem sendo implementadas nas últimas três gestões da associação, o que possibilitou o pleno cumprimento de todas as atividades e proposições oriundas do XIII Encontro de História, assim completamos todas as atividades do evento.

Com a publicação deste novo repertório de e-books, no site da associação, chegamos a quarenta e quatro obras

disponibilizadas gratuitamente que constituem um dos maiores acervos digitais do estado que pode auxiliar no desenvolvimento de um grande leque de pesquisas e atividades sobre a Nossa História do Pará.

Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Presidente da ANPUH-PA (2023 – 2024)

SUMÁRIO



NATÁLIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCANTI

ELIANA RAMOS FERREIRA

Apresentação.....12

NAELMA MENDES DO NASCIMENTO

A experiência do meretrício na cidade de Goyaz 1882

.....20

ALESSANDRA PATRICIA DE OLIVEIRA DIAS CAMPOS

Corpos trabalhadores, sedutores e festivos: representações do corpo feminino em Bragança (1916-1940)

.....32

CAROLINE PORTO BRITO

“A classe mais pobre da sociedade é a classe dos criados de servir”: Mobilidade e autonomia no cotidiano de trabalhadoras em Belém (1888-1900)

.....47

BÁRBARA LEAL RODRIGUES

Mobilizações feministas: as reivindicações do departamento paraense pelo progresso feminino (Belém/pa, 1931-1937)

.....61

TAINÁ DA SILVA REIS LEAL

As relações entre arte e política em produções feministas na Amazônia paraense

.....76

THAYLA DA SILVA SANTOS

Mulheres e política: trajetórias femininas no campo político da cidade de Santa Luzia do Pará (1980 – 2020)
.....90

MÁRCIA PEREIRA DA SILVA ALVES

NATALIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCANTI

A presença de meninas no curso técnico integrado de química: um estudo sobre permanência e êxito
.....106

CRISTIANO COMINI

RAIMUNDA CONCEIÇÃO SODRÉ

Violência de gênero nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPA - relatos de ocorrências em dois Campi
.....120

ANDRÉA LARISSA CASTRO MOURA

NATÁLIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCANTI

Uma ananse afrofuturista: notas de pesquisa sobre gênero e raça na educação profissional
.....137

Sobre os Autores.....150

APRESENTAÇÃO



INSURGÊNCIAS FEMINISTAS: GÊNERO E DIVERSIDADE NA HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E ENSINO NA AMAZÔNIA

Na historiografia feminista, vale notar, a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica.

Margareth Rago.

A pesquisa sobre mulheres, gênero e diversidade no Pará não é recente, podemos dizer que tem quase cinquenta anos que pesquisadoras e pesquisadores nas universidades da região estão se debruçando sobre a temática, a partir de uma multiplicidade de temas, perspectivas teóricas e abordagens. Uma das primeiras iniciativas para a reflexão sobre as mulheres enquanto sujeitos sociais foi o I Seminário sobre a Mulher/Região Norte Brasil, Belém/PA, 1986. O evento foi um marco ao congregar pesquisadoras de diversas áreas do conheci-

mento, embora ainda os estudos não fossem alinhados a uma perspectiva feminista (ALVARES, 2010, p.105) No campo da antropologia, desde os anos 70 que os *gender studies* estão consolidados no lastro de estudos desbravadores como os de MOTTA-MAUÉS (1977 e 1986) e BELTRAO (1979). Na historiografia, é fundamental ressaltarmos estudos pioneiros (PINTO, 1999; CANCELA, 1997; FERREIRA, 1999) que criaram veredas nas paragens da história do Pará, abrindo o caminho para as mulheres e suas histórias.

Contudo, se outrora a história das mulheres e das relações de gênero sussurrava reivindicando visibilidade, hoje, identificamos um grito feminista, um movimento que fortalece práticas de pesquisas e produções científicas, que reflete sobre a prática e a teoria, característica fundamental do movimento feminista, em diálogo com uma perspectiva decolonial e interseccional, alargando o campo da história do Pará, recolocando no tempo as experiências de mulheres cis e trans, negras, ribeirinhas, urbanas, pobres e tantas outras, ao lado de sujeitos considerados dissidentes.

A insurgência evocada é a de uma historiografia feminista que tem dialogado com os movimentos sociais - por exemplo, com o feminismo negro e o trans feminismo - e incorporado categorias de análise pertinentes e libertárias para construção de um conhecimento histórico alinhado com os desafios da sociedade paraense contemporânea, um conhecimento de fato socialmente referenciado, que circula para além das bibliotecas acadêmicas.

Os trabalhos que foram apresentados no Simpósio Temático Insurgências Feministas: gênero e diversidade na história, historiografia e ensino na Amazônia são representativos do significativo interesse pelos estudos de gênero e história das mulheres, em perspectiva feminista. Surpreendentemente,

pesquisadoras de outras regiões do país se sentiram motivadas a partilhar suas investigações conosco, o que torna esse conjunto de textos mais rico sobre práticas de pesquisas e sujeitos em contextos diversos. Fruto de estudos acadêmicos, em nível de mestrado ou doutorado, em andamento ou concluídas, sem dúvida, o material dessa coletânea alarga horizontes de interesses historiográficos e inspira futuras pesquisas, possibilitando o avanço e consolidação do campo.

Em **A experiência do meretrício na cidade de Goyas 1882** Naelma Mendes do Nascimento aborda a história das meretrizes, mulheres sem trabalho, que viviam às margens da sociedade, alvo da vigilância e controle do Estado. Seguindo os fios da documentação produzida à época, ela apresenta discursos e atos legais que tentaram limitar a vida dessas mulheres na cidade de Goiás.

Já as mulheres evidenciadas por Alessandra Patrícia de Oliveira Dias Campos em **Corpos trabalhadores, sedutores e festivos: representações dos corpos femininos em Bragança (1916-1940)** enfrentaram a labuta cotidiana e fizeram dos seus corpos valorosos instrumentos de trabalho a promover a subsistência familiar. São narrativas que desnudam corpos habituados aos exaustivos trabalhos nas lavouras, bem como às lides diárias da maternidade e da administração do lar. Contudo, a pesquisadora identificou em suas fontes outras formas desses corpos femininos reivindicarem autonomia e criarem brechas nas teias do patriarcado. São trajetórias de mulheres que emergem da documentação e desnudam o cotidiano das mulheres trabalhadoras em Bragança.

Analisando documentação judiciária, periódicos e com uma historiografia atual sobre trabalhadoras e trabalhadores de ganho, Caroline Porto Brito em **“A classe mais pobre da sociedade é a classe dos criados de servir”**: mo-

bilidade e autonomia no cotidiano de trabalhadoras em Belém (1888-1900) busca compreender parte da experiência social de criadas de servir naquela sociedade. Criando pequenas trajetórias, a pesquisadora vai delineando o cotidiano e as disputas em torno do trabalho doméstico no período estudado. Um estudo que evidencia como classe, gênero e raça se entrecruzam e são categorias fundamentais na construção das narrativas da história.

Construindo a trajetória do feminismo liberal em Belém do Pará, no capítulo intitulado **Mobilizações Feministas: as reivindicações Do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/Pa, 1931-1937)** Bárbara Leal Rodrigues afirma que o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (DPPF), fundado em 21 de junho de 1931, em Belém, pode ser considerado o primeiro grupo autointitulado feminista na capital do Estado do Pará. A partir da análise de projetos de leis e leis dos anos 30, a autora delineia as nuances das mulheres envolvidas e suas reivindicações.

Tainá da Silva Reis Leal em **As relações entre arte e política em produções feministas na Amazônia Paraense** lança um olhar crítico sobre a produção de duas artistas paraenses, Michelle Cunha e Nazas (Thays Chaves) para compreender as questões de gênero, política e arte em suas ações permeadas a partir de suas histórias de vida entrelaçadas nas condições sociais em que viveram e que vivem.

Em **Mulheres e Política: trajetórias femininas no campo político da cidade de Santa Luzia do Pará (1980 – 2020)**, Thayla da Silva Santos analisa histórias de resistência política feminina a partir da trajetória de mulheres que tiveram suas vidas dedicadas à política. A partir das histórias evidenciadas conseguimos visualizar as conquistas, desafios e organizações das mulheres no contexto analisado.

Representando as pesquisas sobre mulheres e formação profissional, com abordagem em perspectiva histórica, temos três interessantes estudos que problematizam gênero, raça e relações de poder em uma instituição federal de formação profissional no Pará.

Em **A presença de meninas no curso técnico de Química: um estudo sobre permanência e êxito** Márcia Pereira da Silva Alves e Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti analisam o acesso, permanência e êxito de meninas no referido curso do Instituto Federal do Pará-IFPA Campus Belém. A pesquisa parte da preliminar constatação da necessidade do desenvolvimento de estudos com enfoque de gênero em uma instituição centenária de Educação Profissional, considerando que apesar de historicamente o curso ter apresentado o ingresso também de mulheres, as condições de acesso, permanência e o êxito se constitui marcado por desigualdades e contradições entre os gêneros.

Cristiano Comin e Raimunda Conceição Sodré também adentram nas pesquisas em educação e gênero, apresentando o estudo **Violência de Gênero nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPA - Relatos de ocorrências em dois campi**. O capítulo apresenta relatos de estudantes dos Campi Conceição do Araguaia e Santarém do Instituto Federal do Pará, acerca das suas percepções da ocorrência da violência de gênero relacionada ao ambiente escolar. Os pesquisadores procuram identificar os aspectos de ocorrência, causadores e efeitos desta violência nos (as) estudantes. Um estudo extremamente pertinente e necessário no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Andréa Larissa Castro Moura e Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti apresentam notas de uma pesquisa em andamento sobre a trajetória da educadora Helena Ro-

cha, docente do IFPA Campus Belém, mulher e pesquisadora negra, fundamental na luta antirracista no contexto da educação profissional no Pará. Em **Uma Ananse Afrofuturista: notas de pesquisa sobre gênero e raça na Educação Profissional** problematizam gênero e raça ao constatarem a invisibilidade das pesquisadoras e professoras negras nas instituições educacionais e as tramas de poder que envolvem as trajetórias daquelas que ousam romper com o socialmente atribuído às mulheres negras.

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti
Eliana Ramos Ferreira

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. História, Saberes, Práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. **Revista do NUFEN**. Ano 2, vol. 1. n.01, janeiro-junho, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912010000100007. Consultado em 30/03/2023.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Mulheres da Castanha**: um estudo sobre trabalho e corpo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Brasília-Unb, 1979.

CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e dissimuladas**: as relações amorosas e sexuais das mulheres das camadas populares de Belém. 1890-1910. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1997.

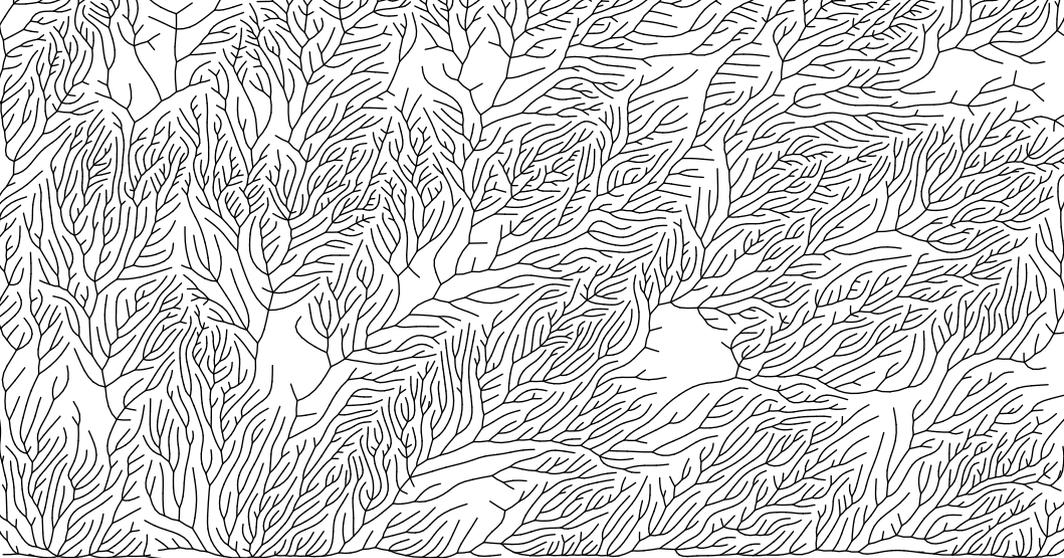
FERREIRA, Eliana Ramos. **Em Tempo Cabanal**: Cidade e Mulheres no Pará Imperial—Primeira metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de São Paulo-PUC, 1999.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Genero e História. *In*: PEDRO, Joana; Grossi, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Consultado: 30/03/2023.

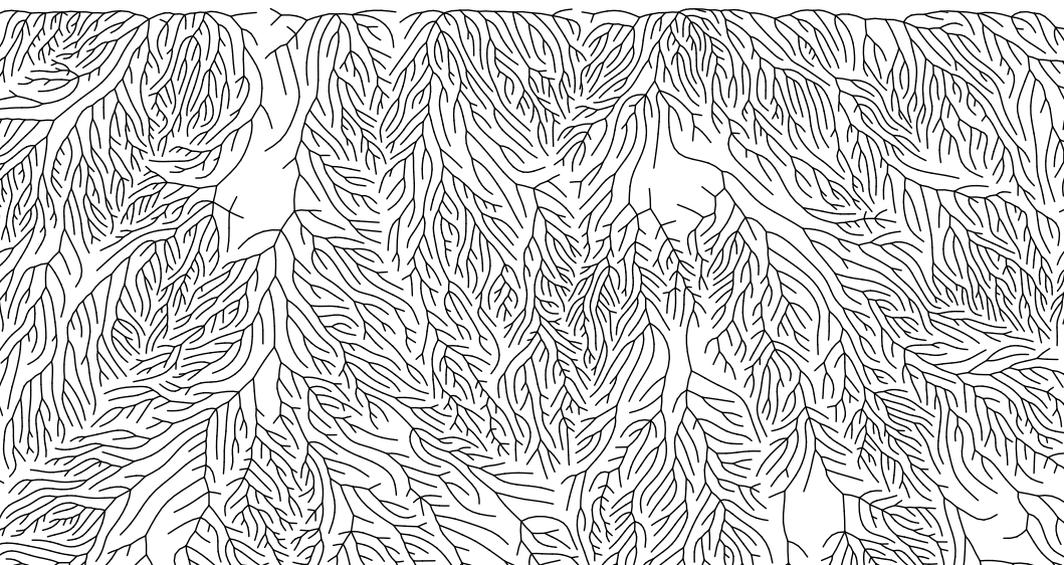
MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. “**Trabalhadeiras**” & “**Camarados**”: Um Estudo sobre o Status das Mulheres numa Comunidade de Pescadores. Brasília, UnB (dissertação de mestrado), 1977.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Mãe Preta & Mulata: Reconstituindo imagens da mulher negra. *In*: Seminário sobre a Mulher/Região Norte Brasil, 1986, Belém/PA. **Anais do Seminário sobre a Mulher/Região Norte Brasil**, 1986.

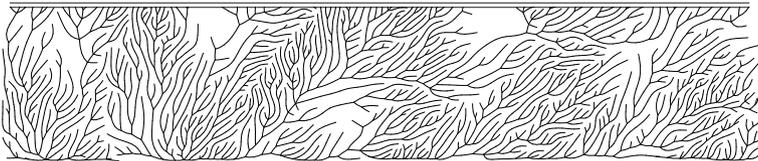
PINTO, Benedita Celeste. **Nas Veredas da Sobrevivência**: Memória, Gênero e Símbolos de Poder Feminino em Povoados Amazônicos de Antigos Quilombolas. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de São Paulo-PUC, 1999.



**INSURGÊNCIAS
FEMINISTAS:
GÊNERO E DIVERSIDADE
NA HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA
E ENSINO NA AMAZÔNIA**



A EXPERIÊNCIA DO MERETRICIO NA CIDADE DE GOYAZ 1882



Naelma Mendes do Nascimento

Havia por parte das autoridades locais um interesse em estabelecer um controle e vigilância no espaço público e também no privado. O Estado efetuava essa vigilância com a elaboração de leis, que a princípio tinham como objetivo regulamentar o hábito das pessoas. A fiscalização acontecia mediante um patrulhamento ostensivo, que era caracterizado pelo rigor.

No decorrer do século XIX na Capitania, Província e Estado de Goyaz foram sendo aplicadas medidas de esvaziamento dos espaços públicos. Artigos e dissertações, que foram escritos para analisar tais práticas chegaram à conclusão que a elaboração e adoção dessas medidas estariam sendo uma forma dos grupos que estavam no poder, exercer um controle sobre o espaço público, a intenção era promover o esvaziamento desses espaços de elementos perturbadores da ordem e da moral. Danilo Rabelo (1997), em *Os excessos do corpo: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1882-1889)* identifica os pequenos grupos que fazem parte do coletivo classificado

como elementos que perturbam a ordem e moral pública da cidade. São eles: libertos, forros, negros, prostitutas, bêbados, dentre outros. Eram pessoas que viviam as margens da sociedade, eram inferiorizados e considerados, segundo o as leis da época, como vadio.

Do ponto de vista social, em uma sociedade escravista, a pessoa vadia seria aquela, homem ou mulher, pobre ou livre, que exerce uma ocupação temporária (RABELLO, 2002, p 6). Perante a lei, assim como assegurou o Código Criminal de 1830, o vadio seria aquele que não toma para si qualquer ocupação honesta, e útil de que passa subsistir depois do advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

A MERETRIZ

Algumas indagações, a priori são importantes para que possamos e entender e “elaborar” o perfil dessas mulheres. Antes é necessário saber quem são as meretrizes, como estão inseridas na sociedade e o que significa ser acusada de meretriz.

Alexandre de Souza (2018, p 49) disse em sua tese *A prostituição em Minas Gerais no século XVIII: “Mulheres públicas”, moralidade e sociedade*, diz que durante a época moderna os critérios de honra e virtude são essenciais para explicar este fenômeno, o da prostituição. A honestidade feminina, segundo Souza, era algo importante para a ordem social e uma garantia de uma filiação legítima. Mas o termo honra era usado de forma diferente para homem e mulher. Alexandre diz que para mulher era sinônimo de castidade, para o homem, caráter e que conceito também era variável para mulheres, sejam elas brancas, negras, livres e escravas, pois elas desempenhavam papéis diferentes na sociedade.

As meretrizes eram mulheres que não eram privilegiadas economicamente e que necessitavam trabalhar para sobreviver. Trabalhavam lavando roupa, com vendas, dentre outras atividades, viviam as margens da sociedade. Rabelo, ao falar sobre a prostituição na Cidade de Goyaz comenta sobre as mulheres pretas, que desempenhavam atividades de pequeno comércio, e que para complementar a renda, para subsistir, elas poderiam recorrer à prostituição. Essas, que realizavam serviços do cotidiano, como citado acima, não eram vistas com bons olhos pela sociedade.

Alexandre de Souza diz que o discurso cristão é quem marca construção da prostituta no período, “o catolicismo tratou de cuidar de estratégia de controle sexual, moralidade e ideal cristão de sociedade, criando um discurso para figura da meretriz” (2018, p 48). Este Momento é marcado pelo discurso da honra e da moralidade, em que as mulheres teriam que casar virgens, estaria sempre tutelado por um homem (pai, irmão ou marido), não podiam sair em qualquer hora.

“A pecha de prostituta recaía sobre as mulheres nas mais diversas situações, era um instrumento de desclassificação dessas figuras femininas herdeiras do mundo escravista.” (2018, p 57). Aquela que realizasse, segundo o imaginário da época, uma atividade, como forma de sobrevivência, não honesta, praticando o contrário do que era defendido pela sociedade tradicional seria considerada prostituta. Portanto, a prostituição não seria um trabalho honesto, era uma ocupação associada com a perturbação da sociedade.

OS CRIMES E AS MERETRIZES

O Código Criminal de 1830 foi base legal para o nascimento do poder da disciplina no império brasileiro, é nesse contexto que surge o termo de bem viver. O termo de bem viver

consistiu em uma estrutura jurídica usada pelo Estado para agir, interferindo no dia a dia, principalmente, das pessoas pobres e livres. Esse documento faz parte das leis do império.

Era um documento regulador que descrevia qualquer comportamento perturbador da tranqüilidade publica. Ele era elaborado por um juiz ou chefe de policia que por meio de perguntas ao acusado e as testemunhas procuravam saber a verdade. Em seguida, um “acordo” era feito, onde o acusado se comprometia em mudar de conduta.

Eduardo Martins diz que o termo “referia para os acusados de qualquer ação que perturbasse a tranqüilidade pública [...] os que fossem flagrados nessa situação tinha que se comprometer a mudar sua conduta nos termos definidos pelas autoridades” (2011, p 103). Segundo Martins, inicialmente a pessoa que assinava esse termo não era criminosa. Mas se houvesse o descumprimento esta poderia ser processada criminalmente por ter realizado a conduta prescrita no termo. Ou seja, o descumprimento acarretaria a prisão. Veja o que diz o parágrafo 2 artigo 12 do Código de Processo Penal de 1832:

DASPESSOASENCARREGADASDAADMINISTRAÇÃO
DA JUSTIÇA CRIMINAL EM CADA DISTRICTO

SECÇÃO PRIMEIRA

Dos Juizes de Paz

Art. 12. Aos Juizes de Paz compete:

§ 2º Obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que perturbam o socego publico, aos turbulentos, que por palavras, ou acções offendem os bons costumes, a tranquillidade publica, e a paz das familias.¹

¹ BRASIL. *Código do Processo Criminal do Império de 1832*. Lei de 29 de dezembro de 1832. Coleção das Leis do Brasil. Sem Paginação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm.

As meretrizes, já citada anteriormente, eram incluídas no grupo dos subalternos, aqueles perturbadores do sossego público. Elas eram obrigadas a assinar os termos, pois suas palavras ou ações eram vista como ofensa. Eram presas com frequência por desprezarem estes. Quais condutas praticadas obrigavam os páreas da sociedade a assinar esses termos? De acordo com Código de processo de 1832, perturbar o sossego público obrigava a assinatura do documento. O mesmo código, no artigo 121 explica como será feita a convocação da pessoa para assinar o documento, que na teoria era feito por um juiz de paz, observe:

DOS TERMOS DE BEM VIVER, E DE SEGURANÇA.

Art. 121. O Juiz de Paz a quem constar que existe no respectivo Districto algum individuo em circumstancias dos que se acham indicados nos §§ 2º e 3º do art. 12, o mandará vir á sua presença com as testemunhas, que souberem do facto: se a parte requerer prazo para dar defesa, conceder-se-lhe-ha um improrogavel; e provado, mandará ao mesmo individuo que assigne termo de bem viver, em o qual se fará menção, na presença do réo, das provas apresentadas pró, ou contra; do modo de bem viver prescripto pelo Juiz, e da pena comminada, quando o não observe.²

O chamamento dos acusados e testemunhas para verificar se o crime de fato foi cometido, apresentando o que ele presenciou. Diferente do Código Criminal, que define o que seria considerado crime e a punição aplicada a quem cometesse, o Código de Processo Penal descreve o processo em etapas, desde a identificação da conduta criminosa até a aplicação da pena, é a imposição da pena em função de um crime. Ou seja, a perturbação do sossego é a conduta criminosa obrigaria essas pessoas a assinarem estes termos, e que tal ação seria praticada

² BRASIL. *Código do Processo Criminal do Império de 1832*. Lei de 29 de dezembro de 1832. Coleção das Leis do Brasil. Sem Paginação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm.

por vadios, estes são definidos, pelo código criminal de 1830, como pessoas que não tinha uma profissão honesta e útil para subsistir depois de advertido pelo juiz. A advertência era a assinatura do termo. Depois dela a pessoa teria que mudar seus modos e encontrar um emprego.

Usaremos este artigo para analisar um termo de bem viver de Maria das Dores, conhecida como Maria Escolástica, Maria Theresa e Jacinta Hutim datado de 23 de outubro de 1882, buscando compreender como era aplicada na prática.

Aos vinte e três dias do mes de outubro do anno de nascimento do nosso senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e dois nesta Cidade de Goyaz em a secretaria da policia honde se achava presente o meretissimo seu doutor Ramires Pereira de Abreu, Chefe de Policia interino da Provincia, ahi comparesserao Maria Theresa, Auta da Cruz, Maria Escolástica e Jacintha Hutim, prostitutas sem profissão onesta, por onde passao subsistiram perturbadoras do sucego publico consitando desordem e ofendendo a moral publica com palavras obsenas e jestos considerados na opnião publica offensivos aos bons costumes, como uniformemente defenderão as testemunhas, constante parte da parte dada pelo Inspector de quarteirão nº da freguesia de Sant'Anna desta capital, e foi verificado pelas (rés?) que prometeram pelo presente termo de se (coibirem?) de semelhante conducta sob as penas de trinta mil reis de multa e de trinta dias.

Considerando que as acusadas Maria Theresa, Auta de Tal, Maria Escolástica e Jacinta Hutrim não se ocupao com trabalho honesto, donde passam a tirar um meio honesto de subsistência ao contrario vivem perturbando o socego das famílias vizinhas offendendo a moral publica com palavras obsenas em voz alta até alta noite, fazem em suas cazas ajuntamento de soldados de resultao freqüentes barulhos incomodando assim aos vizinhos e finalmente que são prostitutas [não foi possível a tradução]. Considerando que as acusadas nada allegarao que destruisse o exposto acima considerando que as 3 M Alves de Cas-

tro Antonio das Dores e Luis de França não fasam cargo alguma contra a accusada felicíssima. Concordam as accusadas Maria Theresa, Auta de Tal, Maria Escolástica, e Jacintha Hutim a assinarem o termo de bem viver nas custas e propostas, e no caso de quebramento do termo a multa de 30 por cento e a prisão até 30 dias.³

Trata-se de um documento escrito na Secretaria de Policia, pelo Chefe de Policia, Ramires Pereira, na Cidade de Goyaz. Neste documento três mulheres foram intimadas a prestarem esclarecimentos, pois estavam sendo acusadas de perturbação do sossego, ofendendo a moral pública, de acordo com o que estabelecia a lei. Era de praxe também chamar as testemunhas do crime para prestar depoimento.

Inferese da documentação que essas prostitutas recebiam as pessoas em sua casa, e que em suas residências elas faziam um ajuntamento de soldados até altas horas da noite, fazendo barulho, com vozes obscenas, suas atitudes configuravam perturbação, proferindo palavras impróprias, incomodando os vizinhos. Na Cidade de Goyaz as casas eram construídas muito próximas uma das outras, logo, na maioria das vezes o dono da casa vizinha ouvia tudo e tudo seria “assistido”. Eduardo Martins (2011, p 104) diz que esses termos eram reveladores de valores sociais, pois evidencia a intolerância, de quem produziu, para com a conduta do acusado, e esse revela o seu modo de vida. Segundo o autor, esses termos evidenciam uma teia de delação do cotidiano, vida, trabalho entre “os debaixo”. Façamos o seguinte questionamento, diante do exposto havia um limite entre o publico e o privado? O Estado poderia intervir no íntimo da vida das pessoas?

Durante certo período as leis que eram regidas na Colônia e Império eram as de Portugal, até que fossem criadas

³ Museu das Bandeiras- MUBAN.Caixa. Meretrizes, infração do termo de bem viver, Maria Escolástica, 1884.

as próprias leis. Os primeiros códigos, brasileiros, começaram a ser escritos no século XIX, sofrendo influência de códigos internacionais. Herdaram-se muitas coisas da administração portuguesa. Um exemplo são as Câmaras municipais, que tinham um papel importantíssimo no “governar” a cidade. Elas eram responsáveis por muitas coisas, a exemplo de ser incumbida de cuidar da saúde pública. Elaboravam as posturas municipais, estas também existiam em Portugal. As Posturas detinham valor jurídico e organizar a sociedade era o seu principal objetivo (SCHMACHTENBERG, 2008, p 6)

Era um conjunto de ordens, normas e leis que disciplinaram e normatizaram o espaço urbano. Essas estabeleciam o bom funcionamento da cidade, [...] como cada coisa deveria funcionar e as punições que seriam aplicadas aqueles que descumprissem o decreto imposto. (NASCIMENTO, 2021, p 2).

Por meio delas o Estado fazia intervenção na esfera privada e publica. A vigilância girava em torno dos hábitos que as pessoas praticavam no dia a dia. Punições eram aplicadas a quem descumprisse o que estava expresso nesses dispositivos.

As fiscalizações nas ruas eram feitas por policiais principalmente no período noturno, alguns documentos indicam que elas aconteciam após as nove horas da noite. Na situação descrita no termo de bem viver, os vizinhos denunciaram as três mulheres devido ao barulho e ajuntamento de pessoas em sua residência. O documento não menciona, mas podemos depreender que talvez essa seja a primeira denúncia, já que as meretrizes tiveram que assinar o termo e não foram presas.

Rabelo (2002, p 3) diz que, “no código do sertão, a injúria e o ultraje não poderiam ser tolerados pacificamente; assim, virtude e violência não se excluía, mas se confundiam numa gama variada de matizes.” Maria das Dores, vulgo Ma-

ria Escolástica, inúmeras vezes descumpriu o termo de bem viver. Em 23 de outubro de 1883, Escolástica ficou presa durante 30 dias na cadeia pública da capital por que proferiram contra uma mulher palavras ofensivas, usando termos impróprios. Eram insultos e injúrias, que muitas vezes não ficavam somente em palavras, chegavam as vias de fato.

O que Maria Escolástica e as demais mulheres praticaram, estaria tipificado como crime de perturbação do sossego público? Ou ela foi presa por não exercer uma profissão honesta? Quais os comportamentos tipificados como desordeiro?

O documento citado diz que por onde passam as prostitutas provocam a desordem. Não temos na legislação um rol taxativo do que seria considerada desordem, e sim um rol exemplificativo, permitindo que a interpretação seja mais ampla desse tipo de conduta. Qualquer comportamento incomum em público poderia ser considerado como desordem.

A conduta praticada por Escolásticas e as outras meretrizes foi perturbação do sossego público, por meio de palavras e gestos obscenos considerados pela opinião pública como ofensivos. O artigo 280 do Código Criminal de 1830 fala que a pratica de qualquer ação que na opinião publica seja considerado como ofensiva a moral e aos bons costumes em locais públicos, ou seja, podemos inferir que a sociedade é quem classificará quais ações serão essas e que a interpretação das mesmas pode ser ampla.

O documento de forma genérica apresenta duas ações, são gestos e palavras obscenas. O termo não cita nenhum dispositivo da lei, mas reproduz um trecho do artigo 280 “considerados ofensivos a moral e os bons costumes”, e não explica em que local a ofensa foi realizada. Ao praticar a perturbação publica o individuo ofende a moral e os bons costumes.

O segundo parágrafo do termo de bem viver inicia com o verbo considerando, este remete a idéia que praticaram a conduta por serem meretrizes. A priori há uma desqualificação dessas mulheres e em seguida lhe atribuem à conduta, como se essa fosse praticada apenas por ser prostituta. O crime era não ter profissão! De acordo com o imaginário da época, não ter uma profissão honesta para sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter profissão era um fator importante, principalmente que “faziam parte de grupos subalternos”. Aquele que não tinha um ofício poderia ser considerado um vadio. O vadio era considerado aquele que exercesse atividades remuneradas temporariamente.

Na Cidade de Goyaz as mulheres meretrizes viviam da realização de serviços do cotidiano, e a prostituição era uma forma de complementar a renda. Essas mulheres estavam inseridas em grupos que estavam às margens da sociedade.

O meretrício era compreendido como pecado público escandaloso (SOUZA, 2018, 64) Essas mulheres ficavam expostas a diferentes situações, eram vitimas da sociedade e do Estado. As acusações proferidas contra as mesmas, muitas vezes eram feitas de forma genérica, os documentos, a exemplo dos termos de bem viver, não apresentavam todas as informações que a lei solicitava. A conclusão que chegamos é que eram acusadas de certas condutas apenas por serem prostitutas. O crime era não ter profissão.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS:

Museu das Bandeiras- MUBAN

Caixa. Meretrizes, infração do termo de bem viver, Maria Escolástica, 1884.

IMPRESSAS:

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Lei de 16 de dezembro de 1830. Coleção das Leis do Brasil. Atos do Poder Legislativo de 1830. (Título II, Capítulo I). Sem Paginação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 01/12/2021

BRASIL. **Código do Processo Criminal do Império de 1832**. Lei de 29 de dezembro de 1832. Coleção das Leis do Brasil. Sem Paginação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 29/11/2021

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

DO NASCIMENTO, N. M. (2020). Ensaio sobre as posturas municipais na cidade de Goyaz: 1831-1855. **Oficina Do Historiador**, 13(2), e37870. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2020.2.37870>. Acessado em ; 02 de dez.2021.

MARTINS, Eduardo. **A invenção da Vadiagem**: os termos de bem viver e a sociedade disciplinar no Império do Brasil/Eduardo Martins. -1.ed. – Curitiba, PR; CRV, 2011. P 103

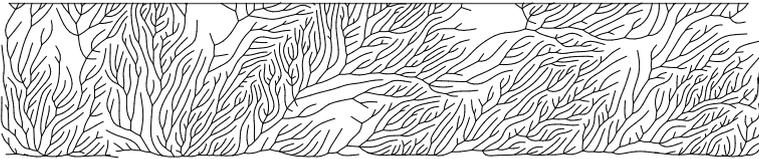
RABELO, Danilo. **Os excessos do corpo**: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889). 1997. Dissertação (mestrado) – UFG, Goiânia, 1997. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20854-ano-1997-dissertacoes>. Acessado em: 07 ago. 2017.

_____. As representações jurídico-policiais sobre a prostituição na Cidade de Goiás. **Em tempos de História**, Brasília, DF, n. 6, p. 1-29, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20173>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. **A prostituição em Minas Gerais no século XVIII**: Mulheres públicas, moralidade e sociedade/ Alexandre Rodrigues de Souza; Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, orientador, Niterói, 2018. 239 p

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de postura e regulamentos:** Vigiar, controlar e punir. Vestígios do passado a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p 6. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

CORPOS TRABALHADORES, SEDUTORES E FESTIVOS: REPRESENTAÇÕES DO CORPO FEMININO EM BRAGANÇA (1916-1940)



Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos

As histórias dos corpos apresentadas a seguir delineiam trajetórias de mulheres que enfrentaram a labuta cotidiana e fizeram dos seus corpos valorosos instrumentos de trabalho a promover a subsistência familiar. São narrativas que desnudam corpos habituados aos exaustivos trabalhos nas lavouras, bem como às lidas diárias da maternidade e da administração do lar. Contudo, para além destas utilidades, às mulheres trabalhadoras, o corpo também serviu para fomentar a autonomia como a de dar fim a um envolvimento amoroso que não atendia mais aos seus anseios e enfrentando os embaraços abandonar o marido, a casa, os bens e estabelecer outro lar, com ou sem um novo companheiro, com ou sem os filhos, com ou sem o apoio da família.

Dentro desse panorama, o cenário a ambientar as tramas da primeira narrativa teve como elementos uma mulher trabalhadora, casada e mãe, a qual na empreitada por um relacionamento afetivo satisfatório usou as suas habilidades la-

borais para fomentar uma nova constituição amorosa e familiar e nesta empreitada abandonou o marido, afastou-se das filhas e não pôde contar com o apoio de sua família nestas decisões. Trata-se de Maria Joanna da Conceição, cearense, casada "conforme o rito católico"¹ com Reinaldo Gonçalves Celestino, 32 anos, cearense, lavrador, residente na localidade denominada Almoço, município de Bragança, que ao tempo do processo em tela eram pais de duas crianças, a saber: Maria de Nazareth, 8 anos e Josepha Maria da Conceição, 2 anos². Parte da vida privada do ex-casal foi exposta a partir da petição impetrada por Maria Joanna. O citado documento tinha por objetivo conseguir da justiça a ordem para a entrega das meninas à mãe destas. Com o intento de conquistar o amparo da lei, a genitora declarou terem sido as ações do seu ex-marido o motivo para se encontrar separada das suas filhas. Segundo a versão de Maria Joanna, Reinaldo "ao abandoná-la, conduziu com suas filhas para o lugar Almoço, onde se acha".³

Nada foi dito por Maria Joanna sobre a razão pela qual o seu ex-companheiro a repeliu do lar, da companhia dele e da das filhas. O silêncio sobre as agruras da vida pregressa aponta para o fato de que para Maria Joanna e o seu defensor técnico, Benedicto Augusto, importava demonstrar ao julgador do caso, Augusto Rangel de Borborema, estar diante dele um corpo materno e trabalhador, o qual, mesmo tendo sido supostamente abandonado pelo marido, tinha se reestruturado após a separação e com o esforço do seu trabalho, adquirido os recursos materiais necessários para prover, sozinha, o sustento das filhas presumivelmente arrancadas da sua vida pela força paterna.

¹ Autos de petição, 1924. Requerente: Maria Joanna da Conceição. Réu: Reinaldo Gonçalves Celestino. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

² Idem.

³ Idem.

A tese de Maria Joanna opunha-se à do seu ex-marido, o qual declarou: "não é ezacto que ele a tivesse abandonado",⁴ pelo contrário, "sempre a tratou bem em quanto viveram juntos"⁵ e o matrimônio teria se tornado insustentável por causa de presumíveis relacionamentos extraconjugais de sua ex-companheira. De acordo com o relato de Reinaldo, antes da separação Maria Joanna mantinha um relacionamento amoroso com Leonardo Francisco de Sousa, com quem estaria vivendo em mancebia após abandonar a família. O fato desencadeador da ruptura teria sido um encontro entre Maria Joanna e Leonardo, ocorrido na casa em que ela residia com o marido e as filhas. Ao ser apanhada em flagrante pelo marido, a peticionária não titubeou, deixou o citado companheiro e a prole e se uniu ao seu novo amor.

Os fatos apresentados sugestionavam que Maria Joanna tinha abandonado a família no ímpeto de ceder aos seus desejos lascivos, à paixão e ao amor, condutas a tornar inviável deixar as filhas sob a sua guarda. Apesar de afirmar a existência de condições materiais à descendência, bem como educação e cuidados necessários, o seu pedido não foi atendido. O discurso de corpo higienizado pela maternidade e doutrinado pelo trabalho não convenceu ao juiz Augusto Rangel de Borborema, que além de recusar a entrega das crianças à Maria Joanna, determinou a destituição do pátrio poder da genitora e concedeu a tutela das menores à Joana Maria da Conceição, 60 anos, cearense, viúva, lavradora, residente no Quilômetro dezenove, município de Bragança, avó das meninas e mãe de Maria Joanna.

A autonomia conquistada por meio do trabalho concedeu à personagem a possibilidade de escolher a quem entregar o seu corpo e, desse modo, partilhar a sua vida privada. Porém,

⁴ Idem.

⁵ Idem.

estes padrões de conduta não ficaram isentos das críticas da sociedade. Portanto, quando mulheres como Maria Joanna – que ousaram fazer da sua força de trabalho instrumento de independência – se envolviam em demandas no campo jurídico, o Estado e a sociedade cobravam o preço dessa liberdade. Às mulheres, o trabalho, gerador de certa autonomia financeira, jamais poderia ser usado como recurso a oportunizar paixões desenfreadas e amores tresloucados, sob o risco de, facilmente, serem as outrora elogiadas trabalhadoras, interpretadas como prostituídas, perdidas, depravadas.

Assim como nas teias havidas entre Joanna e Reinaldo, cenário similar aconteceu com a queixa de defloramento apresentada por Domingas Maria Epiphania, 16 anos, solteira, serviços domésticos, contra Benedicto Alfredo Maximiano da Costa, 23 anos, solteiro, agricultor, residentes no Icarahú, município de Bragança⁶. Se por um lado, o promotor público José Severiano Lopes de Queiroz desejava fazer crer que o corpo violado e exposto nos autos referia-se a uma matéria perfeitamente disciplinada e moldada pela doutrina laboral, razão pela qual se deslocava entre matas, rios, vilas "trabalhando na agricultura sujeita a caminhadas longas, despreocupada e indiferente aos preconceitos das cidades que impõe cuidados e prevenções outras para a defesa da honestidade das moças"⁷, por outro, os depoimentos dos vizinhos traçaram perfil antagonístico e revelaram condutas reprováveis de um corpo dito despudorado. Marginalizados, os corpos das mulheres envolvidas em relações sexuais ditas inadequadas foram categorizados como indisciplinados, sensuais, transbordantes de sexualidade e de caracteres voluptuosos, conjunto de características ditas predatórias, as quais o Estado, a Igreja e parte da sociedade acreditavam capazes de levar à corrosão das famílias e da moralidade social.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

Cabe observar que nenhuma testemunha contestou a importância do trabalho de Domingas à manutenção de sua família, pelo contrário, os depoentes foram uníssomos ao afirmar ser aquela uma trabalhadora dedicada, desempenhando diariamente as atividades domésticas e também as concernentes às da roça, exercendo diferentes ocupações, as quais se configuravam em valoroso auxílio ao sustento do seu lar. Todavia, as investigações indicaram terem sido estes deslocamentos interpretados pelas testemunhas e pelas autoridades policiais e jurídicas como estratégias utilizadas pela jovem para facilitar encontros amorosos e sexuais. Essa percepção foi relatada por Hilario Gomes Ribeiro, 40 anos, lavrador, residente no Icarahú, município de Bragança. Testemunha de acusação no citado processo, ele afirmou conhecer a jovem há muito tempo, inclusive declarou ter tido relações sexuais com ela antes da denúncia em apreço. Segundo o depoente, inquestionavelmente estava em julgamento um corpo moldado pelo trabalho, porém, as tramas cotidianas a circunscrevê-lo não se restringiam às atividades laborais, desta feita, os supostos diversos namoros e passeios desacompanhada converteram-se em impuros ao corpo que a disciplina laborativa se empenhava a higienizar.

Assim sendo, Hilário sustentou que, apesar de Domingas ser uma jovem dedicada às labutas na roça, não gozava de boa reputação entre os moradores das comunidades nas quais transitava e assegurou: "vizinhos a tem como rapariga devido a seu procedimento"⁸. Apesar de arrolado ao inquérito policial e posteriormente ao processo jurídico como atestante das declarações de Domingas, a fala do depoente estava mergulhada numa atmosfera de moralidade e de reprovação quanto aos usos corpóreos de Domingas. As evidentes contradições

⁸ Idem.

localizadas no interior dos discursos proferidos em juízo por esta personagem invalidaram as qualidades entendidas por ele, pelo Estado e pela Igreja como intrínsecas a uma mulher trabalhadora e enfatizaram a sua suposta depravação sexual.

Retorne-se ao processo. O juiz Augusto Rangel de Borborema considerou existir flagrante contraste entre o declarado pela ofendida e pelo promotor frente ao revelado pelos depoimentos, visto que, apesar de Domingas e o seu defensor apresentarem-na como uma mulher honesta, casta e inocente, cujo corpo tinha sido forjado na labuta diária e corrompido pela malícia de um sedutor; havia oposição a esta narrativa, qual seja: quatro testemunhas homens, as quais debateram acerca de um corpo inquestionavelmente dedicado ao trabalho, porém, percebido por eles e por parte da comunidade onde viviam como insubmisso frente às disciplinas sexuais. Diante deste cenário, no qual o corpo da queixosa foi dado a ler, pelas testemunhas, como impuro, apesar de trabalhador, o magistrado concluiu ser Benedicto Alfredo inocente do crime de defloramento ao qual respondia em juízo, haja vista os "autos não oferecem elementos de convicção nem quanto à existência do crime, nem quanto aos indícios de elementos de delinquência do acusado"⁹. Vê-se, portanto, que o corpo feminino higienizado e regulado pelo trabalho adquiria valor na sociedade, entretanto, não servia como garantia inquestionável para fazer com que aqueles talhes fossem interpretados como confiáveis, impolutos e castos.

O ato de ocupar o seu tempo com atividades úteis à família e à comunidade competia ao trabalhador o *status* de respeito junto àquele grupo social. A dedicação às atividades laborais inspirava confiança, apreço, consideração e simpatia. Reforça este pensamento as reflexões apresentadas no livro

⁹ Idem.

“Filhas das matas” de Benedita Celeste de Moraes Pinto, que ao estudar sobre os campos de atuação, os saberes e as experiências de parteiras, curandeiras e benzedoras negras e rurais da região do Tocantins no Pará, enfatizou o quanto estas personagens conquistaram o respeito e a admiração da sua comunidade, tanto em função dos serviços especializados que desempenhavam, quanto da responsabilidade e do compromisso que assumiam nestas tarefas. Assim, gradativamente estas mulheres alcançaram posições de liderança tanto na esfera doméstica quanto fora dela, sendo respeitadas pelos maridos, pelos filhos e pelo grupo social. (PINTO, 2010) O trabalho, portanto, é uma referência fundamental para o indivíduo, sendo um dos principais instrumentos através do qual homens e mulheres interagem com o seu meio social, influenciando e sofrendo influências e a partir dessa relação construindo a sua imagem frente aos outros indivíduos. As mulheres, a sua força de trabalho, as suas habilidades e a sua sexualidade deveriam estar empenhadas em promover o equilíbrio das relações sociais e com este fim serem dedicadas e estimuladas ao casamento, à maternidade e aos trabalhos voltados à manutenção e ao sustento do lar. Contudo, o corpo não era, não é e nunca será tão facilmente apenas uma matéria tecida, estruturada, desenhada e recortada pelas hábeis e disciplinadoras mãos do Estado, da Igreja e da sociedade, pelo contrário, as ações movem-se pelos sentidos, interesses e desejos da carne, dos amores e das paixões e quando desagradavam as Instituições de regulação da vida coletiva – o Estado e a Igreja – estas reivindicavam o direito de infligir rigorosas penas aos corpos ditos desviantes.

Embora não fosse negada a importância do trabalho feminino nas dinâmicas de produção de alimentos, nos cuidados com a terra, no trato com os animais, enfim, nas diversas atividades responsáveis por movimentar os recursos financeiros

ros necessários ao sustento e ao desenvolvimento das famílias e das comunidades, as mulheres jamais estiveram isentas dos discursos construtores de corpos vistos como posse e propriedade dos homens. Em outras palavras, pretendia-se controlar a sexualidade feminina de várias formas e em diversos níveis, assim sendo, as mulheres trabalhadoras foram analisadas para além dos parâmetros do seu rendimento laboral, da sua produtividade e da sua força, sendo, recorrentemente, avaliadas pelos seus comportamentos no trabalho, na conjuntura do lar, nos momentos de lazer e nos eventos sociais, por exemplo.

Na luta por sobrevivência, as mulheres desempenharam diversos tipos de trabalhos, enfrentaram conflitos e julgamentos, mas também traçaram, concomitantemente, estratégias para vivenciar relacionamentos afetivos, amorosos e sexuais adequados aos seus anseios. Em outras palavras, se por um lado o trabalho feminino era necessário à subsistência, por outro, muitas mulheres não submeteram seus corpos exclusivamente à disciplina do labor e, em diversos momentos, aproveitaram as circunstâncias próprias da labuta para tramarem encontros, fugas e relações sexuais. Este foi o pressuposto utilizado por João Campello da Silva, 21 anos, solteiro, lavrador, residente nos Campos de Baixo, município de Bragança, para se defender da acusação do defloramento de Camilla Soares de Sousa, 17 anos, solteira, doméstica, residente à Vila São Thomé, município de Bragança¹⁰. O acusado empenhou-se em demonstrar que o trabalho, além de prover o sustento familiar, também poderia se configurar em máscara para encobrir fertes, paqueras e o livre exercício da sexualidade.

João Campello e o seu defensor, José Francisco da Cunha Júnior, montaram um panorama no qual o corpo de Camilla figurava como incapaz de ser controlado, de modo que

¹⁰ Autos crimes de defloramento, 1918. Ofendida: Camilla Soares de Souza. Réu: João Campello da Silva. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

nem a vigilância da genitora, tampouco a disciplina do trabalho se mostraram eficazes o bastante para dominar os seus ímpetos sexuais. No intento de provar a ação de Camilla na articulação de encontros sexuais e o empenho dela em disfarçá-los debaixo do manto honesto do trabalho, o acusado passou a conjecturar sobre o suposto mau comportamento da jovem durante as tarefas realizadas por ela na companhia de um primo, identificado nos autos apenas como Irineu. Consoante as especulações do suposto deflorador, a relação existente entre Camilla e o seu primo extrapolavam os manejos habituais do trabalho, deste modo, João Campello desejava fazer crer que a dupla aproveitava a proximidade física e o inevitável contato dos corpos durante as atividades para saciarem os seus desejos carnisais.

"(...) Irineu anda a noite com Camilla, até para o curral, além de dormir em casa della por diversas vezes, sendo so pelo menos uma vez, e por estas ocasiões conduzia Camilla em sua companhia para despesca os ditos currais, o que era notorio porquanto o dito Manoel de Tal é uma das testemunhas de vista do procedimento de Camilla com Irineu, primo dela."¹¹

Na perspectiva do acusado e do seu defensor, as ocasiões nas quais os primos encontraram-se a sós pela situação do trabalho transformaram-se em conjunturas favoráveis às intimidades. Todavia, as suposições da defesa omitiram informações importantes a respeito da dinâmica cotidiana da deflorada, quais sejam: o fato de o núcleo familiar de Camilla ser composto apenas por ela e pela genitora Raymunda Soares da Silva e que, neste contexto, Irineu representava colaborador fundamental no sustento da família. Visto que, ao convidar Camilla para auxiliá-lo, fornecia os meios para viabilizar a ela e à sua mãe o sustento da casa. Este fato não passou despercebido pelas testemunhas Inocencio Augusto Pinheiro, 46 anos, casado, lavrador; João

¹¹ Idem.

Placido de Sousa, 43 anos, solteiro, lavrador e Theodoro Antonio Correa, 22 anos, lavrador, residentes à Vila São Thomé, município de Bragança. Estes agentes eram vizinhos de Camilla e ao serem interrogados a respeito da conduta dela, declararam enfaticamente tratar-se de uma moça trabalhadora e honesta.

Embora Camilla fosse percebida por parte da comunidade como honesta por ser dedicada às tarefas laborais, o fato de morar apenas com a genitora também foi usado pela defesa do acusado como elemento a concorrer às supostas corrupções física e moral dela. Os discursos insinuavam faltar naquela família a autoridade, a força e a moralidade provenientes da figura paterna. Sobre este campo, as alegações de João Campello pretendiam evidenciar inexistir naquele lar, formado e sustentado apenas por mulheres, espaço à moralidade e à disciplina. Neste sentido, o discurso mais incisivo a corroborar com este argumento foi o da testemunha Benedicto Moraes da Silva, 28 anos, casado, lavrador, residente no Atoleiro, município de Bragança. O depoente informou ter, muito antes da denúncia em apreço, "relações sexuais com Camilla mesmo em presença de sua própria mãe, só deixando essas relações depois de seu casamento"¹². Essas declarações se coadunavam ao sugerido pelo acusado e o seu defensor: de a família constituída por Camilla e genitora ter utilizado o trabalho como forma de sustento material, mas também como caminho à liberdade sexual. Assim, de acordo com os valores e padrões expressos nos depoimentos e no exame de corpo de delito – que determinou o defloramento como antigo – o juiz Manoel Marya Neto julgou João Campello inocente da acusação de defloramento e para esta decisão justificou terem sido apresentadas provas suficientes para acreditar que Camilla teria consentido à cópula de livre e espontânea vontade.

¹² Idem.

As atividades laborais possibilitaram oportunidades para transitar parcialmente livres da vigilância de parentes e vizinhos e nestas condições, muitas mulheres aproveitaram a sutil redução no controle sobre os seus corpos para seduzir, namorar, marcar encontros íntimos e efetivarem fugas. Aquelas que se arriscaram nestes empreendimentos, se tornaram alvos frequentes dos debates travados nos processos estudados, logo, a preocupação manifestada pelos representantes do jurídico e também por parte da sociedade diante dos domínios exercidos pelas mulheres face aos seus corpos, desejos e rotinas evidenciam a assaz importância conferida por estes grupos aos modos como elas usavam os seus corpos, os quais foram avaliados como potencialmente ameaçadores do equilíbrio moral e sexual desejados. Enfim, assim como nos casos de Maria Joanna, de Domingas e de Camilla, o trabalho foi, reiteradamente, tratado pelos acusados como suposto pretexto para esconder e viabilizar o que eles pretendiam convencer ser o verdadeiro desejo da deflorada: entregar-se aos amores, às paixões e aos prazeres sexuais.

É importante enfatizar a relevância do trabalho das mulheres à manutenção familiar, porém, a liberdade necessária ao desempenho das atividades era indesejada. Nestes campos, a vida laboral deveria servir como mais um mecanismo a moldar as condutas e jamais como ferramenta a oportunizar autonomia e independência para dispor do corpo para o prazer, para o amor e para o sexo. Sob esta perspectiva, o mundo do trabalho foi interpretado ora como o protetor das mulheres ditas honestas que buscavam nas atividades extralhar maneiras de sustentar a sua família, ora como ameaça à moralidade individual e coletiva por viabilizar liberdades, contatos e experiências tidas como corruptoras das jovens trabalhadoras. Atinente a estas escalas, a obra "Clotildes ou Marias" de Etelvina Maria

de Castro Trindade (TRINDADE, 1996, p. 73-85), que discorre sobre a inserção das curitibanas no mundo do trabalho na Primeira República, auxilia as reflexões deste estudo em razão de analisar as políticas de repressão e disciplinarização das trabalhadoras e como estas serviram às propostas de controle e regulamentação das condutas das mulheres em sociedade. Apesar de pensadas a partir da sociedade curitibana, as ponderações da pesquisadora contribuem ao entendimento do trabalho enquanto mecanismo utilizado pelo Estado e pela Igreja para a tentativa de dominação dos comportamentos indesejados, tais como: a prostituição, os vícios e a boemia. A tarefa de controlar corpos femininos transitando pelas comunidades distantes do olhar vigilante e controlador de pais e responsáveis, bem como receptivos às brincadeiras e aos jogos de sedução, era um desafio que se impunha ao Estado, à Igreja e às famílias tanto na Curitiba novecentista como nas comunidades rurais bragantinas das décadas iniciais do século XX.

De acordo com a pesquisadora, a participação das mulheres nas atividades laborais fora do domínio do lar representava importante aliada às políticas do Estado à construção de uma sociedade próspera, normatizada e moralizada. Porém, para alcançar o êxito deste projeto tornava-se necessário manter o equilíbrio entre a liberdade inerente e necessária ao labor e a sexualidade supostamente pulsante dos corpos feminis. Dito de outra forma, acreditava-se na força moral da mulher quando o tema era a proposta de urbanizar as condutas, porém, a atuação delas nestes campos exigia o emprego de esforços à administração da sexualidade das trabalhadoras de modo a transformar os seus corpos em extensões dos domínios do Estado no dia a dia da comunidade.

Nestes campos, Trindade ponderou que, à sociedade curitibana, a escola desempenhou o papel de regulador dos

valores morais desejados, buscando inculcar nas mulheres o seu dever social de contribuir ao desenvolvimento da comunidade, à unidade familiar e ao bem da Nação. Porém, ao contexto das comunidades rurais bragantinas, o controle sobre as condutas das mulheres quer nos afazeres domésticos, quer nos realizados longe dos domínios do lar, acontecia por meio de frágeis estruturas. A liberdade, a autonomia e a independência naturais das lidas do trabalho nas áreas rurais, dificultava sobremaneira a ação repressora do Estado sobre a vida destas mulheres, razão pela qual abundam denúncias de relações sexuais ocorridas em espaços onde a mulher desempenhava seu trabalho, com homens que outrora atuaram como seus parceiros na labuta.

Assim como as curitibanas estudadas por Trindade, a cearense Maria Joanna e a bragantina Camilla, as mulheres jamais estiveram nas trincheiras apenas como vítimas dos casanovas, pelo contrário, muitas tiveram agência, organizaram estratégias e em diversos processos se estruturaram social, familiar e economicamente de modo a resistirem às pressões sociais, opondo-se aos estereótipos a elas impostos, assumindo a posição de donas de si e promovendo instabilidades onde se esperava delas a cooperação ao equilíbrio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos estudados retrataram corpos femininos independentes e insubmissos, que forjaram a própria história através da lida cotidiana na lavoura e nos serviços domésticos. Corpos geradores de incômodos pelo modo como se movimentavam em sociedade e por ousar viverem experiências amorosas fora dos padrões desejados pelo Estado e pela Igreja. A partir desta premissa, conflitos foram desencadea-

dos e neles, recorrentemente, os homens acusados de deflo-ramentos se defendiam imputando às mulheres a responsabilidade por, supostamente, terem enganado os familiares, os vizinhos e a comunidade ao, matreiramente, usarem a liberdade de deslocamento inerente às lidas na roça, nas matas, nos igarapés, nas praias e nos campos como forma de ocultar encontros amorosos e sexuais.

Na vida cotidiana das comunidades, a reputação de mulheres e de homens era construída principalmente a partir da dedicação ao trabalho. Todavia, quando as mulheres se envolviam em questões jurídicas, em vez de serem reconhecidas e admiradas por serem boas trabalhadoras, como os homens em situação parecida, eram julgadas suspeitas pelas circunstâncias inerentes ao labor. Portanto, os caminhos por elas percorridos, as amizades e as condutas formaram conjunto de atitudes que ajudaram o réu, o seu defensor, as testemunhas e o juiz a conjecturarem o corpo como indócil frente à disciplina da labuta na lavoura.

Os trâmites a envolver os casos apresentados evidenciaram o poder punitivo do Estado sobre os corpos das mulheres. Em outras palavras, nas demandas nas quais as mulheres dedicaram-se ao trabalho, mas ao mesmo tempo, burlaram as regras morais a elas desejadas para experimentar contatos amorosos e sexuais, os sistemas policial e jurídico buscaram apagar as aptidões e qualificações laborais atribuídas aos corpos femininos e voltaram as suas lentes exclusivamente às indesejadas liberdade e sexualidade corporal; deste modo, justificava-se a aplicação de rígidas disciplinas na tentativa de normatizar as relações cotidianas. Do conjunto de suspeitas e alegações feitas contra as mulheres defloradas, infere-se que, independente das atividades por elas ocupadas – domésticas, lavradoras, cozinheiras – os usos que faziam dos seus corpos sempre gera-

vam suspeitas, ou seja, apesar de o trabalho ser interpretado como capaz de higienizar os corpos e discipliná-los, o corpo delas jamais foi concebido como completamente dominado e, portanto, livre dos riscos de uma sexualidade perturbadora do equilíbrio moral do homem.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Autos crimes de defloramento, 1918. Ofendida: Camilla Soares de Souza. Réu: João Campello da Silva. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

Autos crimes de defloramento, 1921. Ofendida: Domingas Maria Epiphania. Réu: Benedicto Alfredo Maximiano da Costa. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

Autos de petição, 1924. Requerente: Maria Joanna da Conceição. Requerido: Reinaldo Gonçalves Celestino. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

BIBLIOGRAFIA:

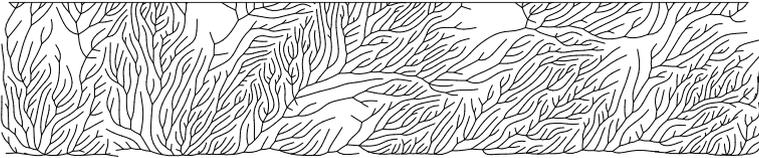
CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PERROT, Michelle. "Corpos subjugados.". *In: As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005, pp. 447-454.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das matas**: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açai, 2010.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. "Sob o ruído das máquinas". *In: Clotildes ou Marias*: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996, pp. 117-142.

**“A CLASSE MAIS POBRE DA SOCIEDADE
É A CLASSE DOS CRIADOS DE SERVIR”:
MOBILIDADE E AUTONOMIA NO
COTIDIANO DE TRABALHADORAS
EM BELÉM (1888-1900)**



Caroline Porto Brito

O ano era 1890 e a doceira Izabel Mauricia do Espirito Santo caminhava pela rua do Rosário equilibrando um charão de doces na cabeça rumo ao *colyseo*¹, eram duas horas da tarde, mais ou menos. Os quitutes renderiam quarenta e cinco mil reis se fossem todos vendidos e pertenciam a Senhora Pacífica para quem Izabel estava trabalhando naquela tarde de domingo. Porém, esse não era o único meio de vida da doceira, na verdade, seu domingo começou cedo aquela manhã e logo esteve no mercado público fazendo compras para a casa de seu patrão onde era alugada como cozinheira. O aluguel, nesse contexto, se consistia em trocar os serviços (nesse caso o doméstico) por uma quantia em dinheiro, esse valor poderia ser pago por mês, quinzena ou semana, dependia do contrato estabelecido entre contratante e locatário, no

¹ De acordo com a historiadora Aline Lima o *Colyseo* era o local das touradas em Belém ao longo do século XX, foi um espaço que surgiu em consequência da presença de imigrantes espanhóis na cidade naquele período.

caso de Izabel ser uma criada alugada implicava em preparar a alimentação diária em uma casa de família, infelizmente não é possível afirmar o valor do ordenado da cozinheira.

A presença de alugadas pelas ruas de Belém era recorrente na última década do século XIX, assim como Izabel outras mulheres foram contratadas para o serviços de criada que poderia ser lavar, cozinhar, engomar, costurar e mais atividades em casas de família, nos periódicos da época vários são os anúncios solicitando os serviços de uma cozinheira, por exemplo. Além disso, a partir do ano de 1889 as discussões sobre a regulamentação dos serviços domésticos passa a fazer parte da agenda política na câmara municipal da capital paraense, sob a designação de Projeto de Lei N. 1.770 na tentativa de ordenar e fiscalizar a vida de quem se empregava nesses serviços. Porém, foi a partir do ano de 1888, especificamente após a abolição, que articulistas de jornais empenharam-se em denunciar e estereotipar as condutas das criadas, um deles assinala as dificuldades para se conseguir criada(o)s ao afirmar que “quando ainda existia a escravatura. Os únicos: creados com que se podia contar, eram os escravos; extinta a escravatura, luta se com difficuldades enormes para obter-se um creado ou uma criada para os serviços domésticos” (*Diário de Notícias*, 30/10/1888), sendo assim, as atividades domésticas estavam diretamente associadas ao trabalho escravo e esses possíveis ex-senhores usaram a imprensa para reclamar as adversidades causadas pelo 13 de maio, nesse caso, a carestia de criadas. Para esta questão envolvendo as trabalhadoras domésticas em Belém Lobo assinala que a partir da abolição os valores de subserviência ao senhor até então vigentes acabam em riscos de desordem (LOBO, 2019, p.379), logo essas impressões publicadas nos jornais da cidade buscaram legitimar a tentativa de controle social e manutenção da ordem.

Outras publicações se empenharam em denunciar comportamentos e práticas consideradas imorais e viciosas como justificativa para a regulamentação do trabalho e da vida das criadas domésticas, alegavam que

Além de servir mal não oferecem garantia de seus costumes e nem tão pouco tem estabilidade de seus serviços. No mercado público as cozinheiras se reúnem diariamente e de balde ao braço esquecem seus deveres em prolongadas conservas, sem outro fim a não ser a vadição, origem da maligna detração, da libertinagem e mais vícios consequentes. Nas tabernas, que se vem em quase em todas as esquinas de nossas ruas, fazem o seu ponto de reunião as serventes, e têm elas por motivo o mais desenfreado deboche (...) Admitidas, não se lhes pode fazer uma observação, pois despedem-se incontinenti, ficando a casa abandonada e muitas vezes sem cozinheira e serventes! Grande serviço prestaria S. Exc. A esta província, si confectiona-se e torna-se efetivo um regulamento sobre os deveres dos fâmulos e dos amos, criado a matrícula obrigatória e sujeitando uns as penas correccionais e outros a multas. (HDBN. *Diário de Belém*, 27/10/1888.)

Discursos como este enfocam a condição das mulheres apesar de existirem homens exercendo a função de criados de servir, o articulista construiu uma representação negativa e caracterizou comportamentos cotidianos de cozinheiras e serventes como imorais por não estarem de acordo com normas sociais da elite intelectual e política da época, sendo assim as criadas precisavam ser vigiadas e punidas por parte das autoridades. Nesse sentido, é oportuno perguntar quais interesses perpassaram a prática cotidiana dessas trabalhadoras, quais comportamentos as criadas de servir viveram em comum?

A presença de trabalhadoras pobres como testemunhas, réis ou vítimas nos processos crime do 1º, 2º e 3º distrito criminal da capital paraense possibilitou o registro de alguns

aspectos de suas vidas. O texto normativo de qualificação de respondente contém informações acerca da profissão, idade, estado civil, naturalidade, endereço, filiação e alfabetização, o que possibilitou entrever quais experiências comuns essas trabalhadoras compartilharam,

Nesse sentido concordo com o historiador Maciel Silva quando afirma que esse conjunto de semelhanças é uma engrenagem social niveladora, produtora de um *habitus* a elas parcialmente correspondente. Além da documentação judiciária, utilizei alguns periódicos dos oitocentos onde foram impressas representações acerca das trabalhadoras domésticas com o intuito de compreender parte da experiência social de criadas de servir naquela sociedade. Esta é a história que pretendo contar.

MOBILIDADE DAS CRIADAS PELAS RUAS E MERCADOS PÚBLICOS DE BELÉM

A paraense Izabel Maurícia do Espírito Santo foi surpreendida com cipoadas enquanto trabalhava de doceira na rua do rosário e não viu, imediatamente, quem era a autora (o) do ataque. As chicotadas, as ditas cipoadas fizeram cair por terra o charão trazia sobre a cabeça, os quitutes que ali estavam caíram por terra e ficaram “tudo estragado e abandonado”. Em consequência das pancada recebidas Izabel Maurícia de 29 anos, foi recuando para trás tentando se defender e acabou caindo sobre Tia Policiana, uma vendedeira idosa que estava sentada na porta de sua casa no momento do ataque, foi quando Maurícia identificou quem era a autora das bordoadas.

Testemunhas que estavam no local e presenciaram as ofensas físicas sofridas pela cozinheira, aconselharam-na a denunciar, e assim, no domingo 23 de julho de 1890 na

Chefatura de Segurança Pública junto ao subprefeito de Sant'Anna José de Souza Rocha, Izabel Maurícia do Espírito Santo foi queixar-se contra a mulher de nome Ana da Conceição Fernandes, também cozinheira, por espancá-la com um maço de punhos de rede em forma de chicote na porta da casa de D. Leopoldina de Castilho, patroa de Ana. Agora, você deve estar se perguntando o que levou Ana da Conceição Fernandes a dar cipoadas em Izabel naquele domingo de julho, vejamos a seguir outros fatos que nos aproximam do cotidiano dessas mulheres.

Como dito no início deste trabalho, as cozinheiras iam ao mercado público desde muito cedo para realizar suas compras diárias e foi lá que Ana e Izabel se cruzaram primeiramente na manhã daquele domingo, na queixa registrada pela Subprefeitura Izabel afirmou que desde o sábado, 15 de julho, Ana estava enfezada com a doceira “por causa do homem que vive com ela amasiado”² e na manhã do dia 23 enquanto fazia compras ouviu Anna que estava de parte, gritar dizendo “deixa ella isso é commigo, eu vou esperala para surreal”. Nessa história, além da inimizade entre as trabalhadoras, é possível perceber o mercado público da capital paraense como um ponto de encontro onde se desenvolviam complexas sociabilidades que ultrapassaram os sentidos financeiros de compra e venda de gêneros alimentícios.

O cotidiano nos mercados e demais locais públicos, proporcionava maior mobilidade e autonomia nas decisões, visto que eram espaços em que os olhos dos patrões não re-

² No Dicionário da língua brasileira de 1832, de Luiz Maria da Silva Pinto (1775 – 1869), amasiar-se tem significação: Amasio, s- MI, Amigo amante, namorado ou Amasia s. f. Amiga, concubina. Nas fontes aqui analisadas, as palavras “amasiada(o)/amasio(a)” referem-se a união informal dividindo moradia e determina relações sexuais entre amasios de maneira consensual, dessa forma é possível identificar o reconhecimento de parentes e amigos. Isto é, “amasia (o)” não era exclusivamente ser concubina ou amante, era uma relação que envolvia o reconhecimento do grupo social, isto é, família, amigos e vizinhos. Além disso, Cristina Donza Cancela em sua dissertação de mestrado, afirma que nas camadas populares havia maior flexibilidade no que diz respeito às relações amorosas socialmente aceitas, uma delas se consistia em ser amasio (a) de outrem. Fl, 10.

caiam vigilantes e julgadores sobre os comportamentos das cozinheiras, e nas margens das obrigações diárias as trabalhadoras relacionaram-se amistosamente ou engajaram-se em conflitos, desse modo comportamentos habituais das criadas de servir foram publicados por articulistas como moralmente negativo forjando estereótipos de classe como foi elucidado anteriormente. No entanto, havia limites para os usos sociais do mercado público, e é Anna quem nos alerta sobre isso, afinal segundo ela

agrediu e espancou a Izabel por que Izabel ha quinze diaz mais ou menos provoca a respondente no mercado (...) achou que não devia bater-se no mercado por ser lugar muito publico, guardando-se querendo evitar, mas como as provocações augmentavão e não podendo mais suportar foi espera-la na rua do Rosário. (CMA, Ferimentos Leves, 1890).

O mercado era local “muito público” e por isso inadequado para solucionar as provocações de Izabel da maneira que achava coerente, sendo assim, Anna foi para a rua do rosário resolver suas questões através da violência física.

De acordo com as fontes judiciárias os limites de público e privado se confundiam na vida cotidiana das mulheres trabalhadoras fossem do âmbito doméstico ou do comércio ambulante, pois a profissão engendrou relação íntima com as ruas e mercados, locais que possibilitaram maior autonomia à essas mulheres, e puderam defender seus interesses devido aos usos sociais cotidianos empreendidos pela permanência nas ruas. Essa característica específica é visível na documentação jurídica consultada, pois nos depoimentos ganham descrições tanto os complexos laços de amizade como as evidências dos deslocamentos diários. Sobre a importância das ruas como espaço de sociabilidades múltiplas no cotidiano de criadas no

Rio de Janeiro no século XIX, Sandra Graham apontou a rua como lugar predominantemente social, duplamente familiar para mulheres pobres que saíam no curso regular de seu trabalho (GRAHAM, 1992, p. 77).

No processo em que é ré Anna da Conceição Fernandes, as testemunhas arroladas não dizem conhecer as cozinheiras, apenas afirmam o que viram enquanto passavam pela rua do Rosário por volta das 2 horas da tarde, são 5 mulheres ocupadas como cozinheira, doceira, amassadeira de assai, vendedeira e uma quitandeira. No entanto, o que todas afirmam é o prejuízo de quarenta e cinco mil réis dos doces que foram estragados no momento da agressão. Destaco esse aspecto por identificar na repetição dessa informação uma forma de solidariedade para com o prejuízo financeiro de Izabel, pois ao longo dos trâmites do processo a vítima apresenta atestado de pobreza e de indigente, segundo seu advogado “a suplicante é pobre e portanto sem meios para se sustentar”. Portanto, não teria como pagar à senhora Pacífica o valor da venda perdida. Sendo assim, é possível entrever a complexa dinâmica das ruas, isto é, os conflitos e ao mesmo tempo as solidariedades estabelecidas entre essas mulheres trabalhadoras pobres, pois com a comprovação da pobreza de Izabel ela poderia ser reembolsada no valor do prejuízo.

Outro caso que elucida a mobilidade urbana viável e a permanência nas ruas bem como os modos de agir vividos por esse grupo de mulheres na cidade de Belém, é a ocorrência registrada na subprefeitura no dia 5 de março de 1890 entre as maranhenses Celeste Maria da Conceição e Primitiva Roza do Nascimento. A primeira tinha 19 anos de idade, era solteira, lavadeira e engomadeira, não sabia ler nem escrever. A segunda, com 20 anos de idade, solteira, lavadeira, filha de Anastacia, também sem saber ler nem escre-

ver, ambas tiveram a rua como local de resolução de conflito pela familiaridade que mantinham com aquele espaço social. No processo consta que a vítima:

pelas dez horas da noite pouco mais ou menos, ao passar pela rua de santo Vicente em direção a sua casa, ouviu a voz de Primitiva no quarto em que mora Candida Roza do Nascimento parecendo falar mal della, respondente, com um homem então da rua. Mesmo onde se achava dissera a Primitiva que a estava ouvindo, respondendo esta que havia de continuar a falla, dizendo Candida que a mulher que se estimara não fallara mal de outra mulher então saindo Primitiva abriu o portão e lançou-se a ella respondente, esbordoando-se mutuamente com as mãos. (CMA, Ferimentos Leves, 1890)

A confusão entre as lavadeiras se dá em horário impróprio para se estar nas ruas, o que se pode inferir desse depoimento são alguns significados importantes para a preservação de sociabilidades, um deles aflora quando Celeste não aceita Primitiva “falar mal dela” e se demora provocando a ré com a intenção de resolver aquele incômodo. Para a vítima “mulher que se estimara não falara mal de outra mulher”, ou seja, Primitiva não era mulher digna de estima e essa afirmação leva as duas a se agredirem.

Em detrimento da discussão até aqui empreendida, a rua aparece como espaço principal onde essas mulheres transitavam diariamente para dar conta de seus afazeres, além de ser o local de trabalho de doceiras, quitandeiras, vendedeiras amassadeiras de açáí, lavadeiras que usavam as praças e largos para estenderem roupas, engomadeiras que transitavam pelas ruas para fazer entregas e buscar roupas para engomar, cozinheiras que se deslocavam entre mercados e mercearias para comprar alimentos. Nesse sentido, destaco como fio condutor do dia a dia dessas mulheres, a profissão, estavam inseridas

em ocupações informais e autônomas em ofícios considerados desqualificados por outros segmentos da sociedade. Das trabalhadoras arroladas 25 estavam na rua no momento do crime. Destas 25 mulheres, 15 eram testemunhas oculares, que estavam voltando para casa ou indo para seu aluguel ou se encaminhando para vender gêneros alimentícios em algum ponto da cidade. Para visualizar o panorama da idade e profissões por elas exercidas, foi possível construir o seguinte quadro:

QUADRO 1 - Qualidade e idade das mulheres por profissão

Ocupação	Quantidade	Idades
Cozinheira	9	21, 20, 23, 26 e 27.
Lavadeira	7	19, 20, 23, 25 e ,45
Doméstica	3	20, 25 e 30
Engomadeira	2	22 e 25
Doceira	2	22 e 54
Quitandeira	2	29 e 30
Amassadeira de açaí	2	45 e 67
Vendedeira	2	53 e 68
Sem Ocupação	1	29

Fonte: Processos Crime 1899-1900 - Centro de Memórias da Amazônia

A maior concentração das trabalhadoras encontradas na presente pesquisa executava profissão relacionada ao labor dentro das casas de família somando um total de 21 mulheres ocupadas em cozinhar, lavar, engomar e serviço doméstico. Em geral nesses modos de vida³ estavam alugadas as mais jovens com faixa etária entre 19 e 35 anos de idade. As mulheres mais velhas, segundo o levantamento aqui feito, estavam no comércio ambulante pelas ruas, eram ocupações

³ Essa é a nomenclatura usada nos autos de qualificação e depoimento, isto é, essa é a expressão no texto normativo para designar qual profissão era executada por quem passava pelo interrogatório, sejam réis, vítimas ou testemunhas, da seguinte maneira: “Se tem profissão ou modo de vida? Lavadeira”.

econômicas que exigiam especialidade e domínios do ofício, ou seja, eram ocupações que demandavam um longo tempo de aprendizado em virtude da experiência cotidiana, além disso segundo Sidiana Macedo as doceiras, quitandeiras, vendedeiras e amassadeira de açaí eram não só um grupo importante na economia urbana da cidade de Belém como também conservadoras da cultura e das práticas alimentares da população (MACEDO, 2016, p.75).

Nesse ir e vir cotidiano as trabalhadoras empreenderam complexas sociabilidades, tanto nos locais de comércio quanto nos espaços de deslocamentos como as ruas, isto é, a mobilidade derivada da busca pela subsistência permitiu que estabelecessem arranjos amorosos, de amizade e de solidariedade que se desassociaram de concepções higiênico morais desenvolvidas por intelectuais, políticos e articulistas do período. Representações negativas das trabalhadoras do serviço doméstico foram incansavelmente veiculadas na imprensa paraense e caracterizaram comportamentos cotidianos como imorais e criminais, como a notícia publicada no Diário de Belém no dia 27 de outubro de 1888, de acordo com essas representações elas precisavam ser vigiadas e punidas, e cabia as autoridades confeccionar “um regulamento sobre os deveres dos fâmulos e dos amos” pois “criado a matrícula obrigatória” seria possível sujeitar “uns as penas correccionais e outros a multas”.

No ano seguinte a notícia veiculada no Diário de Belém, intensos debates sobre a questão dos serviços domésticos e das criadas de servir entraram na agenda política da capital, como a ocorrida em 8 de março de 1889, em sessão ordinária da Assembleia Provincial. Ao debaterem acerca dos impostos pagos tanto por locadores e locatários, quando de alugar alguém que não esteve inscrito no livro de matrículas para inscrição no serviço doméstico que estaria sob a guarda

da Câmara de Belém, pagaria multa, sobre essa quantia o deputado Mancio Ribeiro afirmou que “ó imposto do 8\$000 rs por individuo, e imposto que vae pesar sobre a classe menos favorecida dá sociedade sobre a classe mais pobre da sociedade, como é a dos'criados de servir. (Apoiados)” (HDBN, O Liberal, 13/04/1889).

A classe mais pobre da sociedade assim eram classificadas as criadas de servir pelos patrões, os homens que desejavam por meio jurídico instituir formas de controle sobre a vida dessas mulheres. Os processos crimes, no entanto, mostram trajetórias de trabalhadoras que estavam pelas ruas exercendo não só seu ofício, mas estabelecendo laços de sociabilidades para enfrentar as necessidades, de mesmo modo agiam para defender seus interesses em mercados, ruas, tabernas, botequins e demais locais públicos. Ou seja, De um lado os patrões definem e exigem um ideal de comportamento para as trabalhadoras que estão empregadas em suas casas, de outro essas mulheres agem sobre as situações da maneira que lhes interessa dentro das relações de trabalho determinadas, destaco dessa forma a perda de controle dos patrões sobre a vida das trabalhadoras pobres.

CONCLUSÃO

Inseridas na cidade exercendo trabalho mal pago e socialmente desqualificado, as trajetórias de vida de cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, amassadeira de açaí, doceiras, quitandeiras, domésticas, vendedeiras demonstram complexas relações sociais elaboradas na prática cotidiana. Entre as ruas dividiram o tempo do labor e da sociabilidade, nos mercados se provocavam mutuamente exercendo a dinâmica cultural dos espaços em comum, em suas relações de vizinhança

desenvolveram laços de compadrio pautados em confiança e intimidade familiar, eram as testemunhas oculares e solidarizavam mesmo com desconhecidas desamparadas, como no caso de Izabel Maurícia.

Para sustentar seus interesses as trabalhadoras pobres provocaram conflitos contra patrões e entre si, estabeleceram arranjos familiares variados, relações amorosas engendradas fora do matrimônio, era fundamental terem sua casa e seu trabalho e assim estabeleciam autonomia no dia a dia. Todo o movimento que empreenderam pela cidade de Belém no final do século XIX não passava despercebido pela elite detentora dos meios de comunicação, que veiculava as contendas e resoluções por meio de notícias que condenavam o livre trânsito das trabalhadoras nos espaços públicos da cidade, foram estigmatizadas como ébrias, desordeiras e insolentes, visto que o comportamento ia de encontro ao que se esperava de qualquer trabalhadora livre como “obediência, zelo, diligência” (SILVA, 2011.p.79). Deram ao seus modos de vida outros significados, outras práticas, que não foram as mesmas, em consequência disso, lutavam todos os dias pela sobrevivência ocupando os espaços que lhe eram negados.

Destaquei a notícia acima para salientar que há outras nuances das vidas dessas mulheres que a pesquisa não conseguiu alcançar como as violências sofridas dos patrões, companheiros e aparato policial que também fizeram parte da sua luta pela sobrevivência. Ficaram de fora as leis e posturas municipais que as proibiam de estar em ruas, praças e largos em determinados horários e com determinados comportamentos; onde passavam os momentos de lazer e como exerciam a religiosidade. É uma realidade complexa permeada de luta e permeada de vida, ainda que circunscrita pela pobreza, miséria e moradia insalubre elas eram e fizeram mais que isso, e mais

disso. Todas essas ausências que também fizeram parte do cotidiano das trabalhadoras pobres entre os anos iniciais da república na Amazônia paraense, os meandros culturais e sociais da experiência dessas mulheres merecem complexa discussão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e dissimuladas:** as relações amorosas e sexuais das mulheres das camadas populares de Belém no final do século XIX e início do XX. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** 2ª Ed. rev. São Paulo; Brasiliense, 1995.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Tradução: Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

LACERDA, Franciane Gama. 'Merecedoras das páginas da história': memórias e representações da vida e da morte femininas (Belém, séculos XIX e XX). **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 38, p. 395-423, 2012.

_____. Sou Livre?: narrativas e representações de mulheres em Belém do Pará (século XIX). **Gênero na Amazônia**, v. 7, p. 25-33, 2017.

LIMA, Aline Kassia Malcher. Belém dos Imigrantes: espanhóis na capital paraense (1890 1920). **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 5, n° 8. Janeiro – junho, 2020.

LOBO, Marcelo. O trabalho doméstico em Belém: entre a escravidão e liberdade (1880-1898). *In*: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs.). **Trabalho, democracia e direitos, volume 1:** trabalho livre e escravizado. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 359-388.

MACEDO, Sídiana da Consolação Ferreira de. **A cozinha mestiça**. Uma história da alimentação em Belém. (Fins do século XIX a meados do século XX). Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, 2016.

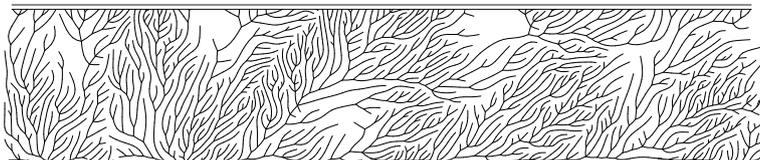
MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

SILVA, Maciel Henrique da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2011.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850 – 1920)**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

MOBILIZAÇÕES FEMINISTAS: AS REIVINDICAÇÕES DO DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO (BELÉM/PA, 1931-1937)



Bárbara Leal Rodrigues

INTRODUÇÃO

O Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (DPPF), fundado em 21 de junho de 1931, em Belém, pode ser considerado o primeiro grupo autointitulado feminista na capital do Estado do Pará. Apesar da presença de alguns grupos femininos políticos anos antes, não há indícios de uma autoidentificação com o feminismo; nessa mesma perspectiva, constata-se, desde o século XIX e, principalmente, no início do XX, a publicação nos periódicos de reivindicações aos direitos das mulheres, todavia, sem a correlação com algum grupo organizado, exceto, dos movimentos operários.

Nesse sentido, o Departamento Paraense inseriu-se no movimento feminista nacional, em um momento de alta mobilização de diversos grupos sociais, no que é considera-

do uma “primeira fase” do feminismo brasileiro, centralizado nos direitos políticos, em específico, a elegibilidade eleitoral. Ademais, por ser uma filial no estado do Pará da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), grupo feminista fluminense, instalado em 1922, tendo como líder principal a bióloga Bertha Lutz, o DPPF constantemente comunicava-se com outros grupos feministas e atrelava suas atividades com campanhas nacionais a favor de alguma causa às mulheres ou à FBPF e suas organizações filiadas.

Tais mobilizações feministas paraenses demonstraram algumas estratégicas básicas ao longo dos seus anos de funcionamento, como o uso dos meios de comunicação e a prática do envio de correspondências, como forma de articulação político-social. Além disso, percebe-se uma diversidade de temas pleiteados pelas paraenses, nas áreas da política, da educação, do trabalho e da saúde; somados com outras demandas internas ao funcionamento e visibilidade da instituição pertencente, tanto do Departamento Paraense, quanto da Federação Brasileira.

Sobre o tempo de existência do grupo, cabe sinalizar uma divisão em duas fases: a primeira, de 1931-1937, como o período de maior atividade e visibilidade do Departamento, tanto nos jornais belenenses, quanto na preservação de cartas remanescentes encaminhadas pelas feministas paraenses; a segunda, de 1938-1944, com um esvaziamento acentuado e poucas mobilizações publicizadas, cuja longevidade percebe-se apenas nas pouquíssimas missivas das belenenses às feministas cariocas. Dessa forma, a presente pesquisa centraliza-se nas principais reivindicações durante a primeira fase do grupo, tendo como fontes centrais de pesquisa os periódicos, presentes em microfilme na Biblioteca Pública Arthur Vianna, e as cartas digitalizadas, no Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

Os temas reivindicados podem ser englobados em duas áreas: em direitos políticos e sociais. Em relação ao primeiro, centraliza-se na implementação do voto feminino, com a possibilidade de ingressarem na política de modo institucionalizado, como eleitoras e elegíveis. Enquanto aos direitos sociais, abarcam maior diversidade de questões, mas elegem-se os principais em torno da educação e das leis trabalhistas. Assim, nota-se a sua multiplicidade de atuação, sendo ambas as áreas (política e social) reflexos da própria configuração do Departamento e de suas integrantes, visto que o grupo constituiu-se como uma instituição política, na defesa dos direitos às mulheres, e, quanto aos temas sociais, estiveram presentes em suas atuações profissionais, ao serem professoras, farmacêuticas e médicas.

TRABALHOS DE PROPAGANDA FEMINISTA

Em 2 de julho de 1931, poucos dias depois da fundação do Departamento, a primeira presidente do grupo, Elmira Lima, encaminhou a seguinte missiva para Carmem Portinho, integrante da Federação Brasileira:

[...] solicita de V.Exa. a atenção de mandar syndicar os trabalhos de propaganda feminista que se veem realizando nesta capital por um grupo de senhoras e senhoritas, suas dirigidas, as quais se propuseram colaborar pelo desenvolvimento desse ideal sob a égide da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino [...], a fim de que julgando do merecimento dos mesmos trabalhos possa o referido núcleo ter a pretensão de ser incluído em o número de suas filiais (LIMA, 1931a).

Antes de ser incluído como filiado da FBPF, o grupo chamava-se Núcleo Paraense pelo Progresso Feminino, sinalizando um anseio em integrar-se à instituição fluminen-

ses desde sua fundação, além de demarcar sua autonomia e independência no desenvolvimento de suas atividades, ou seja, conjectura-se em um almejo de um “grupo de senhoras e senhoritas”, atuantes em prol dos direitos das mulheres, sob uma perspectiva feminista, de mobilizarem-se a partir de uma instituição, ao fundarem o Departamento Paraense. Ademais, nota-se uma aspiração de não ficarem restringidas em movimentações locais, mas, integrarem-se no movimento nacional, em específico, sob a direção da Federação Brasileira. Tais mobilizações prévias, no qual Elmira Lima refere-se, sinaliza um histórico de atuações paraenses em torno do ideal feminista, possivelmente em uma referência tanto como associação, ao organizarem-se, desde maio de 1931, para participarem do II Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, em fins de junho do mesmo ano, como uma Delegação Paraense; quanto em ações individuais protagonizadas por suas integrantes.

Dessas atividades particulares, dois exemplos são significativos para compreender o direcionamento nas demandas do Departamento e para demonstrar as diferentes formas manifestadas pelas feministas paraenses, antes do grupo. O primeiro, refere-se à solicitação de Corina Pegado (tesoureira na primeira diretoria) para o alistamento eleitoral, em 1929, realizado em conjunto com Maria Aurora Pegado, com significativas repercussões na cidade, chegando a ter o apoio inicial de Bertha Lutz (ÁLVARES, 2020, p. 368). Apesar de terem o pedido negado, é um marco na história do movimento sufragista paraense, além de sinalizar uma aproximação das fluminenses com as paraenses em torno das demandas feministas, com a troca de cartas sobre a solicitação, entre Maria Aurora e Bertha Lutz (RODRIGUES, 2021, p. 102). O segundo exemplo, recai na assinatura de Felys Benoliel (3ª secretária

na diretoria provisória) em um memorial encaminhado ao interventor federal, Magalhães Barata, em janeiro de 1931, pela Liga Nacionalista do Pará, instituição à defesa dos operários, ao apresentarem um tópico exclusivo a favor dos direitos trabalhistas às operárias, demonstrando as insalubridades das fábricas e pleiteando pela diminuição da carga horária e do aumento salarial (RODRIGUES, 2015, p. 84).

Assim, percebe-se uma integração prévia das integrantes do Departamento em relação às principais temáticas feministas de intervenção aos direitos femininos, além das diferentes formas de mobilizarem-se, seja individual ou coletiva, seja por vias burocráticas ou práticas. Por conseguinte, é interessante pontuar a complexidade e diversidade no DPPF como reflexo de suas próprias integrantes, mobilizando-se em áreas que já atuavam, todavia, com atualizações nos seus métodos, estratégias e reivindicações em torno dessas questões.

Em relação às movimentações pró-voto feminino, foi a primeira grande campanha nacional a qual integraram, poucos meses após instalada, devido ao processo de Reforma Eleitoral. A participação veio por meio de uma solicitação de Alice Coimbra, secretária da FBPF, encaminhada para Elmira Lima, informando sobre a deliberação de iniciarem a campanha, em razão do momento ter sido “o mais oportuno e conveniente” à concretização desse direito, além disso, também sugeriu algumas práticas de propaganda eficientes que poderiam ser realizadas: entrevistas aos jornais locais, artigos, palestras pelo rádio e petições (COIMBRA, 1931). Desses, apenas as entrevistas não foram efetuadas pelas paraenses, mas quanto ao uso dos meios de comunicação e a prática de listas de assinaturas foram suas principais atividades pró-voto.

Dessa forma, as integrantes do Departamento iniciam suas mobilizações com a arrecadação de assinaturas, tendo

como responsáveis por essas listas os membros da Diretoria do Departamento, como Corina Pegado (tesoureira), Felys Benoliel (3ª secretária), Ana Leopoldina Borges (vice-presidente), Cloris Silva (1ª secretária) e, em exceção, Maria Costa Paraense, sendo inicialmente apenas filiada (LIMA, 1931b). Em concomitância, utilizam-se das suas relações com o jornal *Folha do Norte* para, também, deixarem sob a responsabilidade da redação uma de suas listas, “à disposição de quem se interessar pelo assunto” (PELA..., 1931, p. 1). Além disso, encaminharam frequentemente aos periódicos suas atividades para serem publicizadas, como as movimentações feitas por Elmira Lima em Soure, na Ilha do Marajó, durante seu período de estadia na cidade, ao realizar visitas às autoridades locais, como o juiz e algumas famílias residentes, em uma “propaganda de civismo” (O FEMINISMO..., 1931a, p. 1), além de efetuar palestras, arrecadar assinaturas pró-voto feminino e conseguir filiações ao Departamento (O FEMINISMO..., 1931b, p. 5).

Essa diversidade de atividades, em alguns meses de estadia na cidade marajoara, reflete mais de um objetivo entre as feministas no mesmo período, ou seja, apesar de estarem engajadas na campanha nacional pró-voto, não deixam de atender suas próprias necessidades enquanto instituição, como o aumento do número de adeptas ao feminismo no Pará. Ademais, sinaliza outras práticas de mobilização, como a divisão de tarefas entre suas integrantes e o estabelecimento de comunicação com personalidades influentes, política e socialmente, no Estado, o que poderia garantir apoio, prestígio e visibilidade para o grupo e suas demandas.

Nesses anseios, a imprensa também integrava-se como fator de relevância ao Departamento para suas propagandas feministas, ao exporem suas atividades e suas opiniões, exemplo do artigo de Elmira Lima sobre as injustiças das restri-

ções ao voto feminino no anteprojeto do Código Eleitoral, principalmente quanto à elegibilidade apenas para aquelas que trabalham e eram remuneradas (LIMA, 1931c, p. 1). Todavia, apesar do vínculo estabelecido com a imprensa, os diários também eram uma das suas principais dificuldades nos seus primeiros meses, quando não conseguiam publicar todos os materiais pretendidos.

Nessa perspectiva, é importante sinalizar a imprensa periódica como um espaço de disputa e de lutas simbólicas, conforme analisou Tânia de Luca (2021, p. 158), com suas vinculações e interesses, políticos e comerciais, caracterizando-a como imprensa-empresa. Em conformidade, Maria Helena Capelato (1988, p. 21) apresentou esse meio midiático como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, sendo possível captar ideias e personagens em suas páginas. Por conseguinte, da mesma forma que se encontram as feministas nos jornais, suas perspectivas e mobilizações, também é possível identificar ideias contrárias, antifeministas, sinalizando essa disputa de poder, tal qual a ausência também pode ser indicativo dos interesses das redações, ao priorizarem a publicação de outros grupos ou demandas.

As relações com os meios de comunicação, ao longo dos anos, tornaram-se de difícil acesso, com a redução de matérias do Departamento e, em relação ao rádio, apesar de terem realizado duas palestras na emissora Rádio Clube do Pará, no final de 1931, sobre o voto feminino, não prosseguiram com a parceria, mesmo com projetos de propaganda para esse veículo, como a *Noite Feminina*, ou os Quinze Minutos Feministas, todas às segundas-feiras (LIMA, 1931b). Todavia, mesmo com a diminuição da presença das feministas nos jornais, o veículo ainda era um instrumento importante à divulgação do feminismo e das reivindicações do grupo, e passaram

a publicizar suas principais atividades durante os anos, como as mobilizações durante a Constituinte de 1933/1934, ao voltarem a debater o voto feminino e outros direitos às mulheres.

Apesar da elegibilidade eleitoral feminina instituída pelo decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, garantindo o direito a todas as mulheres alfabetizadas, a questão das restrições ao voto tornou a ser debatida, devido à proposta de ser vinculada à obrigatoriedade do serviço militar. Nesse período, seu principal mecanismo de atuação foi através das correspondências aos deputados constituintes, pleiteando por suas reivindicações, exemplo das cartas encaminhadas a Carlos Maximiliano (Rio Grande do Sul – Presidente da Comissão Constitucional), Levi Carneiro (Rio de Janeiro – Vice-presidente da Comissão Constitucional), Raul Fernandes (Rio de Janeiro – Relator Geral da Comissão Constitucional) e Abel Chermont (Pará – Líder da Bancada Paraense). Nessas missivas elencaram quatro áreas de pleito: serviço militar feminino, voto, trabalho feminino e representação. Sobre a questão trabalhista, pontuaram:

Toda a mulher tem o direito do trabalho.

[...] Não seria injusto e mesmo prejudicial impedir à mulher casada de trabalhar, de ser mesmo professora e a que trabalha de construir um lar? Essa atitude de diferenciação dos sexos vai certamente criar um terceiro desnecessário, impedindo as que se sentiram premidas pela lei, a constituírem família legítima. [...] (DEPARTAMENTO, 1934).

Sobre essas missivas, destinadas aos deputados, é importante assinalar serem cópias transcritas encaminhadas à Federação Brasileira. Assim, alguns percalços precisam ser assinalados, como a impossibilidade de confirmar a comunicação com os destinatários, ou as datas que foram encaminhadas, prejudicando no mapeamento de linearidade dos envios ou na

visualização de uma possível ordem nas emissões e, por conseguinte, nas demandas pleiteadas. Todavia, para além dessas questões, mesmo considerando a possibilidade de não terem sido enviadas, o que parece pouco provável, não deixam de demonstrar quais temas eram de seu interesse, seus argumentos e a quem pretendiam encaminhar. Desse modo, conforme Teresa Malatian (2006), as cartas expressam dimensões culturais, possibilitam compreender a inserção social dos remetentes, suas redes de sociabilidade e vínculos, ao evidenciar uma interseção entre público e privado.

Essa interseção, além de ser uma característica das correspondências, no caso das feministas, pode-se acrescentar em suas próprias reivindicações, por exemplo, a referida missiva aos deputados pleiteia, particularmente, aos direitos das mulheres casadas em trabalhar. Assim, muitos dos direitos defendidos pelas feministas negavam a separação entre público e privado, utilizado como uma forma de restringir as mulheres. Nessa perspectiva, Carole Pateman (2013, p. 58) sinaliza na crítica feminista ao caráter patriarcal do liberalismo, na separação e oposição entre as esferas públicas e privada, as condições das mulheres casadas como excluídas da condição de “indivíduos”, ou seja, de participar do mundo público em igualdade. Apesar da autora referir-se às bases teóricas liberais nos escritos de John Locke, pode-se notar as influências dessa corrente política na república brasileira, em específico, no Código Civil de 1916, o qual foi referenciado implicitamente pelas feministas paraenses.

O referido Código concede ao marido o pátrio poder, sendo necessário a concessão de autorização do companheiro para determinadas responsabilidades a serem empreendidas pela esposa, dentre essas, conseguir um emprego. A partir dessa conjuntura, é possível notar a contrariedade das feministas

nessas restrições, ao considerar como uma injustiça, por ser um direito para todas. Nesse fragmento, o argumento utilizado pelas integrantes do Departamento recai no apelo familiar e moral, por conseguinte, utilizam-se das mesmas bases argumentativas presentes no Código, de preservação familiar, para pleitearem pelo impedimento dessa restrição, ao ressaltar a “construção de um lar” e de uma “família legítima”.

Tal escolha argumentativa à historiadora Rachel Soihet (2006), pode ser caracterizada como um aspecto de um “feminismo tático”, ao utilizarem-se dos valores normativos sociais para conseguirem implementar os direitos desejados, assim, essas mulheres reapropriam e ressignificam as representações impostas aos papéis de gênero, para ampliar seus espaços de atuação. Essa perspectiva de análise permeia todo o processo de pesquisa, onde é possível visualizá-lo com mais ou menos intensidade, conforme a questão reivindicada. Outro exemplo bastante característico foi durante a movimentação em prol dos projetos-leis elaborados por Bertha Lutz, enquanto era deputada federal (1936/1937), realizando a mesma prática de envio de correspondências para outros deputados:

Com muita satisfação, dirijo-me à V.Sa. em agradecimento pela Filial Paraense pelo Progresso Feminino, ao apoio valioso e decidido que V.Sa. emprestou a D. Bertha Lutz no Amparo à Maternidade, no Ministério do Trabalho para assistência social e econômica.

V.Sa. com a larga visão que demonstrou do problema da assistência à Mulher que resolve por si mesmo a causa da Família se faz credor da admiração e do apreço da opinião feminina organizada, no Brasil (PRADO, 1937).

A carta, destinada aos deputados João Simplício (Rio Grande do Sul) e Jayme Vasconcellos (Ceará), foi escrita por Antonina Prado, terceira presidente do Departamento Paraense, desde 1933. Nesse período, dois projetos escritos por

Bertha Lutz estavam em discussão na Câmara referente aos direitos das mulheres, o nº 623/1937, que cria o Departamento Nacional e o Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro Maternal; e o nº 736/1937, que cria o Estatuto da Mulher. Em relação ao primeiro projeto, o art. 2º versava sobre as incumbências do Conselho, sendo a sexta diretriz: “organizar e dirigir um sistema de Seguro Maternal e o Amparo à Maternidade” (BRASIL, 1937a); enquanto ao segundo o projeto, o capítulo IV era sobre “das garantias econômico-sociais à maternidade”, instituindo a licença remunerada à gestante e parturiente, prestação de serviço médico-sanitário, dois períodos de meia hora no trabalho para amamentação, organização de creches e o direito às trabalhadoras braçais de faltar dois dias por mês sem desconto salarial (BRASIL, 1937b). Assim, percebe-se a atenção dada pelas feministas aos direitos das trabalhadoras, em específico às gestantes e mães, ampliando as demandas trabalhistas.

Nessa perspectiva, o apoio ofertado por outros deputados era importantíssimo à aprovação dos projetos, com ênfase ao amparo à maternidade, frente ao Ministério do Trabalho, com políticas assistencialistas. Além disso, Antonina Prado, em sua argumentação, valorizou essas demandas ao relacionar os benefícios à família, colocando a mulher-mãe no centro da relação, em outras palavras, prestar assistências às mulheres era, também, prestar auxílio às famílias. Tais pressupostos trazem importância aos projetos e às reivindicações feministas, tornando-se difícil contra-argumentar, visto o prestígio das mulheres-mães e da família na sociedade brasileira. Ademais, não deixam de sinalizar a importância da contribuição prestada pelos deputados, exaltando-os por seu “apoio valioso” e “larga visão”, tornando-os, em conjunto com o movimento feminista, protagonistas desse processo.

Apesar de terem mencionado apenas as diretrizes referente aos direitos ao amparo à maternidade, é importante sinalizar a presença de outras reivindicações nesses projetos, exemplo do Capítulo II, “Da mulher como educadora e fator cultural”, no Estatuto da Mulher. Nessa seção, pleiteiam pela igualdade de oportunidades com remuneração em todos os ramos da instrução, participação nos cargos de direção e em todos os conselhos e órgãos consultivos oficiais de Educação e Cultura, além da preferência na direção e orientação técnica dos estabelecimentos educativos (BRASIL, 1937b).

Tais pretensões refletem um longo processo de mobilização feminista nessa área, concernente ao Departamento Paraense, a questão educacional foi o primeiro tema escolhido para intervenção, antes das atividades na campanha pró-voto, divulgado na Folha do Norte: “O Núcleo Feminista Paraense está fazendo um apelo às senhoras, senhores e senhoritas, que se interessam pelo problema educacional da criança, dos jovens e da mulher em geral, bem como a toda mocidade das escolas [...]” (O PROBLEMA..., 1931, p. 3). Embora se referem como sendo parte das instruções recebidas pela Federação Brasileira, a partir dos resultados práticos do II Congresso, o referido evento tinha sete seções temáticas de discussão, sendo “educação e instrução” apenas uma delas, ou seja, conjectura-se que de todas as áreas, as paraense selecionaram essa para debater primeiramente. Em conformidade, a escolha não aparenta ser aleatória, visto a presença predominante de professoras como integrantes do Departamento, atuantes em diferentes eixos educacionais, desde o ensino básico, até música e prendas domésticas.

Ademais, é interessante ressaltar a preferência pelas educadoras, no Estatuto da Mulher, para os cargos de direção e de orientação, seja em estabelecimentos educativos ou em órgãos governamentais, uma vez que, em 1934, pela primeira vez no

Estado do Pará, uma mulher foi convocada para colaborar com o governo em um cargo público, especificamente, como Diretora de Educação e Ensino Público, a professora Maria Antonieta Serra Freire Pontes, diretora do Grupo Escolar José Veríssimo e associada do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino. Nomeada pelo interventor Magalhães Barata, com posse em dezembro de 1934, tal conquista foi festejada tanto pelos grupos educacionais, quanto pelas feministas, ao considerarem tal acontecimento como “uma grande vitória da mulher paraense” e ressaltarem ao interventor, independente do seu posicionamento quanto ao feminismo, a realização do programa feminista do Departamento, “concernente ao aproveitamento das legítimas capacidades sem distinção de sexo” (PRADO, 1934). Assim, nota-se a possibilidade de concretizar as perspectivas feministas na educação e na ocupação de cargos públicos, principalmente, quanto a igualdade em todas as áreas de atuação na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mobilizações feministas, entre 1931 e 1937, apresentaram uma diversidade em temáticas reivindicadas e estratégias de propagação. Apesar da divisão geral e comumente conhecida, na tríade da “primeira fase” do feminismo (voto, educação e trabalho), procurou-se introduzir outra perspectiva a essas questões, ao sinalizar diferentes interseções temáticas e objetivos pleiteados em conjunto com as campanhas centrais. Outrossim, destacaram-se as distintas práticas empregadas, demonstrando uma versatilidade, com o uso dos meios de comunicação, o envio de correspondências e as articulações com outros grupos sociais.

Dessa forma, as trajetórias das integrantes do Departamento e da própria instituição apresentam inúmeras outras

nuances, com outras reivindicações pouco publicizadas, o que não diminui a importância, ao refletir nas inúmeras áreas de interesse e de preocupação, no qual objetivavam intervir, principalmente, na ampliação dos direitos das mulheres. Além disso, ressalta-se a necessidade de outras pesquisas sobre o Departamento Paraense, das suas reivindicações feministas durante o Estado Novo e suas estratégias em período ditatorial.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia. **Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas** (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses – 1910/1937). Belém: Paka-Tatu, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 623, de 1937**. Cria o Departamento Nacional e o Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro Maternal. Brasília: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 1937a. Código: BR DFCD BERTHALUTZ-BL2-11-161.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 736, de 1937**. Cria o Estatuto da Mulher. Brasília: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 1937b. Código: BR DFCD BERTHALUTZ-BL2-12-162.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1988. 78 p.

COIMBRA, Alice Pinheiro. [**Correspondência**]. Destinatário: Elmira Lima. Rio de Janeiro, 3 set. 1931. 1 carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0054.

DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [**Correspondência**]. Destinatários: Carlos Maximiliano, Levi Carneiro, Raul Fernandes e Abel Chermont. Belém, [s/d] 1934. 1 cópia de carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_0042.

LIMA, Elmira. [**Correspondência**]. Destinatário: Carmem Portinho. Belém, 2 de julho de 1931a. 1 carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

LIMA, Elmira. [**Correspondência**]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 12 de dezembro de 1931b. 1 carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

LIMA, Elmira. O voto feminino e suas restrições. **Folha do Norte**. Belém, 2 de outubro de 1931c, p. 1.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2021, p. 149-178.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. *In*: PINSKY, Carla Basanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 195-221.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. *In*: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 55 – 79.

PELA propaganda feminista no Pará. **Folha do Norte**. Belém, 20 de novembro de 1931, p. 1.

O FEMINISMO em Soure. **O Estado do Pará**. Belém, 29 de setembro de 1931a, p. 1.

O FEMINISMO em Soure. **Folha do Norte**. Belém, 10 de novembro de 1931b, p. 5.

O PROBLEMA educacional da criança e da mulher. **Folha do Norte**. Belém, 26 de julho de 1931, p. 3.

PRADO, Antonina. [**Correspondência**]. Destinatários: João Simplício e Jayme Vasconcelos. Belém, [s/d] 1937. 1 cópia de carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

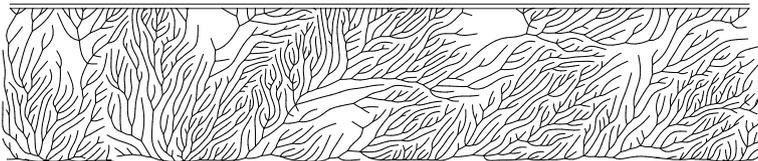
PRADO, Antonina. [**Correspondência**]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de dezembro de 1934. 1 carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_0042.

RODRIGUES, Bárbara Leal. **Vale a pena ser feminista?** Debates sobre o feminismo em Belém (1922-1937). 2021. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. **O labor feminino do lar à fábrica: lutas, práticas e representação social** (Belém, 1930-1935). 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. 1 ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. 304 p.

AS RELAÇÕES ENTRE ARTE E POLÍTICA EM PRODUÇÕES FEMINISTAS NA AMAZÔNIA PARAENSE



Jainá da Silva Reis Leal

INTRODUÇÃO

Este texto é uma derivação do plano de trabalho “As relações entre arte e política em produções artísticas na Amazônia paraense” vinculado ao projeto de pesquisa “Os campos permeáveis: arte e política nas produções artísticas brasileiras e latino-americanas”¹ - PROPESP-UFPA. Nele, dedicamo-nos numa investigação das produções artísticas feministas realizadas por artistas atuantes na Amazônia paraense, que ao produzirem conhecimento reordenam historicamente as relações sociopolíticas, criando narrativas emaranhadas com o meio no qual estão inseridas, e deste modo, produzindo referencialidade e imaginabilidade para o campo do conhecimento. Para tanto, como recorte, elegemos o trabalho de duas

¹ Projeto de Pesquisa fomentado pelo Programa Prodoutor da Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Pará, coordenado pelo professor Dr. Tiago Samuel Bassani. Este texto deriva-se do plano de trabalho de iniciação científica denominado “As relações entre arte e política em produções artísticas na Amazônia paraense”.

artistas paraenses atuantes em áreas descentralizadas da cidade, cujos trabalhos se relacionam diretamente com a realidade da sociedade onde estão inseridas, carregando discursos políticos de gênero, raça e diversidade, a fim de resguardar autonomia de uma produção cultural contra hegemônica.

O conceito que ainda se conserva da Amazônia vive à sombra de uma perspectiva colonizadora deste território. Sob um *marketing* mundial, ela é comercializada em verde e exotividade, porém é preciso compreender a Amazônia não apenas limitada à mata e seus recursos naturais exportados, mas por sua diversidade como parte fundamental da identidade de seus povos e protagonismos em diferentes contextos políticos (AMORIM, et al. 2021).

O estado do Pará, carrega um estigma de lugar paradisíaco e especulação de grandes promessas de riqueza, principalmente durante o Ciclo da Borracha. Sobre este ponto, Morkazel aponta que o território

Foi o atrativo por essa prosperidade e por uma paisagem que despertou o imaginário aventureiro que atraiu o forasteiro e viabilizou o trânsito de diferentes culturas, possibilitando a formação de um estado híbrido em que a sofisticação proveniente da ligação direta com Paris contrastava e, ao mesmo tempo, interligava-se ao ritmo silencioso do nativo que habitava as margens do rio ou as áreas periféricas. (MOKARZEL, 2006, p. 81)

Este hibridismo de povos, que determina classe social, caracterizado pelos costumes, gostos, músicas, danças e artes, possuem pontos de aproximação e distanciamento, ou seja, mesmo dentro do território ele é constituído na diversidade. No entanto, a visão homogeneizante da Amazônia segue sendo disseminada também dentro do próprio território brasileiro, recebendo interpretação distorcida que gera invisibilidade e descaracterização, que juntamente à sua posição geográfica e

extenso território a Amazônia paraense se torna periférica em vista do eixo econômico-cultural do país, habilitando um distanciamento de saberes e ganhando a alcunha de “regional”, um estereótipo fantasioso que visa inferiorizar e desvalorizar a autonomia e pluralidade de sua cultura. Em objeção a isso, dentro dessa Amazônia paraense encontramos no meio de suas várias formas de resistências, produções artísticas contra hegemônicas que reconfiguram e afirmam a autenticidade de seu território.

Quando ampliamos a lente para as relações sociais e atuações artísticas no estado e nas cidades, é possível encontrar essas mesmas relações de distanciamento entre centralidade e margens (capital e interior, centro e periferia). Sobre este ponto, tem se estabelecido como senso comum que para “crescer” ou produzir algo é preciso estar ligado a um grande centro/cidade/capital. Neste sentido, artistas partem para estes espaços a fim de estabelecerem-se como tal. Todavia é possível pensar em fluxos de movimento de conhecimento entre a centralidade e as margens, e assim poder criar um olhar crítico sobre os poderes estabelecidos entre um e outro e como alterá-los.

PRODUÇÃO ARTÍSTICA FEMINISTA AMAZÔNICA

A arte contemporânea feminista já é por si só o resultado da trajetória de mulheres reivindicarem sua posição e reconhecimento como artista. Durante um grande período, por exemplo, a ocultação pela predominância masculina fez com que mulheres usassem pseudônimos masculinos para que se fizessem presentes no meio artístico.

A exclusão e ocultamento das mulheres artistas na história da arte por um mundo artístico dominado por homens revela-nos o difícil caminho percorrido pelas artistas mu-

lheres para a sua profissionalização e aceitação na sociedade durante séculos. Mesmo com tamanha exclusão, as mulheres ainda se fizeram presentes diante da dominação da narrativa, da escrita e da representação masculina na arte. (ASSIS, 2012, p. 43)

Esse ocultamento histórico, teórico e artístico se deu por intermédio de incontáveis reprovações de participação de artistas mulheres em exposições, mostras, festivais, salões de artes de todas as naturezas. Este bloqueio sempre teve como prerrogativa critérios de recusa principalmente por gênero. Neste ponto, recaía sobre elas a classificação de “arte feminina”, considerada pelas perspectivas heteropatriarcais no intuito de inferiorizar e colocá-las no lugar de uma “arte amadora” quando em comparação àquelas obras realizadas por homens. O proposital “esquecimento” se deu também pela ausência de meios para a profissionalização, uma vez que as mulheres não tinham acesso aos recursos da educação formal e não formal. Neste cenário de soterramento das produções das artistas, muitas mulheres estavam aguerridas para sustentar-se no meio artístico.

Mesmo com uma persistente luta pela presença e reconhecimento, as escolhas da inscrição histórica - aqui em especial a História das Artes - não registrou, discutiu e teorizou a maioria desses trabalhos e dificultou o desenvolvimento de pesquisas e comprovação da presença da mulher na história da arte. Porém, vemos despontar na atualidade que mulheres artistas estão ocupando e requerendo seus espaços vide a uma gama de pesquisas contemporâneas sobre o tema, o crescimento e a aderência aos movimentos feministas. A História da Arte anda sendo revirada pelas persistentes pesquisas feministas que conectam as mulheres artistas e as trazem à tona, dando outros contornos à história da arte hegemônica.

Deste modo, as produções feministas podem ser consideradas como respostas às condições sociais, políticas e culturais as quais estão inseridas, portanto, o produto de suas vivências diante desses múltiplos contextos, desenvolvidas por quem se identifica como mulher e carrega a potência criadora que a acompanha. O simples ato do fazer e exercer seu direito à expressão valendo-se da arte como propulsor de suas vozes, alcançando lugares e pessoas é um ato feminista.

Consoante a isso, podemos encarar as produções artísticas feministas e amazônicas como visualidades sociopolíticas, sendo essas visualidades um lugar de reconfiguração histórico-crítica e artística, que se manifestam contra as representações da visão hegemônica que criaram sobre suas identidades e territórios. Para encontrá-las é preciso procurar fora de eixos excludentes de instituições de arte. Deste ponto de vista este texto traça um olhar crítico sobre o trabalho das artistas Michelle Cunha e Nazas (Thays Chaves) para compreender as questões de gênero, política e arte em suas ações permeadas (BASSANI, 2021) a partir de suas histórias de vida entrelaçadas nas condições sociais em que viveram e que vivem.

A ilustradora, muralista e arte educadora Michelle Cunha é natural de Belém e cresceu na cidade de Marituba, região metropolitana, pouco afastada do centro belenense, cursou artes na Universidade Federal do Pará, mas concluiu seus estudos em Brasília onde morou um bom tempo. Movendo-se entre telas e espalhando seu universo exuberante pelas cidades, ela traz uma forte referência visual do estado do Pará, com as cores vibrantes que estão estampadas na natureza ou nas roupas e aspectos cotidianos, seus temas vão do universo feminino até o indígena e ao imaginário místico da região.

A multiartista visual, autodidata e arte educadora ourenense Thays Chaves, é formada na Faculdade de Artes

Visuais pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Também conhecida como Nazas, atravessa por várias linguagens, passando pela colagem, fotografia, pintura, arte digital, performance, escrita, grafite e por qualquer artifício pelo qual poder se expressar. Se denomina afro-futurista e sempre defende a ocupação de artistas interioranos em posição de relevância e reconhecimento, e em sua estética apresenta temáticas voltadas para questões culturais, atreladas à perspectiva do feminismo negro e sua experiência amazônica, e sempre com um toque de romantismo. Suas colagens com referências ao Tecnomelody (ritmo bastante difundido no estado), são famosas por trazer as características bem exageradas e “bregas” desse estilo, aplicadas a uma sensibilidade que gera nostalgia e identificação. Para Nazas, o Tecnomelody é uma manifestação afro-futurista amazônica, que exalta a cultura, sendo uma das suas maiores marcas.

Das várias linguagens utilizadas pelas duas artistas, damos foco para uma partilhada por elas: o grafite. Esta escolha se deu por considerarmos o grafite como uma manifestação que ocupa os mais diversos espaços de uma cidade e, portanto, se faz presente, quando realizado para “fora”, ou seja, na fachadas e muros, ocupam as ruas, um lugar que acreditamos possuir mais características do acessível por um viés da democratização da arte.

As duas artistas em referência participaram da Semana de Arte e Muralismo² em 2022, que aliada a outros artistas, pintaram painéis e murais em grande escala com temáticas paraenses. Michelle, ao observar como essa linguagem se destaca no urbano, foi atraída pela rua e tem nela um meio de explorar a sua e outras cidades, e uma forma de se comunicar e se conectar com pessoas e lugares, em suas palavras: “a rua é uma outra forma de

² Realizada pela Fundação Cultural do Pará no Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR.

“você perceber sua existência”³, onde quando se observa ao redor é possível conhecer e entender vidas em novos e antigos cenários.

Ao pintar na rua, Nazas expõe e impulsiona em grandes telas sua cultura, cria visibilidade e reconhecimento para personalidades populares e manifestações paraenses e interioranas. Essas artistas trazem vida e contestam seu direito ao espaço urbano recorrendo à técnica do grafite, uma linguagem que apesar de ainda ser considerada marginalizada, é a que domina mais lugares, acessa mais pessoas e dissemina a arte para a população, muitas vezes o primeiro ou único contato de pessoas que vivem às margens com a arte, é por meio de muros pintados à céu aberto, assim como muitos artistas possuem só a rua como sua própria exposição.

Mesmo que internacionalmente, ou em alguns lugares específicos do país, o grafite seja considerado uma arte contemporânea de grande valor e reconhecimento no mercado, nas periferias segue enfrentando o olhar estereotipado de um movimento marginal, também um movimento dominado por homens em que a participação de mulheres é igualmente ignorada. Sobre isso, damos a palavra à grafiteira atuante desde os anos 90, Mina Ribeiro, que ao comentar sobre essa invisibilidade levanta a situação feminina e desvalorização existente

não só no próprio meio do grafite, com a presença masculina que nos torna invisível no próprio segmento artístico que estamos inseridas, mas também no circuito artístico brasileiro onde não temos reconhecimento também por fazer parte do Norte, é como se nosso trabalho não fosse importante, mas só o trabalho de quem é do Sul e Sudeste onde dizem que é eixo, onde se discute arte, onde as coisas são feitas para depois vir para cá. (informação verbal)⁴

³ Entrevista concedida por Michelle Cunha para o programa Sem Censura Pará, exibido em 25 de agosto de 2016 na TV Cultura, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tdxUFWOYImo>>. Acesso em 19 jan. 2023.

⁴ Depoimento concedido ao I Encontro de Artes e Narrativas Contra Hegemônicas das/ nas Amazônias, em 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cVgn5GecMo4&t=3676s>>. Acesso em 16 jan. 2023

Apesar de barreiras sociais, econômicas e de gênero, e de encontrar o enfrentamento de um mercado instável e distante dos ditos circuitos de arte do centro de Belém, levando a uma dificuldade de acessibilidade técnica e material, a arte feminista constrói sua resistência a partir do seu território, resgatando espaços e vozes por meio de ações permeáveis contra hegemônicas, criando visibilidade em suas comunidades e usando o espaço público da rua como sua própria galeria urbana geradora de conhecimento.

As visualidades sociopolíticas das mulheres e feministas, portanto, de dentro para fora, enunciam e se posicionam contra as inúmeras representações construídas de si, e de um território e seus habitantes, um território que ainda é visto sob o signo do exótico e da exuberância, mas que não está parado no tempo, como a hegemonia insiste em propagar. (AMORIM, et al. 2021, p.112).

A criação das visualidades públicas nos murais e nos grafites, “de cara” para as ruas, para as vistas das pessoas passantes, são carregadas de significados sociopolíticos das artistas que as produzem. Explícita e implicitamente elas marcam territórios com seus traços culturais, uma posição que consideramos nesta reflexão e defesa marcadamente política integrada na sociedade. Elas estão à mostra quando identificamos que tais ações de manifestações são meios de permear um meio estruturado numa base machista.

AÇÕES DE PERMEAR

Chegamos num ponto determinante para nossa reflexão e análise da arte feminista no recorte de Michelle e Nazas. Partimos do princípio que suas obras expostas no urbano já emanam de uma premissa na qual podem ser consideradas

como ações de permeabilidade a fim de reconfigurar a presença de mulheres nas artes e na cidade e seu meio sociocultural e político. Entretanto, transpassando por camadas mais profundas vamos identificando nesta pesquisa que outras ações são parte de um conjunto de modos de atuação que visam transitar os espaços e territórios possíveis.

Podemos destacar uma ação permeada quando Michelle realizou oficinas pelos interiores do Pará durante a graduação e participou de coletivos de grafites na capital paraense. Ao se estabelecer em Soure, na ilha do Marajó, faz de sua casa um ateliê, onde munida da energia e interesse das crianças quando a viam pintar, e motivada pela falta desse tipo de movimentação na localidade, ela organiza encontros em que compartilha seus saberes com as crianças da sua rua, sem qualquer apoio financeiro incentiva-os a se expressar a partir de materiais diversos que ela obtém por meio de doações, reciclagem ou que são acessíveis financeiramente. Um movimento natural que aos poucos se torna mais estável, alcançando outras crianças, outras ruas e comunidades. Um crescente de energia de enraizamento nos territórios recônditos onde a artista vive, atua na integralidade de sua arte.

Seguindo o sentido de criar conexões com sua arte, outra ação elaborada por Michelle em Soure foi uma parceria com o professor Nivaldo Caju, do curso de Biologia da UFPA no campus do município, no qual propôs uma oficina de pintura mural como meio de unir Fundamentação Didática e Arte (Figura 1), e também como forma de intervenção em que os alunos pudessem afirmar sua presença no campus, explorando elementos representativos sobre si mesmo e o próprio lugar de origem, a maioria nunca tinha tido contato com atividades como essa, mas ao final com o resultado da oficina, um ambiente foi ressignificado e incentivou a criação de outros movi-

mentos artísticos por parte dos próprios alunos. Michele atinge um alastramento na arte e sobretudo na educação (formal e não formal). Sua atuação artística reside na casa, estende-se para a rua, adentra o campo da escola e da universidade. Estas ramificações é que denominamos de ações de permear.

FIGURA 1 - Oficina de pintura mural com alunos do curso de biologia da UFPA.



Fonte: Página da artista em rede social (Instagram)⁵

Geralmente produzindo em coletivo, Thays também sempre esteve em intervenções pelas cidades. Depois de se formar, retorna a Ourém, no interior do Pará, com o intuito de ser arte-educadora após observar uma falta de professores de arte no município, e começar a mexer com o circuito de arte local. Ainda na graduação, e como parte de uma disciplina, realizou coletivamente a pintura de um mural homenageando uma personalidade feminina local, Dona Miloca, matriarca do Boi Bumbá de Ourém, cuja família sempre incentivou e manteve viva várias manifestações culturais. Em suas redes sociais reivindica: “Vamos valorizar os artistas

⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/ChP1IbUu2O1/>>. Acesso em 30 de jan. 2023.

da cidade, e valorizar os ícones que assim como Dona Miloca não tem visibilidade e o reconhecimento que merecem”⁶.

Outro movimento de incentivo que participou, foi por meio do projeto MURAL⁷, que tinha o objetivo de produzir uma galeria a céu aberto pelas ruas e vilas de Ourém, articulando a arte urbana no interior enquanto envolvia a comunidade e seus artistas no processo. Neste projeto, Nazas ministrou oficinas de desenho e pintura em mural em conjunto ao artista Caio Aguiar (Bonikta), os alunos expuseram elementos culturais e da paisagem de Ourém. Em seu painel (Figura 2), Nazas escolheu ilustrar outras duas figuras importantes para a cultura ourenense, Mestre Faustino e Mestra Paulina, um casal de mestres de carimbó que promovem e impulsionam a cultura popular.

FIGURA 2 - Painel com Mestres do carimbó e materiais utilizados pela artista.



Fonte: Página do projeto MURAL em rede social (Instagram)⁸

⁶ Extraído da rede social da artista (Instagram). Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CUh3TBCLY7o/>>. Acesso em 30 jan 2023.

⁷ Projeto aprovado no edital PREAMAR 2022 da Secretaria de Estado de Cultura do Pará.

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cj3UXIvuQ_a/>. Acesso em 30 jan. 2023

Outra faceta da permeação que podemos observar nas obras e nas ações artísticas de Nazas são as imersões locais e fazer emergir identidades da cultura local ao retratar e marcar nas paredes das cidades com autoridade e graus de importância as pessoas que mantiveram a cultura ativa. Com estes trabalhos a artista provoca uma integração entre a arte, cultura e sociedade. A importância política desses trabalhos representa atos incontestáveis de uma luta.

A produção coletiva de Nazas nas intervenções pelas cidades e seus trânsitos carregam consigo a ação de disseminação e de ocupar. Transportando referencialidades imagéticas culturais na criação de fluxos entre um espaço de centralidade e suas margens (capitais e interiores). Uma espécie de transmutação do eixo central para as bordas e vice-versa. As idas e vindas criam movimentos articulares de conhecimento e reconhecimento de estados de origens e destinos, bem como dos que querem chegar com as suas artes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o conceito quanto a imagem que se tem da Amazônia, neste caso em específico a paraense, tem sido reconfigurado numa importante invertida dos estereótipos preconceituosos disseminados até então. A atuação artística permeando os espaços de centralidades e das bordas concebendo fluxos nos apresentam uma dinâmica de alteração de estados de importância de uma em detrimento a outra, neste sentido, podemos atribuir a elas uma invertida necessária nas concepções imagéticas e conceituais da Amazônia, pois com as operações artísticas e de suas atuações as artistas criam imaginabilidades de uma Amazônia encarnada em seus corpos políticos feministas denotando particularidades da cultura, traços específicos, emanando política.

Atentamos para o fato de existir uma necessária devolutiva (em reverso) ao que se teve estabelecido há tempos sobre as pessoas, a cultura e a arte produzida na Amazônia. Tal revirada é trazida por Gil Vieira Costa (2014) que nos aponta duas perspectivas sobre uma “Estética Assombrada” de

uma produção artística muitas vezes mantida sob a sombra de políticas culturais ineficientes: a sombra que oculta a arte e os artistas como uma maneira de opressão ou desca-so. A invisibilidade, a insustentabilidade. Produção cultural muitas vezes ocultada sob efeitos perversos produzidos pela exploração desenfreada da região. A sombra, então, não é uma proteção ao sol escaldante, mas antes um tipo de esquecimento. (VIEIRA COSTA, 2014, p. 121)

E por tal situação surge a necessidade de revide como uma “resposta agressiva de quem esteve sob a sombra durante tanto tempo, e vê como possibilidade de vingança o retorno espectral atemorizante.” (VIEIRA COSTA, 2014). Ou seja, configura-se num ato de assombrar o passado que aterrou os saberes e produções a partir da utilização uma metáfora de empoderamento místico das visagens e assombrações da Amazônia.

Pensamos no fato que o revide pode se dar a partir das constituições visuais, sensíveis do território e que elas possam constituir e contribuir para uma nova historiografia imagética, escrita, narrada, registrada e disseminada pelas ruas e pelas redes. Uma multiplicação de saberes que parte de um trabalho comungado numa intimidade contundente. Neste sentido, compreendemos um campo ampliado de uma educação do corpo, da casa, para a rua, na escola. Arte junto da comunidade, na praça, nos murais. Portanto o permeável pode habitar fluidamente os “Campos permeáveis” por intermédio de ações das artistas que permeiam o campo econômico, político, cultural ou seja o social.

REFERÊNCIA

AMORIM, Célia R. T. C.; CASTRO, Marina R. N. de; COSTA, Alda C. S. da. Visualidades sociopolíticas de resistência na Amazônia: Uma etnografia on foot das lutas das mulheres e feministas nas ruas de Belém do Pará. *In*: PINTO-COELHO, Zara; BRANDÃO, Ana Maria; MOTA-RIBEIRO, Silvana (ed.). **Do poder político e discursivo das imagens de protestos feministas**. Braga - Portugal: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, maio 2021. p. 87-115. ISBN 978-989-8600-99-8.

ASSIS, Sissa Aneleh Batista de. **Mulheres Artistas**: narrativas, poéticas, subversões e protestos do feminino na arte contemporânea paraense. Orientador Prof. Dr. José Afonso Medeiros; Coorientador Prof. Dr. Luizan Pinheiro da Costa. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências da Arte - ICA - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LABAMPE ARTE E POLÍTICA NA AMAZÔNIA. **Encontro 5** - Reescrevendo as histórias das artes amazônicas _ I ANCHA. Youtube, 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cVgn5GecMo4&t=3676s>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

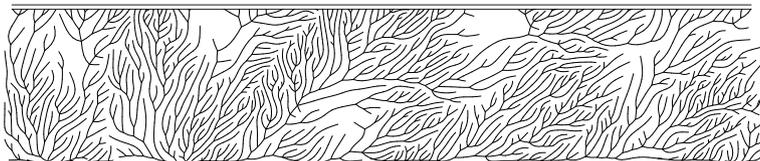
MOKARZEL, Marisa. Entre garças e urubus: a (in)sustentável arte produzida na Amazônia. *In*: **Caderno VideoBrasil**, v. 02, 2006. p. 78-10

MORÉ, Carol T. **Mulheres no Graffiti**: Conheça as ilustrações, os pássaros e cores vibrantes da incrível artista paraense Michelle Cunha. FTCMAG, 15 de jun. 2017. Disponível em: <<https://followthecolours.com.br/michelle-cunha-graffiti/>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

UFPANAMIDIA. **Bate-papo "Arte urbana como reivindicação do direito à cidade"**. Youtube, 26 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tdxUFWOYImo>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

VIEIRA COSTA, Gil. Estética assombrada: um olhar sobre a produção artística contemporânea na Amazônia brasileira. **PÓS**: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM, [S. l.], p. 117–130, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15657>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MULHERES E POLÍTICA: TRAJETÓRIAS FEMININAS NO CAMPO POLÍTICO DA CIDADE DE SANTA LUZIA DO PARÁ (1980-2020)



Thayla da Silva Santos

A proposta deste ensaio é abordar a trajetória de quatro mulheres da cidade de Santa Luzia do Pará que tiveram suas vidas dedicadas à política: Maria Lúcia Machado, Raimunda Taveira dos Santos Guedes, Sylvania S. Saldanha e Sousa e Viviane Regina da Silva Araújo. As trajetórias de vida dessas mulheres se inserem em um contexto mais geral de histórias de mulheres que exerceram e exercem diferentes lutas contra o sistema patriarcal dominante que tem como tendência excluir do espaço público o feminino, assim como as pautas femininas. Nesse sentido, contar estas histórias de resistência política feminina se torna necessário para observar os avanços conquistados por organizações de mulheres ao longo dos anos.

O método adotado para a pesquisa foi o da História Oral, pois através dos relatos coletados a partir das entrevistas entre os meses de abril a junho de 2022, foi possível compreender os espaços de poder da região luziense a partir da in-

serção feminina nos movimentos sociais e político partidários. As mulheres entrevistadas fazem parte de movimentos de professores, ativistas sociais, sindicalistas e de partidos políticos, todos ligados a uma parte da história do município.

SANTA LUZIA DO PARÁ – HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS

O município de Santa Luzia do Pará, também conhecido por KM 47, fica às margens da BR-316, rodovia federal que liga as regiões do norte ao nordeste brasileiro. Antes da emancipação, o território que hoje corresponde ao município fazia parte das cidades de Ourém, Viseu e Bragança. Tendo poucos estudos sobre sua origem, sabe-se através de histórias contadas por moradores mais antigos que a área desfrutou de fluxos de migrantes nordestinos desde seus primórdios e com a construção da rodovia federal entre os anos de 1960 e 1970, teve importância na formação dessa região. No decorrer dos anos, alguns picos demográficos aconteceram e ajudaram a povoar o território, mostrando um crescimento populacional significativo, a localidade passou a levar o nome de vila do Km 47 ou vila de Santa Luzia. Antes da emancipação, a extensão territorial da localidade se restringia apenas à área às margens da via federal, sendo um local de pequena dimensão.

Tendo em vista estes fatores, o processo de ocupação e as movimentações para a emancipação, a localidade passou a cargo de município pela lei estadual nº 5688, da data de 13 de dezembro de 1991, desmembrado de Ourém, Bragança e Viseu (MUNIZ; SILVA; COSTA; JUNIOR; SILVA, 2017, p.4).

Antes de sua então emancipação, os anos de 1970 com o aumento do nível populacional trouxe problemas sociais que foram ficando cada vez mais evidentes com o passar dos anos. Invasões e tomadas de terras, economia prejudicada com a

desvalorização de produtos da região, a falta de escolas, dentre outras questões, despertou o surgimento de movimentos sociais, inicialmente atrelados à Igreja Católica. Assim, observa-se o surgimento de organizações através da articulação do MEB (Movimentos Eclesiais de Base), resultando na formação do MOJUPAC (Movimento Juvenil para Cristo), coletivo associado à paróquia da vila de Santa Luzia durante os anos de 1970, onde eram organizadas ações voltadas às questões sociais. Este foi o primeiro coletivo que serviu de combustível para surgir lideranças políticas dentro da região luziense.

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CÂMARA DE VEREADORES: A TRAJETÓRIA DE MARIA LÚCIA MACHADO

Maria Lúcia Machado é uma importante personagem dentro dos movimentos sociais luzienses. Nasceu em 4 de maio de 1958 na cidade de Bacabal no estado do Maranhão, mas vive na região luziense desde a infância. Desde muito jovem fez parte de movimento eclesiais, sempre inserida em debates sociais, logo despertou seu interesse em causas coletivas, na juventude foi uma das lideranças do MOJUPAC, e posteriormente da Pastoral da Juventude após a dissolução do primeiro, contudo, a PJ teve curta duração em suas ações voltadas aos problemas sociais vivenciados pelas comunidades luzienses, os conflitos entre a Igreja e a juventude do movimento gerados pelos desacordos entre o envolvimento político de jovens pertencentes a PJ resultou no rompimento do coletivo com a instituição.

Diante disso, em 1982 juntamente com colegas da antiga PJ, fundaram o Centro de Cultura Popular, onde ajudaram a promover eventos de artes e da própria cultura local. A partir destas primeiras experiências, surgiu seu interesse

pelas vias políticas. No primeiro momento, Lúcia Machado se insere em uma das correntes populares do partido MDB em 21 de dezembro de 1982, que possuía nomes de referência na política da capital paraense, como Socorro Gomes e Paulo Fonteles. Concorreu como candidata a vereadora pela cidade de Ourém, onde tornou-se suplente. Enquanto não ocupava cargos políticos, envolveu-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em um momento conturbado de retomada da administração sindical que passava por desmandos por parte dos empresários urbanos, e ainda hoje permanece como colaboradora. Também esteve como uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores em 1986, e consolidou-se em 1988, com os primeiros filiados do sindicato de Ourém e depois com a participação de luzienses, com integrantes da Pastoral da Juventude, que com o apoio do novo pároco da diocese, padre Rafael Donneschi, sob os ideais da Teologia da Libertação, trouxeram questões relacionadas à crítica da realidade social e pregavam a luta por direitos. (SOUSA. 2019, p.36). Este foi o começo da instauração do Partido dos Trabalhadores e das organizações que iriam articular as movimentações de emancipação da cidade de Santa Luzia do Pará no início da década de 1990.

Santa Luzia do Pará emancipada traçará um novo caminho no cenário político e social, com representantes femininas como Lúcia Machado e outras mais no espaço partidário, que ao contar sua história de ativismo político, permite notar os embates que uma mulher inserida nestas vias sofre diariamente. Machado nunca se deixou abalar com as travas sociais que a impediam e impedem outras mulheres a impor seus pensamentos e a ingressar em espaços de poder, se mostrando confiante no progresso e na inclusão feminina em mais espaços de decisão e reivindicações.

Durante a década de 1990, Lúcia Machado candidatou-se como vereadora pelo PT a então agora emancipada Santa Luzia do Pará, vencendo as eleições de 1992 e 1996, mantendo-se como uma das principais figuras femininas de representatividade política no município. Em seu segundo mandato como vereadora, elaborou reuniões para debates sobre mulheres luzienses e teceu críticas à administração municipal no dia internacional da mulher, em 8 de março de 1996, isso gerou um impacto negativo para Machado, onde descreve atos discriminatório sofridos pela oposição política da cidade, que em resposta a ação da vereadora tornou público o “Manifesto Público das mulheres de Santa Luzia do Pará dirigido à população do nosso município”, que trazia ataques misóginos contra Lúcia, descrevendo como “A Vereadora usou e abusou da sua condição de mulher mal-amada, irresponsável, despreparada para o exercício de mandato político.” (Trecho do documento público de março de 1996), os ataques continuaram ao longo dos anos, Lúcia descreve como o momento mais negativo em sua carreira relacionado ao fato de ser mulher em um espaço político, e atos machistas como estes permanecem como empecilho para o protagonismo de outras mulheres nos espaços de poder.

Nos anos 2000, Lúcia retoma ao cargo de vereadora mais três vezes, acumulando o total de cinco mandatos consecutivos pelo PT na região, esteve como presidente da câmara de vereadores até 2012, onde devido a conflitos internos com seu partido e com a oposição política municipal, onde sofria com perseguições, decide por se distanciar das vias partidárias, retornando somente no ano de 2016 para concorrer como vice-prefeita ao lado de Edno Alves, vencendo as eleições daquele ano, mas a parceria da chapa se enfraquece ao longo dos anos de mandato e resulta no rompimento entre os dois

representantes. No ano de 2020, Lúcia volta a se candidatar, agora como prefeita de Santa Luzia do Pará, juntamente com a professora Viviane Araújo como vice em uma chapa articulada por mulheres, com o slogan “A Força da Mulher Luziense! Agora é a vez do povo”, com a coligação PT e PSOL para concorrer à prefeitura da cidade. Até então a pauta da representação feminina sempre era tocada em seus anos de experiência política, incentivando o papel feminino na sociedade. A campanha foi marcada por ataques de opositores, com ofensas e ações difamatórias e elas perdem as eleições.

A partir da trajetória de Lúcia Machado, observa-se como os movimentos sociais se constituem como um dos primeiros espaços políticos ocupados pelas mulheres, antes mesmo destas ingressarem nas esferas partidárias. Eles se constituem como os primeiros passos da caminhada representativa, pela luta por equidade, empoderamento e qualidade de vida.

POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE RAIMUNDA TAVEIRA DOS SANTOS GUEDES

Raimunda Reis, como é conhecida, nasceu em 26 de outubro de 1951 na cidade de Monte Alegre no Estado do Pará, e faleceu na data de 9 de setembro de 1996 no município de Santa Luzia do Pará onde residia. Dada a circunstância, a pesquisa sobre sua trajetória foi feita através dos relatos do viúvo de Raimunda Reis, o sr. Antônio dos Reis Guedes, que foi casado com Raimunda por 19 anos. A partir de sua narrativa, será possível elucidar a história de uma das pioneiras de candidatura da região de Santa Luzia do Pará. Vindo com sua família para a vila do km 47 em 1981, Raimunda formou-se como professora e lecionava na localidade.

O viúvo descreve a região luziense como de forte conflito social e de terra, e todas essas questões que envolviam os problemas sociais serviram para a família se empenhar em trabalhos coletivos, o que os tornou conhecidos na cidade na qual se mantiveram até o falecimento de Raimunda, nos anos 1990. Raimunda Reis era uma professora que demonstrava preocupação com os problemas da região. Assim, o casal Reis era frequentemente procurado para intervir na comunidade, o que acabou resultando na construção de uma rede de apoio. Reis conta que em 1992, no momento em que as chapas partidárias eram montadas para a primeira disputa eleitoral, convidaram-no para ser candidato à prefeitura de Santa Luzia, porém o convite foi recusado por ele e como alternativa, ele convida sua esposa para concorrer ao cargo.

Raimunda venceu as eleições em 1992 pelo PMDB com grande apoio popular, e com o apoio da família, Reis destaca como era importante ter uma vereadora para discutir política, visto que na época poucas conseguiam ingressar nestes espaços. Importante observar como neste caso, o público e privado se unem, pois Raimunda ingressava na esfera política dominada pelo masculino por incentivo de seu próprio parceiro. Focada no que almejava conquistar pela comunidade e cidade, como vereadora esteve presente na formulação de projetos que sanassem os problemas vivenciados pela população luziense. Seu empenho foi significativo, tanto que, segundo a entrevista concedida por Antonio dos Reis, almejavam lançar Raimunda como futura candidata à prefeitura municipal em 1996, o que foi impedido em razão do trágico acidente de carro que tirou sua a vida.

Raimunda teve sua atuação mais emblemática na construção de estradas e escolas nas comunidades mais pobres do município, a levando como um nome forte na política

de acesso à educação. Um legado que ainda permanece e é lembrado pela população luziense, empenhada e participativa, Raimunda Reis foi um dos principais nomes da política luziense, mas que teve sua vida tirada precocemente, deixando fortes sentimentos de admiração, que merece reconhecimento como um dos nomes do empoderamento feminino nos espaços de poder de Santa Luzia do Pará.

UMA VIDA EM PROL DAS LUTAS PELA EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE SILVANIA S. SALDANHA E SOUSA

Silvania Saldanha, nasceu em 29 de maio de 1975 na capital do estado do Pará, vinda de uma família de professores, estabeleceu-se com a família na região da vila de Santa Luzia. Participante, entre o final dos anos oitenta e início dos anos noventa, dos movimentos sociais da Igreja, integrou o MEB e a Pastoral da Juventude - ambos destacados anteriormente -, significativos na implementação da Teologia da Libertação com ideais progressistas que direcionavam as camadas populares a pensar criticamente a sua realidade. Em entrevista Saldanha se descreve como resultado dos movimentos eclesiais de base, foi através deste contato com as pautas sociais e a formação cidadã incentivados pela Igreja que nasceu seu interesse político. Ainda jovem, colaborou com o movimento Raízes Culturais, coletivo elaborado nos anos 1990 por Edson Martins, personagem importante em vários grupos sociais que esteve presente juntamente com Lúcia Machado em várias iniciativas em prol do mesmo coletivo.

Na área de atuação profissional, em 1995, Silvania Saldanha frequentou a Universidade Federal do Pará (UFPA) e formou-se em geografia em 2001 e aos 18 anos de idade, começou a trabalhar como professora do ensino fundamental

pela rede pública do município de Santa Luzia do Pará. Tendo 25 anos de experiência como docente em sala de aula, ainda presente nas escolas do município.

Como professora dedicada aos campos sociais, fez parte de um grupo de professores do município no começo dos anos 2000, no qual desenvolveram um planejamento de reorganização e reabertura do SINTEPP que tinha sido fechado por motivações políticas dos governos anteriores. A partir de então, O SINTEPP recebeu o nome de Olímpia da Luz, professora e importante figura nas lutas sociais e políticas do município, o que demonstra que as lideranças femininas na região eram importantes. O sindicato teve papel significativo nas reivindicações de direitos dos professores e pela educação da cidade.

Saldanha, ainda no começo da carreira como docente, durante seu processo de construção identitária política, enfrentou alguns entraves iniciais por divergir de posicionamentos que iriam de encontro com sua consciência política, em vista disto, começou a sofrer alguns ataques e resistências, que alcançaram seu âmbito de trabalho e tornaram-se inoportunos, havendo episódios de intolerâncias. Em entrevista ela destaca um momento difícil em sua carreira com as perseguições sofridas, quando teve seu salário suspenso por 7 meses, logo depois descobrindo que tinha sido demitida meses antes, entre outros episódios passados pela mesma.

Isto não desestimulou sua participação sindical. Seu percurso como docente e cidadã constantemente incomodava grupos opositores aos seus ideais. Conhecida pela atuação na educação, além de exercer cargos dentro das Secretarias do Governo, fez parte da Diretoria do Meio Ambiente, e da Secretaria de Agricultura do município (SEMAGRI) durante o Governo Municipal de Lourival Fernandes. Ela também

colaborou na criação da Secretaria de Meio Ambiente, entre os anos de 2005 e 2007, em seguida, trabalhou como assessora técnica na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), entre 2009 a 2012, tendo no seu último cargo na instituição como Diretora de Ensino. Constantemente voltada à área de atuação nos setores da educação, obteve cargo de monitora e colaboradora da Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônica (ECRAMA), entre 2001 e 2012.¹

Sobre o cunho dos ataques vivenciados na sua carreira como professora e em cargos administrativos, Saldanha ainda cita os diversos insultos que sofreu por discordar politicamente sobre qualquer temática. Assim, fica nítido o conteúdo machista e misógino de alguns dos comentários proferidos contra a professora, “sofri do tipo, vai arranjar um marido, tu precisa de um homem, vai tomar um banho, eu acho que a professora Sylvania tá é apaixonada pelo fulano, porque ela critica, tá querendo é macho, muito desses comentários a gente ouve, não é?” (Sylvania Saldanha. Entrevista realizada em 17/04/2022).

Questionada sobre isso a ter desestimulado a ocupar outros cargos e se isto funciona como barreira para impedir e amedrontar mulheres a ingressarem nos meios públicos, fora a questão de livre manifestação política, Saldanha acredita que isto é uma das principais explicações do entrave social e político do ingresso de mulheres nas esferas de poder. As consequências do sistema patriarcal advindos das construções socioculturais são observadas com frequência nas ações voltadas contra as mulheres a partir do seu envolvimento político em Santa Luzia do Pará. Ataques proferidos a partir do discurso machista ajudam a manter esta suposta hierarquia entre os gêneros masculino e feminino. Dessa forma é preciso discutir

¹ Acessado em 20 de julho de 2022: <http://lattes.cnpq.br/3033122538119685>

as questões relacionadas à desigualdade de gênero para assim ser possível a construção de uma nova compreensão acerca da dominação patriarcal.

Como figura inquietante dentro dos movimentos dos professores na região, Saldanha trouxe novas perspectivas de conscientização política e social. Ela buscava através do ensino mostrar novas interpretações sociais com os alunos que passam por sua sala de aula, visto que a escola é o ambiente de formação do cidadão.

Sobre a construção de políticas públicas para a inserção de mulheres nas esferas de decisão, Silvania Saldanha, como educadora, diz que é fundamental quebrar com as imposições do patriarcalismo. Na sua concepção, o espaço escolar é vital para a conscientização destes temas e na formação da cidadania, a partir da ruptura com os sistemas de opressão. Para Silvania, é necessário trazer à tona as histórias de mulheres vistas como “comuns” e que estão protagonizando lutas coletivas por melhorias sociais e contra a desigualdade. Essas histórias precisam chegar às escolas para assim ser possível a abertura de um novo caminho de inserção feminina e de equidade entre os gêneros.

EDUCAÇÃO E POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DE VIVIANE REGINA DA SILVA ARAÚJO

Viviane Araújo é natural de Curitiba no estado do Paraná, nascida em 23 de outubro de 1960, cresceu com influências políticas e sociais e aprendizagens provenientes de uma família que a incentivava a observar e contestar o meio em que vivia, credibiliza seu pai a tê-la inserido no caminho da política do pequeno município no nordeste paraense. Graduada em educação física pela Universidade Católica do Pa-

raná, em 1984, vem residir no interior do estado do Pará, e se fixa na região luziense. Nisto sua vivência na localidade conhecida como Km 42 que compõe o território de Santa Luzia do Pará, iniciou-se com trabalhos como gerente na empresa AGRICOM (Agropecuária Indústria e Comércio de Madeiras Ltda), na qual lecionava para os filhos de funcionários da empresa em um pequeno espaço disponível para a atividade.

Depois de alguns anos decide-se mudar com sua família para a sede municipal, quando solicitada para exercer o cargo de professora na rede pública em 2001. As primeiras iniciativas sociais e políticas são tomadas quando a cidade passava por processos polêmicos na gestão municipal. Ela fez parte, assim como Silvania Saldanha, da reabertura do sindicato dos professores e das manifestações contra os desmantelamentos cometidos pelo governo de Nato Costa na época. Em seguida se integra aos movimentos sociais voltados para as requisições de melhorias para a comunidade.

No sindicato dos professores luzienses entre os anos de 2001 e 2002, Viviane Araújo teve muitas atribuições como parte da liderança sindical. No ano de 2002, foi uma das principais lideranças do movimento grevista dos professores devido ao não pagamento dos salários e dos desmandos por parte da prefeitura. Como forma de protesto os professores acamparam em frente à Câmara Municipal até que suas reivindicações fossem atendidas.

Dentro do primeiro governo de esquerda eleito em 2004, fez parte da administração pública exercendo o cargo de Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professora Florentina Damasceno, entre 2005 e 2010. Também exerceu atividade como vice-diretora nos anos de 2010 a 2011, tendo importante participação em atividades educativas dentro da área urbana e rural. Esteve presente nos projetos do

ECRAMA (Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais da Amazônia) entre 2001 e 2010.

No ano de 2020, a convite da chapa em formação do Partido dos Trabalhadores, tornou-se diretora de formação do PT de Santa Luzia, onde ainda atua até hoje. Neste mesmo ano, juntamente à sua colega Lúcia Machado, concorre ao posto de vice-prefeita do município de Santa Luzia, tendo pela primeira vez na região uma chapa constituída totalmente por mulheres, e tratando de temáticas de mulheres como protagonistas políticas e sociais. Infelizmente, não conseguiram se eleger, ficando em terceiro lugar dos mais votados naquela eleição.

Sobre atos discriminatórios sofridos no seu percurso até as eleições como vice-prefeita, as constantes narrativas sobre a figura feminina ser desqualificada para exercer cargos políticos, contribui para a deslegitimação do papel da mulher, como enfatizado por Viviane Araújo em entrevista, onde descreve alguns momentos em sua carreira onde sofreu com ataques contra sua vida pessoal. Ela como uma mulher, professora e parte do setor político de Santa Luzia, salienta como mulheres mesmo tendo preparo e que exista políticas públicas que incentivem e que haja debate sobre mulheres e pautas feministas, ainda estão sujeitas ao machismo estrutural, e que a luta ainda é recente. Segundo ela, é preciso que as mulheres permaneçam buscando alternativas de romper com tudo que as exclui das esferas políticas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória destas mulheres como Lúcia Machado, Raimunda Reis, Sylvania Saldanha, Viviane Araújo, dentre outros nomes brilhantes, nos permite notar como o pensar no coletivo, no desenvolvimento social, na educação e na re-

apresentação feminina, pode gerar empoderamento em outras mulheres. Nesse sentido, se faz necessário promover ações de intervenção e de participação política, fortalecer as políticas públicas, encorajar mais mulheres a ingressarem nos movimentos sociais e partidários, para que haja o rompimento com a estrutura patriarcalista ainda vigente.

É necessário entender a funcionalidade dos movimentos sociais atrelados aos movimentos partidários. Os dois por mais que sejam vistos como partes distintas e distanciadas, estão entrelaçados e são importantes para a construção das identidades coletivas. Sem esta relação entre movimento social e partidarismo, verifica-se como a não participação popular afeta nas políticas partidárias, não pondo em prática as participações sociais como ideais impostos para uma democracia plena (OLIVEIRA, 2021, p. 586). A ex-vice-prefeita e vereadora Lúcia Machado relata em entrevista como os movimentos sociais foram importantes nas realizações de políticas públicas durante sua atuação como uma das principais lideranças de movimentos sociais na região. Assim, é importante aproximar estes atos políticos para perceber o protagonismo feminino sendo base das mobilizações e mudanças do cenário político, assim como analisar estes setores para tecer conhecimento no que se refere à participação de mulheres nas esferas políticas.

A partir da compreensão da história de mulheres, é importante analisarmos os cenários políticos e sociais como campos de estudos sobre os problemas que geram o silenciamento de figuras femininas e de seus protagonismos dentro de eventos importantes para a história política, e como isso interfere diretamente na falta de representação feminina em mais âmbitos de tomadas de decisão, decorrente do sistema patriarcal dominante.

Desse modo, a pesquisa preocupa-se em romper com as narrativas históricas que excluem mulheres da história, as deixando a mercê da marginalidade e do antagonismo, além de também desenvolver um trabalho que protagonize mulheres que mudaram seus espaços, que fizeram parte de ativismos sociais, que ingressaram dentro movimentos dominados pelo masculino, a fim de ter voz e dar voz a outras mulheres. O papel do empoderamento que as entrevistadas fazem, ultrapassam os liames do reconhecimento da sub-representação nos setores de tomadas de decisão. Também permite fortalecer, promover e auxiliar os e as representantes políticas sobre a equidade de gênero e tudo que gira em torno da qualidade e oportunidade de vida de mulheres (ÁLVARES, 2018, p. 84).

As histórias de Lúcia Machado, Raimunda Reis, Silvania Saldanha e Viviane Araújo são o primeiro passo para visualizar inicialmente uma diversidade de figuras femininas inseridas em movimentos sociais dentro do território luziense. Ainda há muito a ser ouvido por parte de representantes de comunidades rurais que também estiveram fazendo parte da construção histórica municipal e da história de mulheres na resistência social e política.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres & movimentos** – ativismo, empoderamento e espaços de poder. Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.2, p.80-100, 2018.

MUNIZ, Carla Caroline Santana; SILVA, Jaciara Firmino da; COSTA, Eduardo Kenneth de Oliveira da; JÚNIOR, Antônio Barbosa Smith; SILVA, Dra. Eleci Teresinha Dias da. Perfil Socioeconômico e os Benefícios da Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caeté e Gurupi Coomar, em Santa Luzia do Pará - Pará.

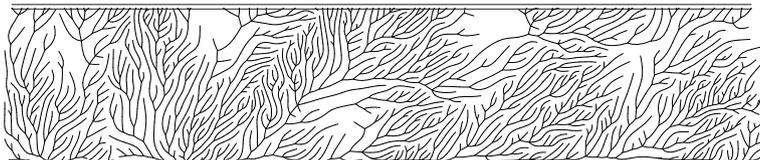
II Congresso Internacional das Ciências Agrárias Cointer - PDVAgro, 2017

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores.

Opinião Pública, Campinas, vol. 27, nº 2, p. 585-622, 2021.

SOUSA, Andreza Xavier de Lima. **“Acredita, povo, acredita!”**: A trajetória do Partido dos Trabalhadores em Santa Luzia do Pará (1980-1996). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Marabá, p. 36 – 48, 2019

A PRESENÇA DE MENINAS NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE QUÍMICA: UM ESTUDO SOBRE PERMANÊNCIA E ÊXITO



Márcia Pereira da Silva Alves
Natalia Conceição Silva Barros Cavalcanti

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o acesso, permanência e êxito de meninas no curso Técnico em química Integrado ao Ensino Médio, do Campus Belém do Instituto Federal do Pará (IFPA).

Portanto, na perspectiva da autonomia e emancipação humana, o Ensino Médio Integrado ofertado nos Institutos Federais fundamenta-se teórico e metodologicamente em uma concepção de formação omnilateral, politécnica ou integral, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, bem como na escola unitária de Gramsci (MOURA, 2013). A escola unitária elementar e média deve educar de forma conjunta para as atividades intelectuais e manuais, e propiciar uma orientação múltipla em relação às futuras atividades profissionais, sem predeterminar escolhas (Manacorda, 1990).

Conforme um conjunto de pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica, não é possível uma educação politécnica em uma escola unitária sem discutir diversidades de gênero, sexualidade e orientação sexual. Na perspectiva de contribuir para a superação das dualidades estruturais, fundada em uma condição de classe, é necessário articular outras dimensões da vida dos estudantes do Ensino Médio Integrado, às categorias de gênero, orientação sexual, raça como importantes componentes para pensar a formação humana integral (NETO; CAVALCANTI; GLEYSE, 2018; GEMAQUE, 2020; NETO; RODRIGUES; CAVALCANTI; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2020).

Portanto, a presente proposta de pesquisa parte da preliminar constatação da necessidade do desenvolvimento de estudos com enfoque de gênero em uma instituição centenária de Educação Profissional, considerando que apesar de historicamente o curso ter apresentado o ingresso também de mulheres, as condições de acesso, permanência e o êxito se constitui marcado por desigualdades e contradições entre os gêneros.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Pará- Campus Belém, capital do Estado do Pará. Está localizado na Av. Alm. Barroso, 1155 - Marco, Belém - PA, 66093-020, oferece diversos cursos de Ensino Médio na sua forma integrada, além da modalidade subsequente, graduação e pós-graduação (IFPA, 2022).

Caracteriza-se como um estudo qualitativo em que foram realizadas análises documentais. Na pesquisa documental, fizemos um levantamento, onde buscamos os dados na secretaria do curso, a partir da matrícula das ingressantes nos

anos de 2012 à 2016 do curso técnico Integrado de química no qual abordamos um olhar para a trajetória das meninas, de pensar o acesso, a permanência e o êxito e fizemos a análise do Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPA do ano de 2017.

Com fundamento nos repertórios documentais empregados neste trabalho, foi perceptível contextualizar a presença de meninas no curso investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Breves considerações sobre o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Nesta seção iremos realizar uma breve análise da história do plano institucional estratégico de permanência e êxito do IFPA, esse plano é resultado da análise dos dados, realizado pela comissão geral dos 18 campi que compõe o IFPA somente 12 campi entregaram seus planos em tempo hábil, e desses, somente 8 campi atenderam a pesquisa conforme as orientações feitas pela comissão interna geral do IFPA.

A comissão geral iniciou seus trabalhos em setembro de 2015 com estudo das legislações, histórico da ação na Rede Federal, planilhas enviadas pela SETEC, referenciais teóricos e dados do sistema acadêmico do IFPA. Após esses estudos elaborou um instrumento para a coleta de dados e registro das informações, com o intuito de favorecer a sistematização das informações do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito (PPE) do IFPA, conforme a base de dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica — SISTEC, bem como preparou para cada campus dados referentes aos alunos evadidos e retidos em planilhas excel.

De posse dos dados quantitativos, a comissão interna geral elaborou um instrumento para pesquisa qualitativa com os educandos, pautado na resolução de problemas, buscando entender os fatores internos e externos à instituição, para entender causas, fatores de evasão e retenção dos discentes e propor intervenções e estratégias de recuperação e acompanhamento para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPA. A pesquisa levou em consideração o curso, a forma (subsequente e integrado), o nível (técnico e superior) e a modalidade (presencial).

A elaboração do Plano Estratégico institucional deu-se da seguinte forma: A primeira apresenta os apontamentos legais do PPE/IFPA. A segunda justifica a elaboração do PPE/IFPA, assim como indica a base conceitual em relação aos processos da trajetória acadêmica dos estudantes da educação profissional. A terceira parte apresenta o diagnóstico do IFPA, a partir das taxas de evasão e retenção. A quarta parte destina-se a identificação das estratégias de combate ao processo de retenção e evasão estabelecidas com base no resultado das pesquisas realizadas por campus. Desta forma, apresentamos as ações de acompanhamento e as metas almejadas pelo IFPA, para o enfrentamento do fenômeno da retenção e evasão, bem como na garantia da permanência e êxito dos estudantes. A quinta parte foi direcionada a apresentação das estratégias de avaliação do plano institucional estratégico de permanência e êxito do IFPA, com o propósito de estabelecer espaços físicos, a disponibilidade de pessoal e de recurso voltado ao trabalho de prevenção do alto índice de evasão e retenção.

O importante é que o Plano a ser elaborado, com base no Plano institucional, promova avaliações sistemáticas anuais sobre as metas e as estratégias concebidas, com vistas “à expansão das potencialidades humanas e à emancipação do coletivo,

com olhar em todas as direções e dimensões – histórica, cognitiva, social, afetiva e cultural” (SILVA; LIMA, 2017).

No IFPA quando falava-se em permanência e êxito logo pensava-se em assistência estudantil que é regida pelo PNAES e outros documentos internos com intuito de dar condições para os estudantes reduzirem os índices de retenção e evasão, permanecerem e terem êxito no seu curso e por meio da educação terem a colaboração com vistas á inclusão social.

Democratizar as condições de permanência nas instituições federais de ensino, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais para que o estudante possa permanecer e concluir seu curso, reduzir as taxas de retenção e evasão e colaborar para a promoção da inclusão social por meio da educação. (PPE 2017,p.07).

Entrando na estratégia de intervenção propriamente dita para a permanência e êxito consideramos mais relevante a partir do que o plano aborda e apresenta dentre muitas atribuições, referentes aos fatores Individuais do discente: Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento aos discentes, Ampliação dos auxílios de assistência estudantil e bolsas de iniciação científica e de extensão e Diante os fatores Internos à Instituição: Desenvolver uma política de acompanhamento e intervenção de encaminhamento de estágio, estabelecer política de capacitação pedagógica para o desenvolvimento de práticas docentes. Fatores Externos à instituição: plano de acompanhamento pedagógico Cursos e minicursos sobre hábitos de estudo, as ações que esclarecem as estratégias acima estão organizadas e serão monitoradas por relatórios anuais, junto às comissões de cada campus. (PPE, p.27).

Por sua vez, a educação tem, no artigo 206 da Constituição Federal (CF, 1988), os fundamentos que estabelecem as práticas de ensino expressas no artigo 3º da LDB que de-

termina que o ensino deve ser ofertado “com condições de qualidade, bem como indicam a possibilidade de equalizar o direito ao acesso, permanência e êxito escolar”.

A partir do que relatamos acima sobre o plano Institucional depreendemos que as estratégias apresentadas em relação a permanência e êxito dos estudantes mostram o amadurecimento da comissão organizadora do plano e a preocupação com a Instituição para que seus estudantes tenham êxito.

Percebemos no contexto do plano que não existem questões específicas relacionadas as meninas, penso que esse levantamento de dados poderia estar interligado as questões por gênero discriminadas

Dessa forma quando não colocamos o gênero em destaque acabamos generalizando esses pares, ou seja, percebemos que a divisão sexual do trabalho está presente no plano a partir da omissão e da homogeneização.

Dentre as diversas desigualdades existentes na sociedade brasileira, podemos dizer que uma das mais evidentes se refere às relações de gênero. A participação das mulheres na vida em sociedade se dá em espaços variados, como família, escola, igreja, movimentos sociais, e, claro, no mundo do trabalho. Antunes (1999) fala da divisão sexual do trabalho e das diferentes vivências dos ambientes produtivo e não-produtivo: homens e mulheres não têm os mesmos direitos, deveres ou oportunidades no mundo do trabalho, nem tampouco são atingidos de maneira igual em situações de retirada de direitos ou de precarização.

Na próxima seção iremos dar ênfase para os dados de matrícula referente ao período de 2012 a 2016, observando por gênero acesso, permanência e êxito.

Análise dos dados de matrícula dos alunos ingressantes de 2012 a 2016

Nas próximas linhas, destacaremos dados referentes à distribuição das matrículas do curso integrado de química entre os anos de 2012 a 2016 tendo como perspectiva observar a permanência e êxito de meninas.

A nível de informação apresentamos alguns conceitos que discriminamos nas tabelas analisadas¹ :

A seguir demonstramos a Tabela 1 que considera os períodos de matrícula dos anos de 2012 a 2016.

TABELA 1 - Número de matrículas no curso de Ensino Médio Integrado de química (2012 a 2016)

Total de alunos/2012	30	diplo- madas	Repro- vada	Desis- tente	Trans- ferida	Prescrita abandono	Conclu- ído	
Meninas	17	7	1	2	1	6	----	
Meninos	13	6	2	1		2	1	1
Total/2013	31	Diplo- madas	repro- vada	desis- tente	Trans- ferida	Pres- crita	Em curso	Aban- dono
Meninas	18	11	1	1	0	4	1	----
Meninos	13	7	1	1	2	1		1
Total/2014	33	diplo- madas	repro- vada	desis- tente	transfe- rida	Pres- crita	Em curso	abando- no
Meninas	10	4	2	2	-----	1	1	
Meninos	23	14	2	4	-	3	----	---
Total/2015	29	diplo- madas	repro- vada	desis- tente	transfe- rida	Pres- crita	Em curso	abando- no
Meninas	16	11	1	2	---	1	--	--
Meninos	13	8	---	---	1	--	4	---
Total/2016	28	diplo- madas	repro- vada	desis- tente	transfe- rida	Pres- crita	Em curso	abando- no
Meninas	12	8	4	--	--	--	--	--
Meninos	16	14	2	--	--	--	--	--

Fonte: Dados da secretaria do curso técnico integrado de química, 2022.

O número de matrículas do curso técnico integrado de química apresentou no ano de 2012, que tiveram acesso ao curso maior presença de meninas, que foram diplomadas 07 meninas, por outro lado foram diplomados 06 meninos os índices de reprovação permaneceram equilibrados, onde foram reprovados 01 menina e 02 meninos, os desistentes ficaram em 02 meninas e 1 menino, os que abandonaram curso foram nem uma menina e 01 menino, os transferidos da instituição que por algum motivo, foram 01 menina e nem 01 menino, percebemos um maior número de prescritos quanto ao gênero feminino, 06 meninas e 02 meninos.

Percebemos de uma forma específica que o número de reprovados não alterou nas questões relacionadas ao gênero tanto de meninas quanto de meninos, essa mesma condição teve quanto ao êxito, e na diplomação de meninas e meninos e nos processos também relacionados ao abandono, onde a diferença não foi maior que em números absolutos de 01.

Nesse sentido de uma forma geral percebemos que os concluintes ao ensino de química permanecem quantidade paritária entre os gêneros no ano de 2012, os que tem concluído na instituição tem sido de forma equilibrada que nesse momento não nos tornou um relevante objeto de investigação, por isso partimos para analisar as questões relacionadas a permanência e ao êxito que revelam outros elementos contraditórios e que nos podem revelar a qualidade deste ensino a partir de um recorte de gênero.

Pesquisas realizadas sobre a presença das meninas na escola mostraram que as taxas de alfabetização delas são maiores ou iguais às dos meninos. As jovens são maioria entre os estudantes do Ensino Médio e o número de universitárias começou a aumentar a partir dos anos 1970 (MELO, 1975; ROSEMBERG, 1975). Isso significa que a expansão do Sistema

de ensino brasileiro permitiu que as mulheres tivessem mais acesso à educação em todos os níveis, inclusive ao ensino superior. Por outro lado, as meninas na escola ainda enfrentam obstáculos escolares.

A distribuição das matrículas por gênero apresentou maior presença feminina em 2013 do acesso de 31 alunos, 18 eram meninas e 13 meninos, ou seja, observamos que o acesso por gênero permanece a maior inserção de meninas e também no quesito diplomação o número de meninas é maior em relação aos meninos, nesse caso revela a qualidade da formação das meninas acabam tendo maior êxito em relação a diplomação.

Apesar da presença das meninas ainda serem a maioria no curso, de acordo com o ano de 2013, percebemos que ainda existem muitos percalços para elas de fato obterem êxito, pois do número total de acesso ainda presenciamos 02 desistentes, 04 prescritas e 01 reprovada.

Segundo o (PPE, 2017) Os percalços que ainda encontram para terminarem o curso diz respeito “a falta de identificação com o curso, falta de aulas práticas nos cursos, ser arrimo de família, desemprego, greve dos servidores”, dentre outras questões.

No ano de 2014 houve um número de ingresso considerável no curso integrado de química, cerca de 33 alunos acessaram a instituição sendo 10 meninas e 23 meninos. Dessa forma, percebemos o elevado índice de meninos inseridos no curso, sendo que os diplomados foram apenas de 04 meninas e 14 meninos, o número de reprovados, transferidos e abandono se equiparam entre os gêneros, desse quantitativo que prescreveram foi a maioria menino que gira em torno de 03, e somente 01 menina.

Diante das informações apresentadas no ano de 2014, verifica-se a necessidade de se somarem outras ações para am-

pliar a taxa de conclusão do curso integrado de química, uma vez que os dados revelam um percentual considerável de estudantes meninos que, por questões relacionadas, principalmente, a desistência, reprovação e prescrição não chegam ao final do curso com êxito.

Em relação as meninas podemos acrescentar com base em estudos recentes que o acesso à educação tem sido uma das facetas da desigualdade entre os gêneros. Como norma geral, no mundo, quanto menor a renda familiar, menor o número de meninas na escola proporcionalmente ao de meninos [ver Banco Mundial (2001)]. A alocação diferenciada de recursos é uma maneira pela qual a família delinea uma diferenciação entre gêneros. Em casos extremos de recursos limitados, a alocação de comida, serviços de saúde e atenção dos pais, preferencialmente em relação aos filhos homens, significa menos comida, pior saúde e menor atenção para as filhas.

No ano de 2015 dos 29 alunos que acessaram ao curso houve o maior número do gênero feminino, 16 meninas e 13 meninos das 16 apenas 11 saíram diplomadas.

Fazendo o recorte de gênero de acordo com o ano em destaque, percebemos de uma forma específica que o número de reprovados não alterou nas questões relacionadas ao gênero tanto de meninas quanto de meninos, essa mesma condição teve quanto ao êxito, e na diplomação de meninas e meninos e nos processos também relacionados aos reprovados, transferidos e prescritos onde a diferença não foi maior que em números absolutos de 01 ou nenhum, e nesse sentido de uma forma geral percebemos que os diplomados ao ensino de química permanece a maioria do gênero feminino, e em curso a maioria do gênero masculino que perpassa de 04.

Vários fatores interferem no acesso, na permanência e no êxito dos estudantes em seus percursos formativos. E esses

podem ser sociais, psicológicos e pessoais, incidindo no sucesso durante o trajeto e a conclusão dos vários níveis de ensino. No caso brasileiro, os fatores socioeconômicos são os mais recorrentes, fazendo com que esses estudantes ingressem no mercado de trabalho precocemente, muitas vezes, em trabalhos precarizados, com carga horária excessiva e salários baixos, tendo como resultado, frequentemente, o abandono dos estudos (SILVA, 2015). No caso feminino, ainda há uma sobrecarga maior, pois a atuação profissional soma-se com o trabalho doméstico e o cuidado dos familiares, que ainda é uma tarefa “naturalmente” destinada às mulheres, sendo essas “naturalizadas, percebidas como parte da vida das mulheres e invisibilizadas socialmente” (LUZ; CASAGRANDE, 2016, p. 10).

E por fim no ano de 2016 ainda se observa dos 28 alunos que acessaram ao curso, foram um total de 12 meninas e 16 meninos, das meninas apenas 08 foram diplomadas e dos meninos que acessaram a maioria saiu diplomado, apenas 02 reprovados.

Apesar dos índices percentuais serem aproximados entre os meninos e as meninas que acessam o curso integrado de química verifica-se que prevalecem na tabela 5 como maioria absoluta meninos do sexo masculino possuindo o maior índice de acesso a esses espaços de formação no presente ano.

Mediante o contexto acima citado, é importante discutir acerca dessa desigualdade na escolha que mulheres fazem por cursos. A escola não é responsável pela cultura machista que direciona meninas a escolherem carreiras vinculadas ao cuidado, lazer etc. Mas a escola é responsável por questionar tais valores que, inclusive, persistem na Educação Profissional e Tecnológica, bem como no mercado de trabalho. Entende-se que a diferença presente no número de matrículas que se refere à escolha de cursos e ao futuro exercício profissional feito

pelos/as estudantes é fruto de uma sociedade ainda marcada fortemente pelos preconceitos sexistas. Mas, não se pode negar que a presença das mulheres nos Institutos vem, paulatinamente, minimizando a desigualdade, o que favorecerá para que as mulheres passem a ocupar cada vez mais as funções ditas masculinas no mercado de trabalho e na vida pública.

Considerando o estudo relatado acima depreendemos que o acesso de meninas do curso técnico integrado em química nesses cinco anos pesquisado, é maior que o percentual de meninos, e verifica-se a necessidade de se somarem outras ações para ampliar a taxa de conclusão do curso, pois percebemos que em relação aos meninos o número de concluintes meninas é menor, que por diversas questões não chegam ao final do curso com êxito e comparado aos meninos as meninas são as que mais prescrevem.

Como já relatamos sobre os diversos fatores que fazem com que as meninas não concluam o curso, vários fatores interferem no acesso, na permanência e no êxito dos estudantes em seus percursos formativos. E esses podem ser sociais, psicológicos e pessoais, incidindo no sucesso durante o trajeto e a conclusão dos vários níveis de ensino.

No entanto neste tópico que descrevemos sobre os dados de matrícula levantados no período de 2012 a 2016, encerramos esse artigo com as considerações finais que tecem as conclusões dos assuntos abordados no corpo do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi relatado acima compreendemos a importância do Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos estudantes nos institutos, principalmente no espaço do IFPA que é onde se insere nossa pesquisa, pois

apesar de ser um plano recente, as pautas ditadas em questão desenvolvem um amplo debate e discussão de ideias relacionadas dentre outras pautas a permanência e êxito de estudantes. Embora nas nossas análises relacionadas ao Plano não encontramos questões específicas relacionadas as meninas, penso que esse levantamento de dados poderia estar interligado às questões interseccionais relacionando também outros marcadores sociais como raça, classe como forma de assegurar a permanência e êxito das meninas, no entanto percebemos que a comissão do IFPA deveria ampliar o Plano de Permanência e Êxito do IFPA, buscando redefinir as metas e estratégias para que estejam voltadas as questões destacadas acima.

Nesse sentido, apesar de notarmos essas lacunas a equipe que institui o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFPA reflete o compromisso com a inclusão dos estudantes na educação profissional e tecnológica na perspectiva da formação integral. No entanto, a implementação dessa política exige a rigorosidade no cumprimento das etapas, metas, indicadores e estratégias previstos para, de fato, impactar positivamente a permanência e o êxito dos estudantes no IFPA.

Identificou-se no curso técnico integrado de química do IFPA em relação aos dados de matrícula no período de 2012 a 2016 que conforme análise percebemos os percentuais das turmas que as meninas são a maioria na forma de acesso e em relação aos meninos o número de concluintes meninas é menor do curso analisado.

Portanto salientamos que os objetivos propostos nesse artigo foram alcançados através das análises dos dados de matrícula e a apresentação do Plano Institucional de permanência e êxito do IFPA.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Engendering development**: through gender equality in rights, resources and voice. New York, Oxford University Press, 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Decreto nº 5.154/2004**. Brasília, 23 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5154.htm (Acesso em 03/11/2013).

CAVALCANTI, N. C. S.; GLEYSE, Jacques; LIMA NETO, Avelino Aldo de. In: visibilidades epistemológicas Considerações sobre corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em educação profissional. **Revista Bagoas** n. 19 | 2018 | p. 16-38, 2018.

DORE, Rosemary; LÜCSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de Nível Médio em Minas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772, set./dez. 2011.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **RESOLUÇÃO Nº 513/2017-CONSUP DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**. Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito. Aprovado pela deliberação na SP Reunião Ordinária do CONSUP, realizada no dia 14 de dezembro de 2017. Belém, PA 2017.

IFPA. Instituto Federal do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em química Integrado ao Ensino Médio**. IFPA, 2017.

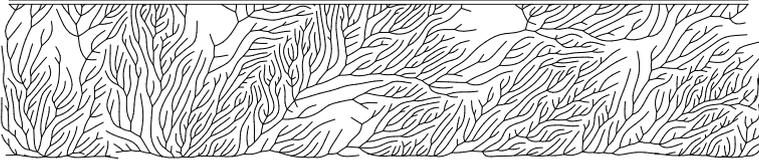
MOURA, Dante Henrique. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon de. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na Escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, fev., nº 80, p. 62-74. SINGLY, François de. Les adonaissants. Paris: Armand Colin, 2006.

SILVA FILHO, R. B., LIMA ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. In: *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 35-48, 2017.

VIEIRA, A. C. F.; GALLINDO, E. de L.; CRUZ, H. A. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2017.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IFPA - RELATOS DE OCORRÊNCIAS EM DOIS CAMPI



Cristiano Comin
Raimunda Conceição Sodré

INTRODUÇÃO

Mesmo sendo a violência de gênero, em especial o assédio sexual, elemento presente no espaço escolar do Instituto Federal do Pará e isto ser do conhecimento da comunidade acadêmica, o assunto ainda é negligenciado nas discussões institucionais e pedagógicas, fato que, frise-se, não é “privilégio” de poucos. A violência de gênero, que em sua esmagadora maioria de ocorrências é sobre as mulheres, é uma mazela que permeia toda sociedade brasileira, e o ambiente escolar/acadêmico não está fora desta realidade. Apontar a sua ocorrência, analisar e discutir a violência de gênero dentro do ambiente escolar é tarefa fundamental no processo de enfrentamento e combate a esta problemática, inclusive para implementação de políticas institucionais que busquem coibi-la.

Este texto apresenta relatos de estudantes dos cursos técnicos integrados ao médio dos Campi Conceição do Araguaia e Santarém do Instituto Federal do Pará, acerca das suas percepções da ocorrência da violência de gênero relacionada ao ambiente escolar, visando identificar os aspectos de ocorrência, causadores e efeitos desta violência nos (as) estudantes. Trata-se de recorte de uma pesquisa de monografia do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A violência de gênero é uma constante que ataca as mulheres em todos os ambientes da sociedade brasileira, e o ambiente escolar não está fora disto. Como destaca Moreira (2016, p.9) sobre a conceituação de uma das formas de violência cunhada por Pierre Bourdieu, a simbólica:

A Violência de gênero, especialmente no que diz respeito ao abuso e ao assédio sexual, parece ser um "fenômeno" que acompanha a vida das mulheres desde a infância. Muitas vezes ela ocorre dentro da própria família, ou na escola, ou ainda no trabalho já na sua vida adulta. Instituições "sagradas" da nossa sociedade, como a família ou a igreja, parecem não protegerem essas meninas-mulheres de seus abusadores. E assim não é diferente no ambiente escolar, um tema ainda tratado como tabu tanto pela academia quanto pelas próprias escolas. (MOREIRA, 2016, p.9).

Moreira (2016) nos aponta ainda que essas práticas são tratadas com imensa cautela e sigilo, fazendo o assédio por parte de agentes escolares diluir-se, travestindo-se de mal-entendido, quem sabe um excesso de carinho mal interpretado, colaborando assim para que mais uma vez a culpa recaia sobre a vítima, que obviamente interpretou de maneira errada as intenções do educador/agressor.

De acordo com Babiuk *et al* (2013) nas escolas a violência, mais especificamente a de gênero, ainda é tratada

como um assunto velado da nossa sociedade, mesmo sendo uma problemática latente em vários ambientes escolares onde jovens passam a maior parte do seu tempo.

Cabe frisar que no âmbito do IFPA ainda são incipientes as políticas internas que visem combater incisivamente a violência de gênero (em específico) no ambiente escolar. Por outro lado, o Instituto possui um vasto histórico de ocorrência de assédios sexuais contra alunas, dentre os quais podemos citar o denunciado no Campus Parauapebas em 2018.

Os impactos negativos na vida de meninas e mulheres que sofrem com a violência de gênero são inúmeros, atingindo milhões de crianças em todo mundo. Moreira (2016, p.3-4) descreve que a violência de gênero é:

Caracterizada por assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física e bullying, ela pode resultar em um aumento do absentéismo, fraco desempenho, desistência escolar, baixa autoestima, depressão, gravidez e infecções sexualmente transmitidas, como HIV; todos elementos que têm impacto negativo na aprendizagem e no bem-estar (MOREIRA, 2016, p.3-4).

Para a diretora-geral da UNESCO Irina Bokova (UNESCO, 2015b, apud MOREIRA, 2016, p.4) “está claro que a violência de gênero no ambiente escolar tem criado um ambiente de aprendizagem perigoso para crianças em todo o mundo, especialmente para meninas adolescentes”. Maia e Quirino (2019, p.12) apontam que existem poucos estudos que abordem essa violência simbólica, principalmente no que se refere ao assédio sexual. Para as autoras, sendo estas situações reais e presentes no cotidiano, quais motivos existiriam para serem ainda tão extensamente camufladas, ou mesmo não denunciadas? Aí residiria, segundo elas, a urgência no aumento das pesquisas a fim de dar mais visibilidade a esse tipo de prática.

Embora a escola não seja uma ilha, tampouco o único local onde a violência de gênero ocorre, é papel desta promover a construção de uma sociedade mais igualitária. Babiuk *et al* (2013, p.28603) destacam que a escola não pode ser culpabilizada por todos os problemas e por toda violência perpetrada entre alunos e alunas e para com eles; entretanto, o ambiente escolar é um local fundamental para se discutir as problemáticas atuais da sociedade, onde a violência acaba por se expressar de muitas formas. E para que isso seja possível, apontam as autoras, deve existir um trabalho com profissionais específicos que atuam nas escolas, já que muitas vezes os professores e professoras são condicionados a apenas repassar conteúdo sem de fato problematizá-los a luz do espaço que estão inseridos.

Portanto, a investigação da ocorrência da violência de gênero dentro da escola é necessária e primordial para a construção de um ambiente mais equânime, justo e de proteção. Somente compreendendo como o problema ocorre, com informações pragmáticas, é que será possível sensibilizar a comunidade escolar/acadêmica de que esta pauta é urgente e extremamente necessária numa instituição que se propõe promotora de uma educação de qualidade.

RELATOS OBTIDOS NA PESQUISA

Os sujeitos participantes da pesquisa aqui apresentada foram os (as) estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos *Campi* Conceição do Araguaia e Santarém, do Instituto Federal do Pará. Devido as dificuldades inerentes ao período de pandemia da COVID19 vivenciado no tempo do estudo (a aplicação dos questionários foi realizada entre os meses de março e maio de 2021), em especial à dificuldade de acesso à internet por parte de diversos estudantes (consideran-

do que o questionário aplicado foi eletrônico na plataforma Google Forms®), não foi possível alcançar a amostragem pretendida, que era a totalidade dos (as) estudantes desse grupo.

Foram obtidas 117 (cento e dezessete) respostas com estudantes do Campus Santarém, no qual a época da pesquisa havia os cursos técnicos integrados em Edificações, Agropecuária e Informática, e 44 (quarenta e quatro) respostas com estudantes do Campus Conceição do Araguaia, para o qual os cursos técnicos integrados em oferta na época da pesquisa eram Técnico em Edificações e Técnico em Agropecuária. As turmas participantes foram as ingressantes nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Foram aplicados formulários eletrônicos na plataforma *Google Forms*® compostos por questões de múltipla escolha e abertas, buscando detectar as percepções dos (as) estudantes do ensino técnico integrado ao médio acerca da violência de gênero no ambiente escolar, em especial o assédio sexual. Foi garantido o anonimato dos (as) participantes e a livre participação para os (as) respondentes, inclusive na liberdade para deixar de responder qualquer questão do formulário. O questionário foi estruturado em quatro seções, contemplando os seguintes elementos: (i) identificação do sujeito participante quanto a idade, gênero, curso e ano de estudo; (ii) perguntas objetivas quanto a vivência e/ou observação da ocorrência da violência de gênero e assédio sexual no ambiente acadêmico; (iii) perguntas objetivas referentes a identificação dos agentes envolvidos (por categorias) na violência, sua frequência e desdobramentos; e (iv) percepção quanto a comunicação da violência sofrida ou observada. A faixa etária predominante do total de participantes foi entre 15 e 19 anos, sendo sua maioria, aproximadamente 60%, do gênero feminino.

O recorte aqui apresentado é uma síntese dos relatos coletados com as (os) estudantes participantes. Para manter a

maior fidelidade aos textos registrados pelas (os) estudantes, estes são apresentados exatamente como coletados, incluindo erros e incoerências textuais, e entre aspas para denotar as falas deste grupo. Os demais dados coletados podem ser obtidos no texto final da monografia.

O questionário utilizado iniciou com perguntas objetiva e respostas de múltiplas escolhas, como idade, curso, ano de estudo e identificação de gênero. Em seguida, foram apresentadas perguntas objetivas questionando se a (o) participante já havia vivenciado alguma situação de assédio no ambiente escolar, como olhares maliciosos, insinuações, entre outros. E na sequência iniciaram-se as perguntas abertas para registro de relatos. São alguns destes relatos que se apresenta aqui.

A primeira pergunta aberta aplicada foi *“Se você respondeu sim à pergunta anterior, descreva por quê?”* (a pergunta anterior em referência foi *“Você sentiu desconforto ou medo diante dessas atitudes?”* em referência a vivência de alguma situação de assédio). Destaca-se que dos relatos apresentados, aproximadamente 2/3 foram feitos por alunas e 1/3 por alunos.

“Me sentir de certa forma desconfortável, por não ser um assunto necessário.”;

“Porque o ambiente escolar é pra ser acolhedor, propício a ensinar os alunos a se posicionarem e não pra reprimir os alunos por causa de um assédio ou algo do tipo. E o professor que cometeu tal “assédio” falou em alto e bom som que NADA ia acontecer com ela?, que não iam demiti-lo e que os alunos que iam se prejudicar.”;

“A vítima era minha amiga, nunca esperei que tamanha falta de respeito viria de um professor.”;

“Porque é meio desconfortável um professor insistir em elogios que não são relacionados a estudos”;

“é desconfortável pois apesar de claramente não mostrar interesse ouve repetição, mesmo que com outros alunos e alguns levassem como uma brincadeira havia claramente pessoas que se sentiam desconfortáveis”; *“o assunto me dói, não quero comentar sobre”;*

“Porquê querendo ou não as vezes uma simples brincadeiras se torna ofensiva”;

“Porque ninguém tem direito de tocar no corpo de outra pessoa sem autorização, de fazer piadinhas sexistas só porque é professor e acha que não vai acontecer nada com ele porque ele tem poder e dinheiro, isso já foi fala de um professor.”;

“Por ele ser professor e ser muito autoritário não tem como delatar ele, pois tinha medo de reprovar.”;

“Pois ele é um professor, superior na pirâmide escolar, e a minha situação não permitia que eu denunciasse para a escola”;

“Pelo fato de que é um professor assediando um aluno(a)”;

“Bem eu estava no primeiro ano com uma amiga, ou seja tínhamos 14 anos e é meio desconfortável e assustadora a situação. Somos de menor e mulheres, o que já nos deixa com desvantagens”;

“Eu senti um desconforto, não por mim, porque não eram comigo as situações, mas eu sentia que os alunos que estavam envolvidos não gostavam, pelo menos não todos, tinha alguns que gostavam do contato físico desse professor, outros se sentiam desconfortáveis.”;

“Porque estavam passando a mão no meu corpo e eu não tinha dado permissão pra isso.”;

“A pergunta sobre “com quem ocorreu” não tem a opção, mas foi aluno.. Respondendo a pergunta: É chata essa situação de pessoas não se conscientizarem com essas situações e acharem “uma coisa normal”. Ele foi chamado a atenção por um colega e parou.”;

“Pois nunca esperava que um professor agisse dessa forma, mesmo o aluno não dando intimidade.. e depois do ocorrido ainda ter que continuar tendo aulas com este professor, se tornou algo constrangedor.”;

“O professor viu que não poderia pedir ajuda ou fazer alguma coisa, sentir nojo e um sentimento de culpa.”;

“Porque creio que para um funcionário não é apropriado esse tipo de comportamento”;

“Por não achar justo justo.”;

“A pessoa em questão era bastante comunicativa, “engraçada”, que todos gostavam, e que tinha a mania de abraçar as alunas, dizer brincadeiras como “vc não namora mais comigo” ? “poxa vc me abandonou” de uma forma em que todo

mundo achasse engraçado, mas essa pessoa era bem mais velha. E isso fazia com que as pessoas pensassem "ah é só o jeito dele". Inclui a pessoa fazia comentários como "se já tá ali, rlx e goza" se referindo ao estupro como uma piada diante de uma situação por exemplo (não sei se deu de entender). No caso do outro professor ele chegou a me olhar de forma muito insinuosa durante uma prova em que estávamos só eu e ele na sala (pois era prova de recuperação) desde ai não me senti bem com essa pessoa. E também um aluno que já era de maior e eu havia entrado no primeiro ano ainda, eu tinha 15 anos e ele 20, no caso ele tentou um beijo forçadamente eu neguei duas vezes, depois ele nunca mais nem falou comigo.”; “ele me abraçava de uma forma estranha e eu me sentia desconfortável”; “Já aconteceram várias situações com professores, não apenas comigo, é extremamente desconfortável quando você percebe certos "elogios" de professores, muitas vezes na frente de vários alunos e também com vários alunos. Situações desconfortantes.”;

“Me senti constrangida, fiquei sem reação nas ocasiões”;
“aconteceu com dois professores ao longo dos anos de 2018 e 2019. É muito desconfortável, triste e vergonhoso.”;
“Porque colocar uma aula em contexto sexual machista é tão desconfortável”. (Relatos dos/as alunos/as participantes da pesquisa, trabalho de campo, 2021)

Na sequência, foi aplicada a pergunta “Se você respondeu sim a pergunta anterior, com quem você conversou?” (a pergunta anterior em referência foi “Você conversou a respeito com alguém?” em referência a vivência de alguma situação de assédio).

“Minhas colegas de turma.”;
“Conservei com dois amigos de sala de aula”;
“Com amigos”; “Amigos”;
“Amiga”; “com a pessoas que presenciaram junto a vítima”;
“Com um amigo de sala”;
“Alunos que passaram por isso e meus pais”;
“Com outras meninas da minha turma e ficamos muito frustradas com a não resolução da situação”;
“Só contei pra minha mãe e três colegas”;
“Com meus amigos”;

“Meninas lá dentro que passaram a mesma coisa com o mesmo homem”; “Minha mãe”;
“Com uma amiga, ela disse exatamente o que eu citei na questão anterior sobre o desconforto”;
“Amigos”;
“Meu namorado”;
“Meus pais, amigas(os) próximos, professor, e com a coordenação da escola”;
“Com um amigo”;
“Amiga”;
“Com outras alunas que reclamavam do comportamento desse professor, conversamos sobre como isso incomodava a gente pois ele tinha idade pra ser nosso avô, e mesmo se ele fosse mais novo era estranho demais”; *“uma amiga”;*
“Um amigo”;
“Colegas”;
“Com minhas amigas e elas passaram pelo mesmo, com os mesmos professores”;
“Professores e pessoas de minha confiança para expor determinadas situações”;
“Minha irmã”;
“Colegas da turma e outras turmas. Muitas tiveram problemas parecidos com os mesmos professores”;
“Amigas de classe bem próxima”;
“com a assistência estudantil”;
“Com amigos próximos”;
“Com alguns amigos”. (Relatos de alunos/alunas participantes da pesquisa, trabalho de campo, 2021).

Observa-se que a maioria absoluta das respostas relata que as conversas ocorridas se restringiram a amigos (as) e familiares, revelando que nestes casos não houve qualquer tentativa de informar à instituição sobre o ocorrido.

A seguir são apresentadas as respostas a pergunta *“Se você respondeu sim à pergunta anterior, qual encaminhamento?”* (a pergunta anterior em referência foi *“Houve algum encaminhamento dessa conversa?”* em referência a vivência de alguma situação de assédio).

“Não houve”;

“Não”;

“Medidas legais”;

“Não houve nenhum mas queria esclarecer que uma das alunas já havia relatado na direção de ensino sobre o tal professor e a resposta deles foi “é só não dar confiança””;

“Pelo que sei foi encaminhado para a direção do campus, após uma situação específica que foi o cúmulo”;

“Nunca”;

“Nunca”;

“Falaram para eu denunciar na assistência”. (Relatos de alunos/alunas participantes da pesquisa, trabalho de campo, 2021)

As respostas apresentadas a seguir foram dadas para a afirmativa *“Se você respondeu sim a pergunta anterior, descreva a situação”*, cujo intuito foi avaliar qual o tipo de violência ocorrido (sofrido ou relatado por algum (a) colega).

“Respondi não, mas quero deixar claro que muitas pessoas que sofrem assédio não vão ficar falando, pois se sentem envergonhadas e tem medo que o nome delas caiam em fofocas e elas peguem a culpa.”; “Propostas e tentativas de beijo. Troca de favores. Toques”;

“O professor ficou falando das pernas da aluna”; “Olhar indiscreto de professores pros seios dela”;

“O professor em questão ficou olhando de um jeito estranho para a aluna durante as aulas, depois a convidou para sair em plena pandemia. Caso a atitude em questão pareça “inocente”, o docente já flertou outras vezes com a mesma aluna, junto outras da mesma classe.”;

“já comentaram olhares de professores e diretor”;

“Mensagem que dava de perceber que não era normal, pois só com tal pessoa ele falava de um jeito diferente, e não foi só uma vez”;

“Além dela ter vindo me falar, eu vi acontecendo. O professor indo até ela acariciando seu braço e a chamando para ir a casa de praia dele, outra vez foi o professor dizendo que tem problemas psicológicos tais como depressão, tentando induzir a minha amiga a sair com ele pra desestressar.”;

“Ele mandou mensagem no privado da minha colega e sempre ia elogiar com um olhar de segundas intenções”;

“Assédio”;

“No meio de uma prova de inglês o professor que estava fazendo a prova disse a minha colega de turma que ia ficar com nota baixa e ela disse: que ele podia fazer o que quisesse com ela, mas ela estava se referindo a nota e ele disse: não fala isso que dá vontade de te jogar na parede te encher de beijos sem me importar com quem tá olhando. Outras duas colegas disseram que no treino de vôlei o mesmo professor gosta de ficar agarrando as meninas que treinam, elas até diziam que não gostavam de abraços pra evitar o contato. Outra vez presenciei o professor dizendo que se minha colega fosse de maior iria namorar com ela, e inclusive ficava com olhares maliciosos para ela e ela muito constrangida mentiu que estava namorando o colega da turma. Outra vez o bibliotecário encostou minha outra colega contra parede e ela constrangida se fez de desentendida.”;

“Uma vez uma colega de outro curso me falou sobre um convite para sair feito por um professor”; *“Um professor ficava abraçando, elogiando, agarrando algumas alunas. (Creio que a maioria das meninas passou por isso, e todos sabem quem é)”;*

“Estávamos na quadra, eu e uma colega e um professor se referiu ao corpo dela de forma desrespeitosa e falou que eu era muito “magra””;

“Toque indevido em parte íntima do corpo”;

“Um aluno tentou forçar um beijo na minha amiga e ela se sentiu extremamente desconfortável”

“Comentários entre amigos sobre o ocorrido”;

“A situação foi que o professor ficou literalmente dando em cima da moça na frente de muitos!! (Coisa que não é seguida a frente por serem “descartada” a possibilidade de acontecer de fato) MAS QUE REALMENTE ACONTECE.”;

“Assédio verbal, palavras torpes à respeito do corpo dos meus colegas de classe, no âmbito escolar, em sala de aula, por mais de um professor. E com a presença de outras pessoas por perto.”;

“O professor de português falou “seus peitos são uma delícia cheiram a leite” para uma amiga.”; *“Foi bem desconfortante, como foi meu colega que me disse não devo relatar a situação”;*

“Olhares maliciosos por parte de professores para algumas

alunas durante e ao término das aulas.”;

“Assédio e perseguição”;

“Eu já disse em uma das perguntas acima. Um aluno que já tinha 20 anos me assediou quando eu tinha 15, ele tentou me beijar mais de duas vezes forçadamente (era na porta da sala de aula, onde eu e mais alguns amigos estávamos, ele tentou me beijar eu disse não, aí ele ficou insistindo quando eu quis ir embora ele puxou meu braço e tentou novamente, aí todo mundo riu daquilo e eu fiquei taxada como “tímida”, “medrosa” sendo que eu não queria aquilo). Então desde esse acontecimento eu não falei mais com essa pessoa.”;

“Um professor passou por ela e fez comentários a respeito da aparência física, e olhou de forma maliciosa.”;

“Assédio”;

“Foi comigo em outra escola. O professor foi denunciado e afastado (outras meninas também sofriam assédio pelo mesmo)”;

“O professor pegou em partes do corpo dela onde não” deveria, e ainda insinuou algumas coisas.”;

“Esse professor já havia assediado incontáveis vezes várias meninas principalmente e meninos também, criando situações muito desconfortáveis, mas nesse dia em específico além de assediar verbalmente uma amiga minha ele também deu um tapa na bunda dela, isso dentro do campus, sem ter esse direito, sendo nada mais que um professor, ele percebe que deixa confortável e mesmo assim nunca parou com atitudes nojentas.”;

“Um professor chamou ela de bonita e começou a elogiar ela sem necessidade ela disse obrigada e tal mas ele continuou”;

“Já me contaram de abraços com segundas intenções, comentários demais sobre a pessoa (incluindo sobre o corpo, nem sempre positivos). Comigo já aconteceu as duas primeiras situações citadas, e a pior foi em 2018, na quadra, em um evento do if, um professor passou a mão na minha perna e apertou. Duas amigas estavam comigo. Além disso também teve vários comentários sobre nossos corpos. Foi muito constrangedor e embaraçoso.”;

“O professor estava se engrassando para a pessoa, flertando.”;

“Uma colega me contou que um professor chamou-a na sala e disse estar apaixonado por ela e que faria de tudo o que pudesse, para “ajudá-la””. (Relatos de alunos/alunas participantes da pesquisa, trabalho de campo, 2021).

São diversos os locais e situações de ocorrência dos assédios. Chama atenção alguns relatos que demonstram não haver constrangimento por parte do agente causador da violência durante o ocorrido. Na sequência, apresentam-se as respostas para a pergunta *“Como você avalia essas atitudes em relação às/aos alunas/alunos, por parte de professores (as), técnicos (as) e/ou funcionários (as) terceirizados da instituição?”*.

“Indignação é a palavra que define. Muito triste ainda termos que passar por essas situações desconfortáveis.”;

“Totalmente sem respeito e ética nenhuma. Os professores deveriam respeitar as alunas de qualquer forma. Isso é nojento, repugnante e acaba com a aula que o professor/ técnico assediador coordenada, pois só é possível sentir nojo quando um professor faz isso.”;

“Totalmente absurdo, principalmente vindo dos funcionários do instituto que, teoricamente, deveria ser um local seguro para todos”;

“Falta de respeito”;

“Atitudes complicadas de lidar dado o ambiente acadêmico e de vulnerabilidade dos alunos , principalmente alunas .”;

“Uma falta de respeito e de noção.”;

“Falta de respeito, falta de caráter.”;

“Nojentas. Fazem os alunos presenciarem uma situação totalmente desnecessária e antiprofissional, além de causar desconforto/medo nas vítimas (que são, na maioria das vezes, menores de idade).”;

“Nojento, adultos casados fazendo esse tipo de coisa em âmbito escolar, é um ultraje.” “Acho horrível, e que essa pessoa deve ser punida.”;

“Acho muito constrangedor, principalmente porque quem sofre são meninas de 14 a 17 anos que ainda estão em um desenvolvimento pessoal e esse tipo de atitude pode resultar em prejuízos psicológico irreparáveis.”; “Acho essas atitudes horríveis e desprezíveis, a escola é um ambiente que protege e acolhe os alunos, então, o mesmo deve ser livre de tudo que possa prejudicar ou agredir os alunos, de diversas formas, então repúdio toda forma de assédio e violência.”;

“Erradas”;

“Intolerável”;
“Nada legal, escola é lugar para ensinar e aprender!!”;
“nojento”;
“Repugnante”;
“Péssima.”;
“uma tremenda falta de respeito”;
“Inaceitável”;
“Preocupante”;
“Constrangedor”. (Relatos dos alunos/alunas participantes da pesquisa, trabalho de campo, 2021)

Percebe-se que praticamente é total a parcela de relatos que demonstram haver o entendimento dos (as) discentes de que tais situações são execráveis e de que não deveriam acontecer no ambiente escolar.

Sobre a avaliação da importância da abordagem de temática no ambiente escolar, a grande maioria respondeu que considera importante. Vários relatos sobre este ponto foram respondidos corroborando o anseio dos (as) estudantes pelo papel da escola no combate a esta violência, conforme apresentado na sequência. Cabe destacar que esta pergunta aberta foi a que obteve o maior número de respostas, no entanto, somente algumas são apresentadas.

“Já era para ser um projeto implantado em todas as escolas, assédio infelizmente é ato que acontece frequentemente e se faz necessário as instituições de ensino trate esse assunto com responsabilidade”;

“Muitas vezes eu fiquei calada, aguentei professores nojentos e sem caráter falando besteiras pra não ser prejudicada, pro professor não ficar de marcação. O tal professor dizia que ele não ia ser despedido por nadaaaa que algum aluno falasse. O IFPA não dá assistência alguma quando o assunto é negligência ética pela parte dos professores, e isso cala os alunos, pois muitos não tem pra onde correr. Como vamos denunciar se nem a própria escola nos dar voz? Imagine a policia! É realmente lamentável.”;
“Sem que haja um tratamento adequado sobre o assunto, essas situações continuarão, por isso é fundamental os ins-

titutos proverem esse diálogo”; “Sim, para que os alunos, principalmente, recebam orientações de quais medidas tomar caso algum quadro de assédio aconteça com ele/ela ou com amigos(as).”;

“obrigada por tentarem fazer com que nós fiquemos “seguras”, mas não acho que a ação vá se concretizar. As pessoas que forem contra essa ação, prestem atenção apenas isso”. (Relatos dos alunos/alunas participantes da pesquisa, trabalho de campo, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero permeia os diversos espaços da nossa sociedade, e a escola não é uma exceção. Os dados obtidos neste estudo demonstraram que os (as) estudantes dos dois *Campi* do IFPA analisados vivenciam esta violência sistematicamente. Choca a observação de que os (as) estudantes tem percepção da ausência da instituição no combate a este tipo de violência no seu ambiente. Houve relatos de violência ocorrida entre discentes, mas a grande maioria dos relatos são de discentes do gênero feminino sobre alguma violência ocasionada por um professor. Vários relatos feitos nas perguntas abertas demonstraram a ocorrência de situações clássicas da violência de gênero, como a dificuldade de reagir a situação, o sentimento de que os agressores se sentem seguros em cometer as violências por avaliarem que estão em uma posição hierárquica superior, sendo, portanto, imunes a punições, e a impressão de que não se pode fazer nada a respeito, por não se sentirem seguras e acolhidas na realização de uma denúncia.

Merece destaque a quantidade de respostas positivas sobre a importância da pesquisa, sobre a oportunidade de relatar suas vivências de violência no ambiente escolar/acadêmico em seus respectivos *Campi* e sobre o anseio de que os dados retratados no estudo possam contribuir na construção de um

ambiente mais seguro e digno para todos e todas os (as) estudantes. Também deve-se destacar a avaliação sobre o impacto que a exposição a situações de assédio e abuso tem sobre os (as) discentes, especialmente sobre as discentes, no campo da permanência e êxito, podendo ser fator determinante para a evasão de estudantes.

A partir dos dados aqui analisados foi possível observar que o Instituto Federal do Pará segue reproduzindo a violência simbólica de gênero no seu espaço escolar, apesar da reconhecida excelência na oferta do ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. É necessário que se reconheça, institucionalmente, que a violência de gênero é presente no ambiente escolar e que se realizem ações efetivas buscando identificar, combater e prevenir esta violência, garantindo a todas e todos os estudantes condições plenas de uma formação cidadã.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. G. REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, v. 3, p. 49–62, 2018.

ALVES, F. L. G. **Assédio sexual entre alunos no ambiente escolar**: As influências da desigualdade de gênero e do machismo, e o papel da escola no enfrentamento aos padrões culturais de dominação da mulher. Mãe do Rio: Universidade Federal do Pará, 2018.

BABIUK, G. A.; FACHINI, F. G.; SANTOS, G. N. **Violência de gênero nas escolas**: implicações e estratégias de enfrentamento. XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba. 2013.

BOURDIEU, P. A **Dominação Masculina**. 11° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DIAS, J. P.; GARCIA, L. M.; CARAMASCHI, S. Assédio sexual: uma análise do conceito entre o público universitário feminino. **Revista Educação em Debate**, v. 87, p. 22–34, 2019.

MAIA, E. H. G.; QUIRINO, R. Violência simbólica de gênero: estudo comparativo sobre o ambiente acadêmico em escolas de educação profissional e tecnológica. 4º Seminário Internacional Desfazendo Gênero. **Anais...**2019.

MOREIRA, F. M. **Violência de gênero na escola**: abuso/assédio sexual e relações de poder. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

OSÓRIO, C. *A socialização escolar*: educação familiar e escolar e violência de gênero nas escolas. Outras Vozes, 2007.

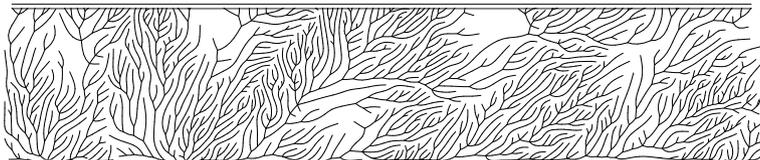
SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20(2), p. 71–99, 1995.

SILVA, C. F. S. DA; MORAES, A. R.; ROCHA, K. G. DA S. Violência de gênero no contexto escolar: refletindo sobre estratégias de enfrentamento através da extensão universitária. **Expressa Extensão**, v. 22, p. 157–169, 2017.

SILVA, S. S. DO N. **Relações de gênero e violência no cotidiano escolar**: desafios à prática docente. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

UMA ANANSE AFROFUTURISTA: NOTAS DE PESQUISA SOBRE GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



Andréa Larisse Castro Moura
Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti

INTRODUÇÃO

A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT-IFPA, inserido na linha de Pesquisa Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo do estudo é investigar a trajetória de formação e atuação da professora Helena do Socorro Campos da Rocha docente do Campus Belém do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Helena Rocha, como é mais conhecida, é uma mulher negra, reconhecida dentro e fora do Pará por sua ação antirracista, tendo sido a responsável pela criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB do Campus Belém do IFPA,

o primeiro da Rede Federal de Educação Profissional. Recentemente, defendeu a pesquisa “Afrofuturismo na Educação: criatividade e inovação para discutir a diversidade étnico racial”, em um Programa de Pós-Graduação em Criatividade e Inovação em Metodologias no Ensino Superior. O resultado de sua investigação foi apresentado na forma de contos, com intensa inspiração africana, onde a pesquisadora afirma que se descobriu uma contadora de histórias, se denominando “Ananse Afrofuturista”, em referência ao personagem Ananse, de um conto africano e a perspectiva teórico-metodológica que adota, o Afrofuturismo. Daí justificamos o título que nomeia a pesquisa em tela:

A narrativa escolhida foi através de contos e histórias, pois Ananse “pedia” esse tipo de escrita. Foi a personagem eleita, por caracterizar o contexto da pesquisa e onde a pesquisadora se identificou. A pesquisa é contada através de quatro contos e a cada passagem existe um orixá que guiará a Ananse afrofuturista em sua busca por criatividade e inovação. Cada conto é uma teia que Ananse tece com criatividade e inovação e tem seu próprio desenho. Ananse é uma aranha com intenso potencial criativo (ROCHA, 2020, P.19).

Através da história de vida desta pedagoga, atuante na formação de professores, especialista em Diversidade Étnico racial, discorreremos o conceito que levou ao título deste projeto: Ananse Afrofuturista.

A própria Helena Rocha, cita que Ananse é uma aranha - ou seja - um animal capaz de construir sua casa, articular-se para desenvolver várias funções ao mesmo tempo, porque tem vários membros e porque sua teia se articula nas mais diversas direções, como exemplo a construção de sua carreira em uma instituição centenária, como o IFPA, marcada por heranças institucionais estruturais como a sexismo e o racismo.

A investigação busca conhecer os trajetos formativos e atuação da professora, buscando identificando as possíveis repercussões do ser mulher negra na construção de sua carreira; mapear as significações de docência construídas pela profissional, bem como perceber na sua concepção o quanto as questões de raça e gênero fizeram-se presentes em sua ascensão/colaboração institucional, principalmente no tocante a criação e funcionamento do NEAB-Campus Belém.

No Brasil, na atualidade, a condição da mulher negra encontra-se afetada político-histórico e culturalmente pelas consequências colonialistas, escravocratas e pelas relações complexas entre estas. Os elevados índices de analfabetismo entre mulheres pobres e negras fazem parte da nossa história e formações culturais. São heranças das normas dominantes masculinas, dos preconceitos, das perseguições da Igreja e do Estado. São histórias de desigualdades e discriminações contra a mulher negra, apontando para fatores que se imbricam, tais como: classe social, gênero e raça. Inicialmente solicitada como objeto sexual e ventre gerador, em seguida, como amade-leite dos filhos da elite brasileira e posteriormente, tornar-se-iam as lavadeiras, faxineiras, empregadas domésticas e prostitutas. Destituídas de suas humanidades, têm dado com seus corpos, em todos os períodos históricos, uma garantia às suas sobrevivências.

Estudos indicam que a mulher negra está subrepresentada como docente no ensino superior (CRISÓSTOMO; REIGOTA, 2010) e afirmam que as que aí se encontram sofrem um processo de exclusão em decorrência das representações sociais construídas sobre a mulher em geral e sobre as mulheres negras em particular (LOURO, 2001). Assim, interessa-nos contribuir com dados sobre presença de mulheres negras na Educação Profissional, particularmente nesta pro-

posta, a partir da trajetória de uma docente negra que investiu na política de inclusão da diversidade étnico racial no IFPA.

METODOLOGIA

A pesquisa ocorre no Campus Belém do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, dentro do NEAB (Núcleo de Estudos Afro Brasileiro), lócus de atuação da docente que se pretende investigar no estudo. Trata-se de um estudo qualitativo ancorada teórica e metodologicamente na História Oral.

Nesta pesquisa, a História Oral está sendo considerada como uma metodologia e um recurso no qual a educadora organizará suas experiências pessoais e profissionais, narrará eventos arquivados em sua memória, constituindo-se numa prática de construção de sentidos em relação a si e aos outros. Considerar a subjetividade é uma das maiores contribuições da História Oral (PORTELLI, 1997). Neste sentido, considerar as experiências e subjetividades de uma professora negra, em um espaço historicamente marcado pela influência masculina, e com pouca expressividade de docentes negras, é dar privilégio à “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 1996, p. 2).

A dinâmica entre memória e narrativa encontrará momentos de omissões, lacunas, silenciamentos, que longe de desqualificar o relato, tende a enriquecê-lo à medida que buscaremos os sentidos do não contar. Caberá a nós a formulação de perguntas que deem conta de instigar a nossa interlocutora a responder aos objetivos da pesquisa e ao mesmo tempo sejam significativas para ela, fazendo com que se sinta protagonista do processo de recuperação de suas próprias histórias.

QUESTÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS

Pierre Bourdieu (2019) relata em seu texto que a divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", ou seja, falar que é normal e natural a distinção, a ponto de ser inevitável a diferença da caminhada profissional entre gêneros masculinos e femininos. Mas, não para por aí, além da discriminação por gêneros, tem enraizado na sociedade uma grande carga de racismo disfarçado que torna o negro ainda mais inferior, como cita Grada Kilomba (2019): "o negro passa a ser negro, com todos os conceitos que o termo carrega em sua perspectiva racista, a partir do que o "colonizador/branco" o conceitua e define como tal", e na profundidade desse pensamento, é necessário explorar verdadeiras narrativas de luta, enfrentamento e evoluções no campo profissional.

Reconstituir a trajetória da docente em tela é relevante tendo em vista seu esforço e coragem na luta antirracista. A atuação profissional da professora mestre Helena do Socorro Campos da Rocha, mulher negra, emergiu no Campus Belém do IFPA de forma empoderada e com muita dedicação na construção de uma educação antirracista, merecendo uma historicização, sendo considerada parte importante da própria história do Instituto Federal do Pará. É por meio das narrativas orais de sua história, desde seu ingresso no antigo CEFET-Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como Técnica em Assuntos Educacionais, até tornar-se professora de Educação Especial e Educação para Relações Étnico raciais (IFPA), como também coordenadora do curso de Especialização em Educação para Relações Étnico Raciais e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-IFPA) que uma significativa história dessa instituição centenária emerge.

HISTÓRIA DE VIDA DE DOCENTES – CONTRIBUIÇÕES PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A ampliação do uso das histórias de vida na educação possibilitou análises que desenvolveram novas concepções acerca da docência, da formação profissional e principalmente da identidade docente. Tendo como suporte teórico a literatura nacional e internacional de autores e autoras como: Selma G. Pimenta (2012), Arroyo (2013), Claude Dubar (2009), que ofereceram e oferecem suporte teórico necessário para desenvolver pesquisas no campo educacional no Brasil, ao colocar à docência em evidência, é possível constatar a sua complexidade e a importância desta discussão no processo de formação inicial e continuada docente.

Investigar a identidade docente é uma possibilidade para criar políticas públicas e possibilitar a discussão sobre formação inicial e continuada, contudo essa discussão também pode ultrapassar estes âmbitos, visto que a identidade docente não é construída apenas no ambiente escolar, a experiência a partir de outros contextos também é fator essencial nesse processo (BURNIER et al., 2007).

Arroyo (2013) converge para tal reflexão, ao enumerar que os aspectos pertencentes à identidade docente não se restringem as vivências das formações inicial e continuada, da profissionalização e das experiências em sala de aula. A partir de ser professor envolve determinantes exteriores à docência que, no entanto, podem atuar diretamente nas escolhas profissionais, condutas, metodologias no trabalho didático e posicionamentos político-sociais.

DA HISTÓRIA DAS MULHERES A ABORDAGEM DE GÊNERO

Uma das grandes e significativas transformações na historiografia ocasionada pela nova história refere-se aos sujeitos silenciados pela história tradicional, que com o uso das fontes

orais como documento histórico possibilitou que estes ocupassem o seu lugar de construtores e formadores de suas histórias, na medida em que os historiadores passaram a se interessar na produção destes estudos ao colocarem estes sujeitos para relatarem suas vivências. O que viabilizou o interesse na produção e discussão sobre a história das mulheres, com base em uma concepção já estabelecida, que reconhece a relevância dessa discussão no campo teórico e na sociedade (DEL PRIORE, 2018). A história das mulheres não trata apenas do sexo feminino. Pois, trata-se de uma perspectiva que torna possível relacionar aspectos sociais como história, política e sociedade. Como reitera Mary Del Priore (1997) na obra “História das mulheres no Brasil”:

A história das mulheres é relacional, inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do ocidente cristão (DEL PRIORE, 1997, p.8).

Nesse sentido, Scott (1989) evidencia o destaque que essa proposta tem nos estudos históricos uma vez que, propõe o debate acerca desse processo de criação e reprodução cultural e social na construção do ser Mulher. A esse aspecto, George Duby e Michelle Perrot (1991) apontam em suas pesquisas que por séculos as mulheres foram omitidas dos estudos históricos, renegadas ao isolamento da submissão. O que erroneamente é associado a incapacidade feminina, quando na verdade a história tradicional e oficial foi feita pelo homem, branco e ocidental. Dessa forma, o fato da ausência feminina como participante ativa na história, está atrelado ao fato, o homem ter sido por muito tempo o único “reconhecido” a escrever sobre a mulher colocando-a em um lugar marginalizado, de acordo com a sua idealização do que configura ser mulher.

CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO NEGRO CONTRA O EPISTEMICÍDIO

Lélia González (GONZÁLEZ, 1984) é uma das teóricas que criticou duramente o padrão eurocêntrico de conhecimento, questionando os lugares impostos aos negros e principalmente as mulheres negras, que eram vistas somente dentro dos estereótipos sexistas/racistas colonialista, sendo imposto a elas os lugares/papéis de mulata, doméstica e mãe preta. Lélia teve uma importante função dentro dos movimentos sociais em favor das mulheres pretas, que passavam por uma automutilação para se encaixar dentro dos movimentos, ela criticou duramente o movimento negro pelo machismo interno e o movimento feminista pelo seu racismo, ambos tinham dificuldade de diálogo com tais aspectos COSTA (2020, p.24). Ela ainda afirmava que a hierarquização dos saberes era resultado da classificação racial realizada no Brasil, ou seja, as relações de poder hierárquicas baseadas em uma concepção racializada e sexista de sociedade, fundamentam o privilégio epistemológico, sendo esse modelo insuficiente para pensar a educação. Os lugares petrificados das mulheres negras são resultado de um modelo de ciência eurocêntrico, visto como um padrão universal que inviabiliza outras lógicas de saberes, gerando invisibilização, desumanização de corpos, conhecimentos e experiências.

Para isso, outras histórias precisam ser contadas, como diz Chimamanda Adichie citando um antigo provérbio africano “até que os leões aprendam a produzir seus próprios historiadores, a história de caça continuará glorificando o caçador”, quando apenas um grupo conta a sua versão dos fatos, os outros desaparecem ou transformam-se em versões caricatas. Nesse sentido, fazer emergir a trajetória profissional, a produção intelectual e as contribuições no âmbito da formação de

professores da docente negra Helena Rocha, é trazer outras leituras e perspectivas sobre a história da instituição em tela.

ANANSE E O AFROFUTURISMO NA EDUCAÇÃO: A DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL.

Para discorrer sobre o conceito de Ananse é preciso antes contar, mesmo que brevemente, quem foi Kwaku Ananse ¹. As histórias de Kwaku Anansi têm origem em Gana, no oeste do continente africano. O nome Anansi, na verdade, vem da palavra Akan, que significa '**aranha**'. O conto é narrado como a astuta aranha Anansi e sua mulher Aso tiveram acesso às histórias que o deus do céu guardava em um baú. Parte da mitologia axânti, o conto tematiza o triunfo da sagacidade sobre a força, e a desforra dos pequenos contra os grandes.

O que se nota neste pequeno conto é a importância que os povos africanos atribuíam ao conhecimento proveniente dos relatos orais, visto que é um povo marcado pela tradição da história oral. Isto é, Ananse funciona como uma guardiã dos conhecimentos repassados, aquela responsável por salvaguardar os saberes dos povos. E esses saberes dos povos encontram-se vinculados ao conceito de cultura, contudo, o que significa a cultura enquanto fenômeno?

Antes de saber o que é cultura devemos entender o que é natureza, ou seja, o antônimo da cultura. A natureza é o princípio ativo que anima os seres vivos, essência própria de um determinado ser e materialidade do meio ambiente. Com essa definição podemos aproximar a noção de natureza do conceito de essência, entretanto é possível afirmar que há uma natureza própria do ser humano? Devemos lembrar que diferente dos outros seres vivos, o ser humano possui pensamento e linguagem. Assim, podemos definir cultura de várias

¹ História retirada do livro *O dia em que Ananse espalhou a sabedoria pelo mundo*.

maneiras, desde a mais simples como: Tudo que não é natural. Como a definição histórica, proveniente do latim *colere*, que significa tomar conta, cuidar. Não atoa a palavra agricultura, cuidar da terra, possui a palavra cultura em seu sufixo.

Santos (2006) define: “Considera-se como cultura todas as maneiras de existência humana.” Portanto, cultura é qualquer manifestação, material e imaterial, responsável por atribuir sentido a vivência humana. Desta maneira podemos notar que a cultura atravessa toda nossa existência, passando pelo trabalho, vestuário e até a educação. A cultura está muito mais próxima a uma noção de essência humana do que natureza.

Ananse funciona desta forma como uma “chave-cultural” do povo africano, como Amador de Deus define:

Desta forma, Ananse, mais que uma divindade, simboliza a possibilidade de vencer aquele que guarda todo o tesouro das histórias e transformar os herdeiros de Ananse em autores de sua própria história. Convém não perder de vista que o uso do animal aranha como símbolo mítico não se caracteriza como uma particularidade isolada da cultura africana, mas, esse animal apresenta uma rica simbologia nas minhas diversas culturas. (AMADOR DE DEUS, p. 19-20, 2019)

O que podemos notar desta forma é que a Ananse é muito mais do que uma mera lenda ou história, pois a figura da Deusa-Aranha é um símbolo de resgate dos saberes negros, de se pensar a história do povo negro para além da escravidão. Ananse é uma memória que precisa ser recuperada, pois é a lembrança de que há uma história antes da imposição do processo escravocrata. É a construção de uma ancestralidade que foi negada ao povo africano.

É a partir desta noção de guardiã dos saberes que o conceito de Afrofuturismo entra em cena, citamos:

A expressão “Afrofuturismo” foi cunhada por Mark Dery, em 1993, para descrever o que pessoas como Octavia Butler, Samuel Delany e Sun Ra vinham produzindo e sendo constantemente invisibilizadas dialogando com a Ancestralidade, a Autonomia, a Tecnologia e um Futuro Possível. É uma narrativa com possibilidade de imaginar futuros possíveis para as populações negras contemporâneas, usando uma lente cultural negra, africana ou diaspórica escoada de várias formas como a literatura, artes visuais, músicas, dentro outras. O termo Afrofuturismo é usado para tratar das criações artísticas que, por meio da ficção científica, inventam outros futuros para as populações negras hoje. É uma potência criadora cuja força motriz é o empoderamento. (ROCHA, p.38-39, 2020)

Como podemos perceber a autora demonstra que Afrofuturismo é um movimento dinâmico responsável por empoderar a comunidade preta entorno de seus saberes e conhecimentos. O Afrofuturismo é semelhante a cabaça de Ananse, ou seja, é repositório de conhecimento que vai atribuir significado e valores a produção intelectual da cultura negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se aqui, a escassez de pesquisas sobre a condição das mulheres na Rede Federal de Educação Profissional, bem como particularmente sobre as mulheres negras, seus avanços e desafios institucionais, deixa-se então registrado que esse estudo não pretende em sua conclusão, esgotar o tema, mas sim, oferecer subsídios para novas reflexões e debates, com foco na superação dos preconceitos, discriminações e desigualdades.

Como podemos perceber, a entrevista junto com a criação de um website educacional irá desempenhar um papel importante no que diz respeito a expansão do acesso de materiais publicados pela professora e por tantos alunos que cons-

truíram sob sua tutela, metodologias ativas capazes de quebrar antigos conceitos, estereótipos, preconceitos, discriminação e o racismo disfarçado na sociedade.

Então, considera-se necessária essa entrevista investigativa, para dar visibilidade as suas histórias e memórias como docente formadora de professores e professoras no Campus Belém do IFPA, pois desse jeito ficará registrado um pouco da história da verticalização do ensino, bem como a implantação da Lei 10.639/2003 no IFPA, sob os diversos aspectos do olhar da mulher / professora negra dessa instituição.

Partindo-se dessas experiências circunscritas e localizadas da vida da professora será possível lançar luzes e oferecer subsídios para as pesquisas sobre o impacto das políticas educacionais na instituição, sobre docência feminina na EPT, bem como sobre as relações de gênero, de poder e raça que transversalizam as vivências.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

AMADOR DE DEUS, Z. **Ananse tecendo teias na diáspora:** uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult-Pará, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos de uma história única.** São Paulo: companhia das letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **A dominação masculina/Pierre Bourdieu;** tradução Maria Helena Kuhner. – 15ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BURNIER, S. *et. al.* Histórias de vida de professores: o caso da educação profissional. **Revista Brasileira de Educação,** Campinas, v. 12, n. 35, p. 343-358, ago. 2007.

COSTA, Rayme Tiago Rodrigues. **De Dandara a Firmina: O Ensino de História do Brasil a Partir de Mulheres Negras**. UFPA; PROFHISTÓRIA. 2020. Dissertação de Mestrado.

CRISOSTOMO, M.A.S; REIGOTA, M.A.S. Professoras Universitárias Negras: trajetórias e narrativas. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas: Sorocaba, SP. v.15. n.2., p.93-106, jul.2010.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.

Gonzalez, Lélia. (1984) Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 223-244.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professoras: identidades e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012, p.15-38.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, PUC, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997a.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da. **Afrofuturismo na Educação: criatividade e inovação para discutir a diversidade etnicorracial**. UFPA: Programa de Pós-Graduação em Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior. 2020. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. New York, Columbia University Press. 1989

SITE:

[Ananse – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org)

SOBRE OS AUTORES



ANDRÉA LARISSÉ CASTRO MOURA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT-IFPA. E-mail: andrealarisse.moura@gmail.com

ALESSANDRA PATRICIA DE OLIVEIRA DIAS CAMPOS, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará/Campus Guamá – PPHIST/UFPA. E-mail: alessandra.patricia.oliveira@gmail.com.

BÁRBARA LEAL RODRIGUES, Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista CAPES. E-mail: barbara99leal@gmail.com.

CAROLINE PORTO BRITO, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA), cuja presente pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

CRISTIANO COMIN, doutorando em Engenharia Civil do Pp-gec, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021 - 2025), com Tema de Pesquisa em Comportamento de Estacas Carregadas Lateralmente. É Professor do Ensino Básico, Técnico E Tecnológico No IFPA (Instituto Federal do Pará) Desde 08/2017, Atualmente é Vinculado ao Campus Santarém/Pará. E-mail: criscomin@gmail.com

MÁRCIA PEREIRA DA SILVA ALVES, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept)- IFPA. E-mail: marciaps70@gmail.com.

NAELMA MENDES DO NASCIMENTO, mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Goiás- PPGH/UFG, na linha de pesquisa Poder, sertão e Identidades, sendo bolsista CAPES. Possui graduação em História pela mesma universidade (2018) e também é graduanda em Direito pela Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: naelmamendes@hotmail.com.

NATALIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCANTI, doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Mestrado em Educação Profissional do IFPA e do IFRN-Campus Macau. Colaboradora do PPGEPIFRN e Pesquisadora do Observatório da Diversidade-IFRN. Coordena o Projeto de Extensão Podcast Entre uma História e Outra. E-mail: natalia.cavalcanti@ifrn.edu.br.

RAIMUNDA CONCEIÇÃO SODRÉ, doutoranda em História Social da Amazônia na UFPA. Docente EBT'T efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/IFPA - Campus Conceição do Araguaia/Faculdade de História. Tem experiência na área de História e Cultura africana e afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais E-mail: conceicao_sodre@hotmail.com.

TAINÁ DA SILVA REIS LEAL, Universidade Federal do Pará. UFPA – PROPESP. Bolsista no Projeto de Pesquisa fomentado pelo Programa Produtor da Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Pará, coordenado pelo professor Dr. Tiago Samuel Basani, com o Plano de Trabalho de Iniciação Científica “As relações entre arte e política em produções artísticas na Amazônia paraense. E-mail: tainaleal26@gmail.com.

THAYLA DA SILVA SANTOS, graduada no curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Pará, Bragança-PA. E-mail: thylsnts@gmail.com.



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

